



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 101/2026 - COMPRASGOV N.º 90101/2026

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0014.018969.00015/2025-85
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Secretaria de Estado da Educação e Cultura – SEE
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICO
SRP:	[X] SIM [] NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	[X] MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM
MODO DE DISPUTA:	[X] ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	[] SIM [X] NÃO
VALOR ORÇADO:	[X] Valor Estimado [] Valor Máximo Aceitável [] Valor de Referência
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º §§ 1º ao 3º da Lei 14.133/2021)	[] SIM [X] NÃO
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	[] SIM [X] NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). http://www.gov.br/compras/pt-br/
DATA DA ABERTURA:	10/04/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	9h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	19/03/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br
PREGOEIRO(A):	Agnaldo Jorge Menezes de Souza
NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 893 de 29 de agosto de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre Nº. 14.105 de 12 de setembro de 2025.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação o registro de preços para eventual contratação de empresa para a prestação de serviços comuns de engenharia, de forma continuada, por demanda, para execução de reformas de pouca relevância material, serviços de adequação, adaptação, reparação ou revitalização, que consistam de atividades simples, típicas de intervenções isoladas, que possam ser objetivamente definidas conforme especificações usuais no mercado e preços da tabela SINAPI, desonerada, que possuam natureza padronizável e pouco complexa nas instalações prediais das unidades de ensino da rede pública estadual urbana, rural e seus anexos, e indígena, além dos prédios públicos das áreas de atuação da Secretaria de Estado de Educação e Cultura no estado do Acre.

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

- Anexo II:** Minuta da ata de Registro de Preço
- Anexo III:** Minuta de Contrato
- Anexo IV:** Modelo de Proposta de Preços
- Anexo V:** Relação da Equipe Técnica Mínima e Declaração de Autorização de Inclusão;
- Anexo VI:** Relação dos Equipamentos Mínimos **(Não se Aplica)**
- Anexo VII:** Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo VIII:** Matriz de Risco.

2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e condições previstas neste Edital.
- 2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.
- 2.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. [341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- 3.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: selic.protocolo@gmail.com, ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública**.
- 3.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.
- 3.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.
- 3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).
- 3.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 4.1. A participação na licitação importa total, irrevogável e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.
- 4.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:
- 4.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
- 4.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 4.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação :**
- 4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;
- 4.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 4.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**.
- 4.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 4.4. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.3.2 e 4.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.7. O disposto nos itens **4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.
- 5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. 148 do Decreto Estadual 11.363/2023.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que :**
- 6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).
- 6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#) ;
- 6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 6.6.1. **A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;**
- 6.6.2. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.6.3. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.4 ou 6.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).
- 6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.1.1. **Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema
- 7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 7.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.
- 7.8. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no **item 7.5**.
- 7.9. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

8. DA SESSÃO PÚBLICA

- 8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio

- 8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat").
- 8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.
- 8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:
- I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;
 - II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;
 - III - divulgação do resultado da habilitação;
 - IV - disputa entre os licitantes habilitados;
 - V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
 - VI - divulgação do resultado do julgamento; e
 - VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).
- 8.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

- 9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.
- 9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.
- 9.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 9.10. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 9.11. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual nº. 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).
- 9.12. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.12.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.12.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.12.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.12.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.
- 9.12.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.
- 9.12.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.
- 9.13. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.
- 9.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado o, **vedada a identificação do licitante**.
- 9.15. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.15.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.17. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 9.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 9.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.19. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 9.19.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 9.20. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 9.20.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 9.20.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 9.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.

- 9.20.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.21. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.21.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.21.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 9.21.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 9.21.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 9.22. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital**, no **prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 9.22.1. **As empresas participantes do processo licitatório deverão apresentar juntamente com a proposta de preços: Planilha de Composição do BDI (SEI nº 0018661347) Planilha de Encargos Sociais (Anexo II do Termo de Referência).**
- 9.23. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 9.24. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 9.24.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 9.24.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.
- 9.25. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 9.26. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

- 10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.
- 10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.
- 10.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**
- 10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 10.5. **Será desclassificada a proposta que:**
- 10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;
- 10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação ;
- 10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;
- 10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.
- 10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Administração.
- 10.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:
- 10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e
- 10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.
- 10.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:
- 10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:
- 10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;
- 10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.
- 10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.
- 10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.
- 10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

- 11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.
- 11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.
- 11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

- 11.3.1. **Habilitação Jurídica**
- a) Contrato social ou instrumento equivalente.
- 11.3.2. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**
- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei
- c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- 11.3.3. **Qualificação Econômico-Financeira**
- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).
- b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.
- c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 11.3.4. **Qualificação Técnica**
- a) Registro ou inscrição da empresa licitante e do(s) profissional (is): **01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista e 01 (um) Técnico ou Engenheiro de Segurança do Trabalho (dimensionamento Conforme Norma Regulamentadora NR 4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho)**, na entidade profissional competente. Para o licitante vencedor da licitação, caso não seja do Acre, por ocasião da assinatura do contrato será exigido o na entidade profissional competente.
- a.1) Caso o registro ou inscrição do(s) profissional(ais) acima esteja(m) no descritos no na entidade profissional da licitante, não há a necessidade de apresentar o registro ou inscrição individual(ais) desse(s) profissional(ais);
- b) Para fins de **habilitação técnico-profissional**: comprovação de que os profissionais indicados pela empresa na data da licitação terem executado, a qualquer tempo, obras/serviços de características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão de acervo técnico CAT e/ou atestado(s), em nome do próprio Responsável Técnico, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **devidamente certificados pela entidade profissional competente**, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas **conforme constante a seguir**:

Para todos os itens	
ITEM	SERVIÇOS
1	CONCRETO PARA ESTRUTURAS
2	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO OU DE BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL
3	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA APLICADOS EM ALVENARIA E ESTRUTURAS DE CONCRETO
4	TELHAMENTO COM TELHA DE FIBROCIMENTO DE 4 A 6 mm
5	CABO DE COBRE ISOLADO 6 mm OU SUPERIOR
6	GRADIL METÁLICO, ALAMBRADO OU MATERIAL SEMELHANTE
7	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA ACRÍLICA, SEMI BRILHO E ESMALTE
8	CONTRAPISO EM ARGAMASSA PRONTA
9	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISOS E PAREDES
10	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA E/OU DIRECIONAL DE CONCRETO
11	FORRO COM TÁBUAS E CIMALHA DE PVC
12	DIVISÓRIA OU BANCADA EM GRANITO OU MÁRMORE

b.1) A comprovação de vínculo profissional se fará : a) por contrato de prestação de serviço celebrado de acordo com a legislação civil, ou; b) por meio de cópia autenticada da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social acompanhada de cópia do Registro de Empregados, no caso de empregado da licitante, ou c) declaração de disponibilidade e futura contratação do profissional assinada pelo responsável da empresa licitante e pelo próprio profissional ou; d) Comprovação de registro como responsável técnico pela empresa licitante junto à entidade competente ou; e) por meio do Contrato Social da Empresa ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA, para o sócio ou proprietário;

c) Para fins de **habilitação técnico-operacional**:

c.1) A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas conforme tabela abaixo; **ou**

c.2) Certidão(ões) de Acervo Técnico com registro de atestado, devidamente certificados pela entidade profissional competente, desde que esta identifique como CONTRATADA a própria licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas conforme tabela abaixo.

Para o item 1, **RIO BRANCO - ZONA URBANA**

ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA POR ITEM
1	CONCRETO PARA ESTRUTURAS	M³	50,00
2	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO OU DE BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL	M²	2.800,00
3	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA APLICADOS EM ALVENARIA E ESTRUTURAS DE CONCRETO	M²	3.000,00
4	TELHAMENTO COM TELHA DE FIBROCIMENTO DE 4 A 6 mm	M²	3.000,00
5	CABO DE COBRE ISOLADO 6 mm OU SUPERIOR	M	3.500,00
6	GRADIL METÁLICO, ALAMBRADO OU MATERIAL SEMELHANTE	M²	500,00
7	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA ACRÍLICA, SEMI BRILHO E ESMALTE	M²	5.000,00
8	CONTRAPISO EM ARGAMASSA PRONTA	M²	1.000,00
9	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISOS E PAREDES	M²	1.000,00
10	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA E/OU DIRECIONAL DE CONCRETO	M²	200,00

11	FORRO COM TÁBUAS E CIMALHA DE PVC	M²	1.000,00
12	DIVISÓRIA OU BANCADA EM GRANITO OU MÁRMORE	M²	50,00

Para os demais itens, **De 2 a 12**

ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA POR ITEM
1	CONCRETO PARA ESTRUTURAS	M³	25,00
2	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO OU DE BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL	M²	1.400,00
3	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA APLICADOS EM ALVENARIA E ESTRUTURAS DE CONCRETO	M²	1.500,00
4	TELHAMENTO COM TELHA DE FIBROCIMENTO DE 4 A 6 mm, OU METÁLICA	M²	1.500,00
5	CABO DE COBRE ISOLADO 6 mm OU SUPERIOR	M	1.750,00
6	GRADIL METÁLICO, ALAMBRADO OU MATEIRLA SEMELHANTE	M²	250,00
7	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA ACRÍLICA, SEMI BRILHO E ESMALTE	M²	2.500,00
8	CONTRAPISO EM ARGAMASSA PRONTA	M²	500,00
9	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISOS E PAREDES	M²	500,00
10	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA E/OU DIRECIONAL DE CONCRETO	M²	100,00
11	FORRO COM TÁBUAS E CIMALHA DE PVC	M²	500,00
12	DIVISÓRIA OU BANCADA EM GRANITO OU MÁRMORE	M²	25,00

Notas:

I - A fim de comprovar as informações contidas nos atestados de capacidade de capacidade técnica operacional, apresentados, poderá ser solicitado das licitantes, cópia do contrato que deu origem ao referido atestado, e/ou das certidões de acervo técnico (CAT), como forma de conferir autenticidade e veracidade das informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes.

II - Para fins de qualificação técnico-operacional, **será vedada a apresentação de CAT Sem Registro de Atestado**

III - Em se tratando de CREA, deverá ser apresentada Certidão de Acervo Técnico – CAT;

IV - Em se tratando de CAU, deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico com Atestado – CAT-A, conforme art. 11 da Resolução nº 93, de 07 de novembro de 2014 do CAU/BR.

d) **Anexar a(s) declaração(ões) individual(is), por escrito do(s) profissional(is) apresentado(s) para atendimento à alínea “a”, acima, autorizando sua(s) inclusão(ões) na equipe**, conforme modelo **Anexo V**, exceto quando o profissional for o sócio;

e) **Apresentar declaração formal de disponibilidade da Relação da Equipe Técnica Mínima** de acordo com o **Anexo V** e **Relação dos Equipamentos Mínimos** de acordo com o **Anexo VI**;

f) **E demais exigências solicitadas no Termo de Referência - Anexo I, do edital.**

11.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SicaF e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

11.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

11.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

11.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

11.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

11.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

11.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

11.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

11.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

11.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

11.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

11.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitante(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

11.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

12.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
- III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

- 12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.
- 12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.
- 12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.
- 12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).
- 12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 12.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

13. DOS RECURSOS

- 13.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.
- 13.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).
- 13.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.
- 13.3. A apreciação se dará em fase única; e
- 13.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.
- 13.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:
- 13.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e
- 13.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.
- 13.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.
- 13.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.
- 13.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- 13.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:
- 14.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;
- 14.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;
- 14.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e
- 14.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CADASTRO DE RESERVA

- 15.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:
- 15.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
- 15.1.2. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:
- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.
- 15.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.
- 15.2. O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.
- 15.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.
- 15.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 15.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 15.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
- 15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 15.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 15.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

- 16.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

- 17.1. Não será permitido participação de empresas sob a forma de consórcio, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

18.	DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS
18.1.	Não se aplica
19.	DA SUBCONTRATAÇÃO
19.1.	Será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital
20.	DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO
20.1.	Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
21.	DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO
21.1.	Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
22.	DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
22.1.	Haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital
23.	DO TERMO DE CONTRATO
23.1.	Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
24.	DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO
24.1.	Será conforme disposto no Anexo I, II e Anexo III deste edital.
25.	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
25.1.	Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.
26.	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
26.1.	As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021 , e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
26.2.	Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.
26.3.	Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.
27.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
27.1.	As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
27.2.	Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.
27.3.	A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 .
27.4.	A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023 .
27.5.	Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023 .
27.6.	A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.
27.7.	Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.
27.8.	Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.
27.9.	Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.
27.10.	Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório
27.11.	Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.
27.12.	As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
27.13.	O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021 .
27.14.	Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021 .
27.15.	O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios http://www.gov.br/compras/pt-br/ , http://www.licitacao.ac.gov.br , e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.
27.16.	O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br .
27.17.	Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail selic.protocolo@gmail.com .
27.18.	O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Rio Branco- AC, 18 de março de 2026

Richard Brandão Mendes
Departamento de Licitações de Obras e Serviços de Natureza Especial - DEORB
Departamento de Pregões - DEPRE



Documento assinado eletronicamente por **RICHARD BRANDÃO MENDES, Chefe de Departamento**, em 18/03/2026, às 09:39, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019907987** e o código CRC **802FFF8C**.

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA**ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

Rua Rio Grande do Sul, 1907, Conjunto Castelo Branco, Rio Branco/AC, CEP 69.911-018
- www.see.ac.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 95/2026/SEE - DIAPLAN

Processo nº 0014.018969.00015/2025-85

1. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA

1.1. **DO ÓRGÃO SOLICITANTE:** Secretaria de Estado da Educação e Cultura – SEE.

1.2. NÚMEROS DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

1.2.1. 717.001 – Fonte de Recurso: 1.500.1001;

1.2.2. 717.601 – Fonte de Recurso: 1.540.0300.

1.3. PROGRAMAS

1.3.1. Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais;

1.3.2. Melhoria, Modernização, Inovação da Rede Estadual de Ensino.

1.4. ELEMENTOS DE DESPESA

1.4.1. 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

1.5. MODALIDADE E TIPO DA LICITAÇÃO

1.5.1. Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preço.

1.6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1.6.1. Maior Percentual de desconto sobre a tabela SINAPI vigente no estado do Acre.

1.7. UNIDADE ADMINISTRATIVA SOLICITANTE

1.7.1. Departamento de Manutenção e Serviços Gerais.

2. 1 - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste termo o registro de preços para eventual contratação de empresa para a prestação de serviços comuns de engenharia, de forma continuada, por demanda, para execução de reformas de pouca relevância material, serviços de adequação, adaptação, reparação ou revitalização, que consistam de atividades simples, típicas de intervenções isoladas, que possam ser objetivamente definidas conforme especificações usuais no mercado e preços da tabela SINAPI, desonerada, que possuam natureza padronizável e pouco complexa nas instalações prediais das unidades de ensino da rede pública estadual urbana, rural e seus anexos, e indígena, além dos prédios públicos das áreas de atuação da Secretaria de Estado de Educação e Cultura no estado do Acre.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. As unidades de ensino da rede pública estadual urbana, rural e seus anexos e indígenas, bem como os prédios administrativos públicos e locados das áreas de atuação da Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Estado do Acre ensejam a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços **de manutenção predial, constantes da TABELA SINAPI vigente no estado do Acre**, de forma continuada, por demanda, tendo em vista que esta secretaria não possui equipe própria de servidores para atender às demandas solicitadas.

3.2. O uso contínuo das instalações prediais, naturalmente ocasiona o seu desgaste, tornando-se necessária periodicamente a execução de reparos e reposições de itens indispensáveis para a continuidade das atividades desta secretaria, tais como dispositivos de iluminação, louças e aparelhos sanitários, pontos de energia, esquadrias, cobertura, pintura, piso, entre outras manutenções frequentes.

3.3. Buscando a mitigação dos transtornos causados pelo desgaste de sua estrutura física e a garantia de seu bom estado de conservação e uso é necessária a realização de um contrato de manutenção predial com empresa no ramo, a qual poderá ser acionada a qualquer tempo para realizar os serviços necessários.

3.4. A contratação em tela envolve serviços de natureza continuada, necessários à conservação dos prédios em questão e ao bom andamento das atividades desenvolvidas nestas dependências. Devido à importância destes serviços e no intuito de sempre melhor atender às demandas de manutenção predial solicitadas, nota-se a necessidade da contratação.

3.5. Dentre as características específicas da manutenção predial corretiva, destaca-se ainda, muitas vezes a necessidade de intervenção imediata, em razão de vazamentos, quebra de telhas e vidros, problemas elétricos, consertos em geral, pequenos reparos, dentre inúmeros outros problemas classificados em uma escala de prioridades e urgências, que urge por um modelo mais ágil de atendimento. A manutenção corretiva visa o mais rápido restabelecimento em setores prediais essenciais ao funcionamento operacional mínimo da edificação, de sua segurança e habitabilidade.

3.6. Já a manutenção preventiva é fundamental para evitar problemas e minimizar os impactos financeiros e estruturais de falhas.

3.7. Dentre os serviços de reparos e manutenções, podemos identificar previamente como:

3.7.1. Serviços de Obras Cíveis como demolição de estruturas, recuperação estrutural de concreto, reparos em alvenaria e revestimentos, pintura interna e externa de edificações, impermeabilização de superfícies e coberturas, execução de pisos e contrapisos, construção e recuperação de paredes de alvenaria, instalação e substituição de portas e janelas, reparação e construção de telhados e coberturas;

3.7.2. Reparos em instalações elétricas, evitando falhas que possam causar interrupções de serviços ou representar riscos à segurança, podendo ser por exemplo, Instalação e manutenção de quadros de distribuição de energia, substituição de fontes elétricas e cabos condutores, tomadas e interruptores;

3.7.3. Manutenções em instalações hidráulicas e sanitárias, indispensáveis para garantir condições adequadas de higiene e saúde, onde podemos citar: Substituição e reparo de tubulações de água, esgoto e águas pluviais, instalação e manutenção de bombas e reservatórios de água, substituição e reparo de louças e metais sanitários (vasos, pias, torneiras, etc.);

3.7.4. Serviços de Estruturas Metálicas e Madeiras que podemos citar os seguintes serviços: Reparos em estruturas metálicas, como telhas, coberturas, substituição e tratamento de estruturas de madeira, recuperação e reforço de estruturas metálicas;

3.8. Considere-se, ainda, que esta secretaria possui 879 unidades escolares, subdivididas em unidades urbanas, rurais e seus anexos e escolas indígenas, além de 44 unidades administrativas próprias e locadas. A ocupação destes imóveis se dá de forma diária, utilizando-os, de forma temporária ou permanente, grande fluxo de pessoas, cujo fluxo contempla servidores, terceirizados, alunos e visitantes, periodicamente, torna-se necessária a execução de manutenções periódicas de forma preventiva e corretiva, visando realizar ajustes/adaptações de baixa complexidade técnica nas características das edificações, desde que não se promova acréscimos de volume ou área e que seja mantida a função da utilização do momento da intervenção, bem como a realização de serviços de adequação, adaptação ou reparação, de modo que a edificação retome suas características anteriores oferecendo conforto e comodidade na prestação de serviços afetos à área-fim da Secretaria, com vistas a evitar a descontinuidade do serviço público, bem como para atender aos princípios constitucionais da eficiência, inscrito no art. 37, *caput*, assim como aqueles afetos à área educacional, especialmente, os dispostos no art. 206, incisos I e VII, todos da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB.

4. DA ESTIMATIVA DOS QUANTITATIVOS DA NECESSIDADE

4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (SEI 0016162865), apêndice deste Termo de Referência.

5. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. A presente contratação não admite fracionamento em lotes ou parcelas, por razões de natureza técnica, operacional e econômica.
- 5.2. A execução isolada de tais etapas por empresas distintas poderia gerar riscos de descontinuidade, incompatibilidade técnica entre materiais e serviços, sobreposição de responsabilidades e maior complexidade na fiscalização contratual.
- 5.3. A unificação da contratação permite garantir padronização dos serviços e insumos utilizados, assegurando melhor qualidade e maior durabilidade das intervenções, além de possibilitar a otimização dos custos administrativos e de mobilização, considerando que o orçamento contempla despesas significativas com administração local, encargos sociais e BDI
- 5.4. Ademais, a contratação única evita a necessidade de múltiplos processos licitatórios e contratos, conferindo maior economicidade, eficiência e celeridade ao atendimento das demandas da rede de ensino Estadual.
- 5.5. Importa destacar que o art. 40, § 3º, inc. II, da Lei nº 14.133/2021, ao tratar da possibilidade de parcelamento, estabelece que o fracionamento deve ser promovido sempre que técnica e economicamente viável, sem perda de economia de escala e de eficiência na execução
- 5.6. No caso concreto, a análise técnica conclui pela inviabilidade do parcelamento, uma vez que a contratação integral é a que melhor atende ao interesse público, ao princípio da eficiência e à continuidade do serviço público educacional.
- 5.7. Portanto, a adoção de contratação única justifica-se como medida necessária para assegurar a integração entre os diversos serviços de manutenção predial, a responsabilização integral da empresa contratada pelo resultado, e a redução de riscos contratuais e de custos adicionais, sendo a solução mais adequada, vantajosa e proporcional à realidade administrativa.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 6.1. O sistema de registro de preços é o conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, obras e aquisição e locação de bens para contratações futuras (Lei nº 14.133/21, artigo 6º, XLV).
- 6.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda do contratante, estando em concordância com o disposto no Art. 82º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.3. A solução visa atender às demandas da Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEE, especialmente no que se refere à manutenção da integridade das unidades prediais em todo o território do estado, tendo em vista o constante desgaste em razão das ações do tempo e uso dos prédios públicos;

6.4. Resultados esperados:

- 6.4.1. A manutenção predial pretendida visa executar um conjunto de atividades para garantir plena capacidade e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável dos ambientes de trabalho, preservando as características e desempenhos, mantendo o estado de uso ou de operação, bem como na recuperação deste estado, e ainda manter o patrimônio da empresa. Para desenvolvimento das atividades será necessário o entendimento e adoção de alguns conceitos que segue:

- I - Manutenção Predial Preventiva: Serviços de caráter permanente, que obedecem a uma programação previamente estabelecida, apresentada em cronograma físico devidamente aprovado pela Fiscalização, cujas etapas são cumpridas obedecendo a uma periodicidade pré-determinada e envolve programas de inspeção, reformas, reparos, entre outros.
- II - Manutenção Predial Corretiva: Serviços a serem executados diariamente, ausentes de programação prévia, devidamente apontado pela Fiscalização e aprovado pela CONTRATANTE.
- III - Serviços emergências: Serviços que demandam intervenção rápida e imediata, a fim de evitar danos maiores, preservar vidas, o patrimônio, e a continuidade de atividades essenciais do órgão.
- IV - Vistorias: Para um melhor atendimento, com padrão de qualidade desejável pelo contratante, e agilidade na manutenção corretiva, a equipe ou profissional designado pelo gestor do contrato, deverá realizar vistorias/acompanhamentos diários detalhando problemas encontrados, para correções imediatas durante execução.
- V - Ordem de Serviços: Mediante apontamentos realizados nas vistorias iniciais, deverá ser elaborada OS's – Ordens de Serviços, para execuções, e acompanhamento das correções necessárias, as mesmas, serão fotografadas e lançadas em relatórios, e elaborado orçamento estimativo, que serão analisados pela autoridade superior, e posteriormente, liberadas para execução.

7. DA ASSINATURA DO CONTRATO

- 7.1. Nos termos do Art. 90 da Lei 14.133/2021, o licitante vencedor será convocado regularmente para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis**, nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.
- a) O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
 - b) Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da Ata de Registro de Preços nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 7.2. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata e poderão ser alterados, desde que verificado o disposto na Lei nº 14.133/2021, conforme preceitua Decreto Estadual nº 11.363/2023

8. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. Execução do Contrato:

- 8.1.1. O Prazo de Execução do objeto contratual é de **12 (Doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, observado os prazos, que se constitui parte integrante deste instrumento.

8.2. Vigência do Contrato:

- 8.2.1. O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses** a partir da data de sua assinatura, podendo ter sua duração prorrogada, por iguais e sucessivos períodos mediante Termos Aditivos, respeitadas as condições do Art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

- 8.3. Fica determinado que o fiscal/gestor do contrato será indicado no ato de sua assinatura;

- 8.3.1. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até **5 (cinco) anos** nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes nos termos do art 106 da Lei nº 14.133/2021:

- I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
- II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;
- III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

- 8.4. A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato, ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência;

- 8.5. Não obstante o prazo estipulado no caput, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do pacto, estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas;

- 8.6. A não prorrogação contratual por razões de conveniência da Administração não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização;

- 8.7. Eventual prorrogação de prazo de vigência será formalizada por meio de Termo Aditivo ao Contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal 14.133/2021.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Para a presente contratação será elaborado projeto básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

- 9.2. A metodologia executiva a ser adotada, deve estar de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;

- 9.3. O orçamento e o prazo de execução da obra, detalha os marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;

- 9.4. A Empresa de engenharia para execução de serviços de reforma e ampliação deve comprovar capacidade técnica operacional através de atestados com base nos itens de maior relevância da Planilha Orçamentária;

- 9.5. O profissional indicado pela empresa para compor equipe técnica, deverá apresentar Registro, na entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU)

- 9.6. Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão

a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de pelo menos uma obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado;

9.7. A empresa contratada deve atender os normativos:

- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- d) Lei Federal nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- f) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. A CONTRATADA deverá apresentar a relação explícita de pessoal técnico de apoio disponível e das respectivas qualificações para a execução dos serviços especificados;
- 10.2. Caso uma única empresa vença 02 (dois) ou mais itens para a execução dos serviços, esta deverá dispor obrigatoriamente de equipes para atender a cada uma das localidades/item;
 - 10.2.1. Justifica-se a exigência do item 22.2, haja vista que poderá ser expedida várias Ordens de Serviços – OS, visando atender às diversos municípios;
- 10.3. A CONTRATADA será obrigada a obter todas as licenças, aprovações e autorizações necessárias a execução dos serviços, responsabilizando-se pelo pagamento de todas as taxas e/ou emolumentos legais vigentes prescritos, observando as Leis, Regulamentos, Normas e Posturas referentes aos serviços e à segurança pública, além de arcar com o pagamento de seguro pessoal, despesas decorrentes das leis trabalhistas e impostos, transporte de pessoal, alimentação, salários, e demais custos para realização dos serviços contratados. São obrigadas ao cumprimento de quaisquer formalidades e ao pagamento, as suas custas, das multas porventura impostas pelas autoridades, mesmo daquelas que, por força dos dispositivos legais, sejam atribuídas a CONTRATANTE;
- 10.4. Nos casos de furto ou vandalismo, a CONTRATADA terá obrigação de informar imediatamente ao fiscal desta Secretaria, ir até a Delegacia de competência e registrar BO e entregar o documento original ao Fiscal, registrando a ocorrência no diário de obras;
- 10.5. Deixar uma equipe (engenheiro civil ou técnico equivalente, engenheiro eletricista ou técnico equivalente e ajudante de serviços) com celulares de sobreaviso para as diversas eventualidades tais como troca de lâmpadas, verificação em bombas d'água, troca de pisos quebrados e falhas no fornecimento de energia do grupo gerador nos locais já estabelecidos. Sempre que houver mudança dos membros da equipe de sobreaviso, a fiscalização deverá ser informada de imediato;
- 10.6. A observância de Leis, Regulamentos, Normas e Posturas a que se refere a ABNT abrangem também as exigências do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Acre – CREA – AC, especialmente no que se refere à Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
- 10.7. Caberá exclusivamente a CONTRATADA toda responsabilidade de quaisquer acidentes no trabalho durante a execução dos serviços contratados que pelo uso indevido de patentes registradas, ainda que resulte de caso fortuito e/ou por qualquer causa até a definitiva aceitação da mesma pelo município, bem como as indenizações que possam ocorrer a terceiros por fatos oriundos da execução dos serviços contratados;
- 10.8. Fornecer e utilizar na execução dos serviços, equipamentos e mão-de-obra adequada e materiais novos e de primeira qualidade, mediante a devida remuneração;
- 10.9. Executar ensaios, verificações e testes de materiais e de equipamentos ou de serviços executados, bem como acompanhamento tecnológico dos serviços, quando exigidos pela fiscalização;
- 10.10. Realizar as despesas com mão-de-obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, quando exigida, cópia dos documentos de quitação;
- 10.11. Remover quaisquer instalações provisórias que possam ter sido instaladas para execução dos serviços, ao seu término, mediante a devida remuneração; Dar integral cumprimento ao Projeto Básico, (Anexos), bem como sua proposta e o Edital, os quais passam a integrar este Instrumento, independentemente de transcrição;
- 10.12. Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal, neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato;
- 10.13. Apresentar seus empregados convenientemente uniformizados e/ou com identificação mediante crachás;
- 10.14. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir.
- 10.15. Responsabilizar-se:
 - 10.15.1. Por quaisquer danos causados por seus empregados, dentro da área e das dependências dos locais onde serão executados os serviços;
 - 10.15.2. Pela estabilidade do serviço e o perfeito e eficiente funcionamento de todas as suas instalações, responsabilidade esta que, na forma da lei, subsistirá mesmo após a aceitação provisória ou definitiva da obra;
 - 10.15.3. Pela qualidade e a quantidade dos materiais empregados, assim como o processo de sua utilização, cabendo-lhe, inclusive, a execução dos serviços que, não aceitos pela fiscalização, devam ser refeitos;
 - 10.15.4. Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à obra, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário.
 - 10.15.5. Fornecer na entrega do serviço, todos os projetos atualizados com todas as alterações porventura efetuadas durante a execução do serviço;
 - 10.15.6. Refazer os serviços, sem ônus para a CONTRATANTE, caso não atendam as especificações, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
 - 10.15.7. Substituir o material incorporado aos serviços, sem ônus para a CONTRATANTE, caso não esteja de acordo com os padrões de qualidade e durabilidade necessários;
 - 10.15.8. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 10.15.9. Manter na direção do(s) serviço(s), profissional(is) legalmente habilitado(s) pelo CREA, que será(ão) seu(s) preposto(s);
 - 10.15.10. Manter seguro para garantia de pessoas e bens, cuja apólice (cópia autenticada) deverá ser apresentada à contratante (quando aplicável);
 - 10.15.11. Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa no cumprimento do contrato, venham direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados, à contratada ou a terceiros.
 - 10.15.12. Apresentar na assinatura do Contrato documento comprobatório de inexistência de débito relativo às contribuições sociais na forma da Lei nº 8.212/91 (INSS e FGTS) e cópia da proposta.
 - 10.15.13. A CONTRATADA deverá manter preposto, com competência técnica e jurídica e aceito pela CONTRATANTE, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução do Contrato.
- 10.16. Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas. A CONTRATADA não poderá utilizar o atraso no pagamento da fatura pela Contratante decorrente da falta de documentação exigida ou outra razão como causa da não-promoção do pagamento dos empregados nas datas regulamentares;
- 10.17. Repassar a cada empregado, quantitativo de vale-refeição ou vales-alimentação suficiente para cada mês, bem assim vales-transportes também no quantitativo necessário para que em uma única entrega, no último dia útil do mês que antecede a utilização dos mesmos, devendo fornecer comprovante de entrega para os empregados se solicitado pela CONTRATANTE;
- 10.18. Manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratual;
- 10.19. Dar imediato conhecimento a Contratante de atuações ou notificações porventura lavradas pela fiscalização em geral, bem como erros e omissões, relativas aos serviços sob sua responsabilidade técnica ou fiscalização.
- 10.20. Comunicar a CONTRATANTE a substituição ou inclusão de profissional da equipe de responsáveis técnicos pelo contrato, submetendo previamente os documentos do novo profissional para aprovação da CONTRATANTE;
- 10.21. A fiscalização ou o acompanhamento do contrato pela Administração da Contratante não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada;
- 10.22. Prestar a CONTRATANTE os esclarecimentos que julgar necessários para boa a execução do contrato.
- 10.23. Responsabilizar-se pela exatidão, solidez e segurança do serviço, inclusive dos trabalhos eventualmente subcontratados obrigando-se a reparar inteiramente, às suas expensas e nos prazos determinados pela CONTRATANTE, todos os erros, vícios, defeitos, incorreções e falhas comprovados, resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após o seu término, em conformidade com as garantias previstas neste contrato e nos moldes estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro.

10.24. A CONTRATADA tem por dever cumprir à lei estadual nº. 1547 de 29 de janeiro de 2004, a empresa vencedora de licitação cujo objeto for de realização de obras e/ou serviços, cuja execução gere necessidade adicional de mão-de-obra, terão que, prioritariamente, consultar o cadastro de trabalhadores intermediados pelo sistema nacional de emprego SINE/AC, e priorizar a contratação daqueles cadastrados que se enquadrem no perfil e nas necessidades da empresa. No caso de a CONTRATADA recusar-se ou negligenciar em corrigir estas omissões, falhas ou defeitos, a CONTRATANTE procederá à correção dos mesmos, respondendo a CONTRATADA pelo inadimplemento contratual, multas e outras sanções cabíveis, podendo, ainda, a CONTRATANTE se ressarcir desses custos com as garantias contratuais ou com os créditos de qualquer pagamento ainda devido a CONTRATADA. A observância de Leis, Regulamentos, Normas e Posturas a que se refere a ABNT abrangem também as exigências do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Acre – CREA – AC, especialmente no que se refere à Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

10.25. A CONTRATADA deverá ter sede administrativa no estado do Acre.

10.26. No ato da assinatura do contrato o engenheiro e/ou arquiteto responsável técnico designado pela CONTRATADA no certame, deverá apresentar registro no conselho regional do estado do Acre CREA ou CAU.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. A CONTRATANTE deverá, a seu critério e através de pessoas previamente designadas, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do contrato;

11.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo(s) empregado(s) da CONTRATADA, visando à boa execução da entrega e prestação dos serviços;

11.3. Fiscalizar a execução dos serviços, podendo a CONTRATANTE rejeitá-lo integralmente ou em parte, caso esteja em desacordo com a especificação apresentada neste Termo de Referência;

11.4. Realizar o pagamento dos serviços na forma estipulada neste Termo de Referência;

11.5. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

11.6. Notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato, por escrito e com antecedência e em relação a quaisquer débitos de sua responsabilidade;

11.7. Autorizar o acesso dos empregados da empresa vencedora nas dependências do CONTRATANTE, quando necessário, para a execução dos serviços;

11.8. É vedado ao CONTRATANTE, através do fiscal do contrato ou qualquer de seus servidores a satisfação dos requisitos da pessoalidade, subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas dos serviços prestados e controle de frequência em relação a qualquer funcionário da empresa vencedora, visando a não caracterização de vínculo empregatício;

11.9. Nomear um Gestor/Fiscal de contrato que será responsável pelo acompanhamento/fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA, bem como pelo atesto dos serviços realizados;

11.10. Exigir o cumprimento do objeto desta licitação, segundo suas especificações, prazos e demais condições;

11.11. Fornecer as instruções necessárias à execução dos serviços e cumprir com os pagamentos nas condições dos preços e prazos pactuados;

11.12. Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA;

11.13. Indicar os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento dos serviços;

11.14. Notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

11.15. Fiscalizar e determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução do serviço, bem como fixar prazo para as correções das falhas e irregularidades constatadas, sustar qualquer serviço que esteja sendo realizado em desacordo com as exigências feitas pela CONTRATANTE ou que possa atentar contra a segurança de pessoas ou bens da CONTRATANTE ou de terceiros;

11.16. Permitir o acesso dos funcionários da empresa às dependências da CONTRATANTE para prestar o serviço de manutenção;

11.17. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA;

11.18. Atestar a compatibilidade dos preços dos materiais orçados com o praticado no mercado;

11.19. Comunicar à empresa CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a contratação;

11.20. É assegurada ao CONTRATANTE a faculdade de exigir do CONTRATADO a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais assumidos pelo CONTRATADO;

11.21. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada(o) com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

11.22. Solicitar à CONTRATADA através de seu representante, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

11.23. Efetuar o pagamento, das notas fiscais correspondentes, no prazo máximo de até 20 dias do recebimento das mesmas, após devidamente atestadas por servidor responsável pela fiscalização do contrato;

11.24. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada;

11.25. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.25.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.25.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

11.25.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

11.26. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, a aplicação de sanções, alterações e revisões do Contrato;

11.27. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato.

12. CONDIÇÕES GERAIS E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1. Este Termo de Referência estabelece as normas gerais e específicas para os serviços a serem executados de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais civis, elétricas, hidráulicas, hidrossanitárias.

12.2. Todos os serviços relativos ao presente Termo de Referência se referem à manutenção preventiva e corretiva, entendendo-se isso por todas as ações e intervenções permanentes, periódicas ou pontuais e emergenciais nos sistemas, subsistemas e componentes prediais de propriedade da CONTRATANTE que resultem, respectivamente, na manutenção e na recuperação do estado de uso ou de operação, para que a segurança e o patrimônio da SEE sejam garantidos.

12.3. Diferentemente de obra, que se caracteriza pela modificação esporádica, pré-determinada e completa de um sistema ou subsistema, ampliação ou de substituição majoritária de componentes com o objetivo de obter-se condição de uso ou de operação diversa daquela existente.

12.4. Conforme disposto no artigo 6º, inciso XI, da Lei nº 14.133 de 2021, considera-se serviço: atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração;

12.5. Assim, é vedado à CONTRATADA alegar a caracterização de obra nos casos de serviço de maiores proporções e de recomposição acessória decorrente dos serviços executados desde que esteja caracterizado o estado de manutenção.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Constituem sanções administrativas e demais, de acordo com o art. 155 da Lei 14.133.

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no **inciso I do caput do art. 155 desta Lei**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no **art. 155 desta Lei**.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos **incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos **incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2. A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para aquele que não celebrar o contrato, a ata de registro de preço ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

III - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

IV - de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

V - de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou de documentação falsa exigida para o certame ou de declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013;

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

13.3. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEE, incluindo os pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado.

14. DOS SERVIÇOS MÍNIMOS A SEREM EXECUTADOS

14.1. Serviços de Manutenção Preventiva:

14.1.1. A manutenção preventiva consiste em preservar e prolongar a vida útil das edificações, antecipando o surgimento de problemas e minimizando o impacto estrutural e financeiro de possíveis falhas, a ser realizada de forma periódica.

14.1.2. A CONTRATADA deverá executá-las conforme Cronograma de Manutenção e Conservação dos Prédios, a ser apresentado pela CONTRATANTE.

14.2. Serviços de Manutenção Corretiva:

14.2.1. A manutenção corretiva consiste na prestação de serviços, sob demanda, nos sistemas integrados às instalações prediais, a ser executada após a ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes da edificação.

14.2.2. A CONTRATADA deverá executá-las de imediato, após autorização da CONTRATANTE, e independente dos dias e horários em que ocorram.

14.2.3. Os componentes de edificação abrangidos nas manutenções constituem, em sua maioria, nas seguintes atividades:

14.3. Serviços a serem realizados nas instalações hidrossanitárias e de drenagem de águas pluviais:

14.3.1. Corrigir vazamentos e outras anormalidades nos encanamentos da rede de água e esgoto, conexões, registros (internos e externos), torneiras (internas e externas), pias, vasos sanitários, caixas sifonadas, substituindo-os, caso necessário;

14.3.2. Corrigir a regulação de válvulas e caixas de descarga (internas e externas), válvulas de mictórios, registros, engates, sifões, caixas sifonadas e outros dispositivos, substituindo-os, caso necessário;

14.3.3. Realizar reparações na vedação dos metais, substituindo-as, caso necessário;

14.3.4. Reparar metais e louças dos sanitários, corrigindo ou substituindo o que estiver danificado;

14.3.5. Reparar caixas de esgoto, caixas de inspeção, drenos, galerias de água pluvial, procedendo à limpeza e eliminando quaisquer irregularidades;

14.3.6. Corrigir anormalidades nas redes pluviais e redes de drenagem de sistemas de refrigeração, reparando quaisquer vazamentos encontrados, com ou sem substituição de encanamentos, calhas, bacias, conexões, suportes etc.;

14.3.7. Corrigir anormalidades nos encanamentos ou conexões de ramal de abastecimento de água, consertando ou substituindo registros, válvulas retentoras, torneiras, boias e outros dispositivos hidráulicos danificados;

14.3.8. Corrigir falhas nos sistemas de distribuição de água, incluindo a manutenção de encanamentos, conexões, registros, flanges, respiros e outros dispositivos hidráulicos, reparando ou substituindo aqueles que estiverem danificados;

14.3.9. Realizar manutenção nos reservatórios de água potável, corrigindo as irregularidades encontradas;

- 14.3.10. Limpeza caixas d'águas elevadas e cisternas;
- 14.3.11. Realizar desentupimentos de redes de esgoto prediais, pias, vasos sanitários, caixas sifonadas, ralos e caixas de inspeção etc.;
- 14.3.12. Executar todas as demais rotinas de manutenção, de acordo com as especificações técnicas dos equipamentos hidrossanitários e normas vigentes;
- 14.4. Serviços a serem realizados nas instalações elétricas:**
- 14.4.1. Corrigir falhas nos quadros de distribuição, incluindo a distribuição de disjuntores, balanceamento de fases, substituição de dispositivos elétricos, reaperto de conectores, medição de correntes, tensão etc.;
- 14.4.2. Corrigir falhas no sistema de iluminação e das tomadas em geral, tanto nas instalações internas quanto externas, incluindo o conserto ou a substituição de condutores, interruptores, lâmpadas, reatores, starts e tomadas, sejam externas ou de embutir, simples ou tripolar, com ou sem aterramento;
- 14.4.3. Corrigir falhas na rede embutida ou aparente, de baixa tensão, incluindo quadros de distribuição, disjuntores, condutores, canaletas, calhas, receptáculos, interruptores, equipamentos, instalações etc., substituindo os itens necessários;
- 14.4.4. Corrigir falhas em tomadas especiais destinadas ao uso de equipamentos diversos, como microcomputadores, máquinas reprográficas etc., substituindo os itens necessários;
- 14.4.5. Corrigir falhas nos sistemas de iluminação de emergência, substituindo os itens necessários;
- 14.4.6. Reparar ou substituir dispositivos elétricos e eletrônicos, tais como: reatores, fotocélula, contentores, relês, minuterias, chaves de baixa tensão, fusíveis, cigarras etc;
- 14.4.7. Realizar a manutenção ou substituição de luminárias, quando a sua operação for insuficiente ou provocar frequentes queimas de lâmpadas;
- 14.4.8. Realizar reaperto dos parafusos de sustentação das luminárias, lâmpadas, contatos dos reatores, base dos soquetes, disjuntores etc.;
- 14.4.9. Realizar a medição dos circuitos para verificar o estado da fiação, corrigindo ou substituindo aqueles que apresentarem descontinuidade, rupturas ou defeitos que afetem o nível de tensão de tomadas, lâmpadas, equipamentos etc.;
- 14.4.10. Realizar a manutenção corretiva em cercas eletrificadas e sistema de alarme, substituindo os itens necessários e corrigindo quaisquer irregularidades encontradas, incluindo a limpeza externa necessária ao seu bom funcionamento;
- 14.4.11. Ativar e mudar pontos elétricos;
- 14.4.12. Executar todas as demais rotinas de manutenção, de acordo com as especificações técnicas dos sistemas elétricos e das normas vigentes.
- 14.5. Serviços a serem realizados nas instalações civis:**
- 14.5.1. Corrigir falhas em telhados e suas estruturas, checando a proteção dos rufos, capotes, capacidade de escoamento e pontos de interferência, de forma a identificar anomalias;
- 14.5.2. Realizar eventuais correções em revestimentos de paredes, tetos e pisos (pintura, azulejos, cerâmicas, granitina, granito, rejuntamentos, rodapés, fixações, proteções e calafetação de juntas);
- 14.5.3. Realizar eventuais correções nos revestimentos internos e externos, eliminando a existência de trincas, descolamentos, manchas e infiltrações;
- 14.5.4. Corrigir falhas em forros internos e recuperar os pontos defeituosos, utilizando os mesmos materiais anteriormente empregados, de forma a manter o nivelamento e a pintura na mesma cor já existente;
- 14.5.5. Realizar regulagem, alinhamento, ajustes de pressão, lubrificações de portas e janelas, consertos ou, se necessário, substituição de fechaduras, travas, dobradiças, molas hidráulicas, cordalhas, prendedores, puxadores, trincos, incluindo serviços de plaina;
- 14.5.6. Realizar pintura de caixas de incêndio, quadros de distribuição elétricos, quadros telefônicos e molduras de equipamentos de ar-condicionado, corrigindo o que for necessário;
- 14.5.7. Corrigir falhas em calçadas, pátios, revestimentos de pisos, acessos, cercas, gradis, corrimãos, alambrados, muros e portões;
- 14.5.8. Corrigir falhas na estabilidade dos muros e fixação dos gradis, regularizando os pontos instáveis;
- 14.5.9. Realizar correções na estrutura do concreto armado e de madeira, se existirem dilatações, quebras, trincas, recalques etc.;
- 14.5.10. Realizar correções em paredes, eliminando quebras, trincas, fissuras, desgastes, além de pinturas;
- 14.5.11. Realizar correções, eliminando infiltrações ou vazamentos em lajes impermeabilizadas e marquises e, se necessário, proceder à remoção da vedação existente e realizar nova impermeabilização e proteção mecânica;
- 14.5.12. Executar revisão geral de janelas, portas, portões, suportes de ar-condicionado de janela, corrigindo as falhas encontradas ou substituindo partes, quando necessário;
- 14.5.13. Executar a inspeção geral nas esquadrias, realizando lixamentos, soldas, pinturas, vedações, regulagens nas fixações e remoção de partes enferrujadas, se necessário;
- 14.5.14. Realizar a limpeza das calhas pluviais, substituição de telhas, chapins, rufos;
- 14.5.15. Efetuar a limpeza geral de telhados, marquises, lajes, sistemas de condução e escoamento de águas pluviais;
- 14.5.16. Executar serviços de carpintaria, incluindo lixamento, impermeabilização, pintura, fechaduras, com vistas a corrigir ou reparar portas, janelas e montagens de móveis em geral;
- 14.5.17. Realizar reparos, montagem e desmontagem de divisórias (com ou sem vidro);
- 14.5.18. Realizar instalação de extintores de incêndio, telas de proteção, quadros, murais, acessórios de banheiro e copa, suportes, etc.

15. DESCRIÇÃO DO OBJETO

15.1. Os itens que constam do presente processo, estão descritos na tabela a seguir:

ITEM	MUNICÍPIO/REGIÃO	VALOR PARA REGISTRO	% DESCONTO MÍNIMO TABELA SOBRE A SINAPI	MÉDIA DOS VALORES UNITÁRIOS EM %
1	Rio Branco - Zona Urbana	R\$ 17.531.619,56	5%	10,33%
2	Rio Branco - Zona Rural	R\$ 7.682.149,08	5%	10,33%
3	Bujari, Porto Acre e Senador Guimard	R\$ 6.340.821,45	5%	10,33%
4	Plácido de Castro e Acrelândia	R\$ 3.048.471,85	5%	10,33%
5	Capixaba e Xapuri	R\$ 4.877.554,97	5%	10,33%
6	Assis Brasil, Epitaciolândia e Brasiléia	R\$ 5.487.249,34	5%	8,67%
7	Manoel Urbano Sena Madureira	R\$ 11.218.376,43	5%	8,67%
8	Feijó e Tarauacá	R\$ 12.803.581,79	5%	8,67%
9	Jordão e Santa Rosa do Purus	R\$ 3.048.471,85	5%	8,67%
10	Cruzeiro do Sul	R\$ 9.877.048,81	5%	8,67%
11	Rodrigues Alves e Mâncio Lima	R\$ 3.780.105,10	5%	8,67%
12	Porto Walter e Marechal Thaumaturgo	R\$ 1.951.021,98	5%	8,67%
TOTAL		R\$ 87.646.472,21		

16. RESERVA DE COTA OU A EXCLUSIVIDADE DA LICITAÇÃO LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123

16.1. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.

16.2. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

16.3.1. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;

16.3.2. não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

Da prioridade de contratação.

- 16.4. Será concedido prioridade de contratação para as ME ou EPP sediadas localmente até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme art. 48, § 3º, da LC 123/06 e Lei Complementar 147/201 bem como art. Art. 9º Inc II do decreto Federal 8.538/2015. Justifica-se este incremento, na obtenção de benefícios de cunho econômico, decorrente da localização geográfica comercial, posto que oportuniza, por exemplo, a geração de empregos e, consequentemente, elevará o poder de compra da sociedade inserida por esta política pública, retornando, indubitavelmente, a própria Administração sob outras formas, a exemplo dos impostos, taxas e tributos, ou da redução dos impactos em diversas áreas, como a saúde, a educação, a segurança pública, em virtude de uma provável melhor qualidade de vida.
- 16.5. A prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local a que se refere este item, tem como justificativa:
- 16.5.1. O desenvolvimento econômico promovido pela variação positiva da capacidade produtiva da economia com elevação do produto interno bruto, aliadas às variações positivas relacionadas com ascensão da qualidade de vida, educação, saúde, infraestrutura e mudanças da estrutura socioeconômica do município e da região, com melhoras dos indicadores sociais relacionados ao índice de desenvolvimento humano - IDH;
- 16.5.2. Materializar uma política pública onde o poder de compra governamental seja utilizado para gerar renda, emprego e melhor distribuição das riquezas do município e da região;
- 16.5.3. Materializar as atividades finalísticas do Município e dar retorno ao cidadão contribuinte, oportunizando prover o Poder Público com suas demandas sem exportar recursos locais, promovendo a sustentabilidade econômica e social;
- 16.5.4. Priorizar as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local aumentando a competitividade delas, contribuindo para que possam suportar a elevação na concorrência proporcionada principalmente pelo comércio, que na maioria das vezes incrementa a chamada evasão de recursos locais
- 16.6. Aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço;
- 16.7. A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será classificado o objeto em seu favor;
- 16.8. Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local com base na alínea “b”, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea “a”, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 16.9. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 16.10. NÃO SE APLICA os benefícios, tratamento diferenciado e prioridade na contratação local deste edital quando não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
- 16.11. O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;
- 16.12. Nestes casos, as ME ou EPP mais bem classificadas e, favorecidas pelos critérios citados nos itens acima, serão motivadas para, querendo, apresente Proposta verbal de preço inferior àquela considerada vencedora, hipótese na qual será classificado em seu favor o objeto licitado e constará em ATA.

17. JUSTIFICATIVA DO ORÇAMENTO SIGILOSO

- 17.1. Em que pese o disposto no art. 24, da Lei nº 14.133/2021, a Administração opta pela não adoção de orçamento sigiloso no presente processo licitatório, tendo em vista que não se verifica a existência de hipóteses excepcionais que justificariam a restrição de acesso a tais informações.
- 17.2. A divulgação do orçamento estimado, de forma detalhada, promove a ampla concorrência, a isonomia entre os participantes e o controle social, além de permitir que os licitantes formulem suas propostas em conformidade com os preços de mercado e os parâmetros estabelecidos pela Administração. Ressalta-se que a opção pela não adoção de orçamento sigiloso está alinhada ao princípio da publicidade previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.
- 17.3. No presente caso, a transparência integral dos valores contribui para a eficiência do certame, afasta riscos de sobrepreço ou superfaturamento e fortalece a confiança dos licitantes e da sociedade quanto à lisura do processo, estando, portanto, plenamente justificada a não adoção de orçamento sigiloso.

18. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 18.1. O critério de julgamento deverá ser MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO, ofertado sobre a tabela do SINAPI vigente no estado do Acre, durante a disputa entre os fornecedores participantes do certame licitatório.

19. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA

- 19.1. A avaliação da necessidade de inserir como obrigação da contratada a execução de logística reversa em regulamentação ao Art. 94 inciso XXX do Decreto Estadual nº 11.363/2023 não se aplica ao presente objeto.
- Art.18, I, §1º, XIII da Lei 14.133/2021 - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

20. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E FORMAS DE DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE DO DESCONTO OFERTADO

- 20.1. No caso em que a Tabela SINAPI não apresente os custos unitários de insumos ou serviços, por conta de sua peculiaridade, estes devem ser devidamente justificados, se utilizando como parâmetro para elaboração das composições de custo unitário, estimativa baseada na mediana de, no mínimo, 3 (três) referências de preço, obtidas, isoladas ou conjuntamente, por meio de pesquisa de preços no mercado, em órgãos ou em entidades da Administração pública, bem como em publicações especializadas, devendo ser excluídos os valores extremos e desarrazoados que possam alterar significativamente a tendência central do resultado da amostra.
- 20.2. A formação de preços deverá seguir os parâmetros estabelecidos no art. 104 do Decreto Nº 11.363, de 22 de novembro de 2023.
- 20.3. Na hipótese de não se atingirem o número mínimo de cotações, a justificativa técnica deverá ser elaborada de modo a indicar os motivos pelos quais a situação ocorreu, oportunidade em que se deverá ser indicada a especificidade do insumo/localidade/época do ano/outras variáveis que ensejaram tal condição.
- 20.4. Para efeito de análise da viabilidade do desconto ofertado, quando o mesmo for acima do percentual definido **maior que 25%**, a empresa licitante apresentará composição unitária de preço, que deverá refletir o desconto ofertado na proposta, referente ao item abaixo:

Item	Código	Descrição	Und	Quant.
1	94965	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	m³	1,00

COMPOSIÇÃO UNITÁRIA SINAPI				
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	COEFICIENTE	VALOR
88316	Servente com Encargos Complementares	H	2,3117	
88377	Operador de Betoneira Estacionaria/Misturador com Encargos Complementares	H	1,4637	
88830	Betoneira Capacidade Nominal de 400 L, Capacidade de Mistura 280 L, Motor Elétrico Trifásico Potência de 2 CV, Sem Carregador CHP Diurno	CHP	0,7534	
88831	Betoneira Capacidade Nominal de 400 L, Capacidade de Mistura 280 L, Motor Elétrico Trifásico Potência de 2 CV, Sem Carregador CHI Diurno	CHI	0,7103	
00000370	Areia Média - Posto Jazida/Fornecedor (Retirado na Jazida, Sem Transporte)	M³	0,7229	
00001379	Cimento Portland Composto CP II-32	KG	362,6579	
00004721	Pedra Britada N.1 (9.5 a 19 mm) Posto Pedreira/Fornecedor, Sem Frete	M³	0,5934	

- 20.5. Na hipótese de haver discrepância ou disparidade nas composições refletindo o desconto ofertado na proposta, de forma que não se reproduzam as condições locais de mercado, a proposta será desclassificada com base no art.41 da Lei Nº 14.133/2021.
- 20.6. Como de conhecimento público, a pesquisa de preços do **SINAPI**, reflete o mercado das capitais dos estados, critério esse que, no presente caso, serve somente para Rio Branco, o qual servirá de município referencial para o caso dos Itens 1 e 2.
- 20.7. Para os municípios referenciais dos demais itens, o valor de referência deverá considerar as Distâncias Médias de Transporte – DMT’s, incluindo os “momentos de transportes” no valor do serviço, de modo que reflitam o serviço no local da efetiva execução, observando os modais de transportes aplicáveis a cada cidade e a cada tipo de insumo.
- 20.8. Sendo assim, para o caso do **item 3**, o cálculo deverá considerar transporte rodoviário até o município de Senador Guiomard; do **item 4**, o transporte rodoviário deverá ser calculado até o município de Acrelândia; do **item 5** o transporte rodoviário deverá ser calculado até o município de Xapuri; do **item 6** o transporte rodoviário deverá ser calculado até o município de Brasília; do **item 7** o transporte rodoviário deverá ser calculado até o município de Sena Madureira; do **item 8** o transporte rodoviário deverá ser calculado até o município de Feijó; do **item 9** o transporte rodoviário deverá ser calculado até o município de Santa Rosa do Purus; do **item 10** o transporte rodoviário deverá ser calculado o município de Cruzeiro do Sul; do **item 11** o transporte rodoviário deverá ser calculado até o município de Mâncio Lima, e no caso do **item 12**, transporte rodoviário até o município de Cruzeiro do Sul.
- 20.9. Os momentos de transportes deverão constar de composições auxiliares, sempre se adotando transporte rodoviário, sob pena de desclassificação da proposta.
- 20.10. Para efeitos de cálculo do “momento de transporte”, o licitante deverá considerar as extensões a seguir, conforme imagem, extraída da publicação “Acre em Números 2017”.
- 20.11. Na proposta a ser apresentada, quando da convocação pelo Pregoeiro em decorrência do maior desconto, o valor cujo percentual foi **ofertado NÃO DEVERÁ CONTER O PERCENTUAL DE BDI**, tendo em vista que poderá servir de item para absorção do percentual de desconto ofertado.
- 20.12. O desconto deverá incidir apenas sobre o custo de execução do serviço, de modo a comprovar sua viabilidade, como descrito abaixo.

Tabela 66 – Distância rodoviária de Rio Branco aos demais municípios do Estado

MUNICÍPIOS	DISTÂNCIAS (KM)
Acrelândia	113,7
Assis Brasil	340,9
Brasília	230,0
Bujari	22,0
Capixaba	80,4
Cruzeiro do Sul	633,5
Epitaciolândia	228,9
Feijó	362,0
Mâncio Lima	664,9
Manoel Urbano	223,4
Plácido de Castro	96,2
Porto Acre	62,0
Rodrigues Alves	630,9
Sena Madureira	139,1
Senador Guiomard	24,0
Tarauacá	406,6
Xapuri	184,7

Fonte: DNIT/DERACRE.

- 20.13. No que concerne à mão-de-obra, serão desclassificadas as propostas que apresentem remuneração abaixo daquelas fixadas em lei (inclusive no SINAPI), convenção trabalhista ou em acordo coletivo de trabalho.
- 20.14. Serão também desclassificadas propostas cujos descontos ofertados alterem os coeficientes de produtividade, de modo a torná-los inferiores aos fixados nos sistemas oficiais (SINAPI/SICRO) e/ou publicações especializadas (PINI, por exemplo).
- 20.15. Quanto aos insumos/materiais, também serão desclassificadas as propostas que não comprovarem a viabilidade do desconto por meio de cotações válidas, notas fiscais de aquisição ou pesquisa impressa realizada junto à plataforma/aplicativo MENOR PREÇO BRASIL, disponível para Android e iOS (Iphone), que reflita o valor em qualquer dos MUNICÍPIOS em que o licitante venha a apresentar proposta, desde que qualquer dos documentos utilizados tenham sido emitidos nos 30 (trinta) dias anteriores à sessão de análise das propostas.
- 20.16. Como antedito, de forma a comprovar a viabilidade econômica da proposta, o licitante poderá juntar por meio de anexo às composições apresentadas, os seguintes documentos: notas fiscais de insumos e materiais, cotações com papel timbrado e devidamente assinadas, notas fiscais ou documentos comprovando propriedade de equipamentos, acordos coletivos, licenças ambientais, outorga de lavra, dentre outros.
- 20.17. Para efeito de análise da viabilidade de descontos, não serão aceitas cotações emitidas por empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico/empresarial (bastando um sócio em comum) ou com sócios que mantenham relação de parentesco entre os cônjuges (esposo/esposa) ou companheiro, ou parente, consanguíneo em linha reta (pai/mãe; filho/filha; avô/avó; neto/neta) ou colateral até o terceiro grau, inclusive (irmão/irmã; tio/tia; sobrinho/sobrinha) ou afim (enteado/enteada; cunhado/cunhada; genro/nora; padrao/madrasta), o que frustra o caráter competitivo da licitação, ou quaisquer documentos, exceto nota fiscal válida – sem estar cancelada –, além de documentos que contenham declarações genéricas assemelhadas a de que os “preços ali indicados derivam de condições especiais decorrentes de relações comerciais de vários anos entre o licitante e o fornecedor fulano de tal”, por exemplo, tendo em vista que tais situações geram condições desiguais que não beneficiam a todos os participantes, o que fere o princípio da isonomia previsto no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, bem como no art. 11, da Lei n.º 14.133/2021, cujo fundamento se extrai dos diversos precedentes do TCU, a exemplo do Acórdão nº 721/2016/TCU-Plenário.
- 20.18. Repise-se, que, embora os julgados não tratem sobre o fornecimento de cotações de insumos entre empresas integrantes do mesmo grupo econômico ou familiar, **o que se demonstra é que a jurisprudência do TCU refuta a quebra da isonomia por empresas coligadas, o que motiva a vedação no presente caso**. Ressalte-se, por óbvio, que a **Planilha Geral de Manutenção Predial 0019733862**, anexada aos autos deste processo, não será o único serviço exigível no decorrer da execução do objeto contratual, sendo que, no decorrer da execução, em muitos casos, será necessária a inclusão de outros custos, a exemplo dos momentos de transportes. Serão desclassificadas, ainda, as propostas que contenham, no desconto ofertado, o **percentual de BDI**, o que poderá servir para absorção de quaisquer frações percentuais visando atingir, de qualquer modo, o desconto ofertado, promovendo-se a chamada “conta de chegada”.
- 20.19. Com intuito de comprovar a exequibilidade de descontos ofertados superiores a 25% (vinte e cinco), a empresa classificada deverá demonstrar através dos itens planilhados constantes no anexo I, que mesmo aplicando o desconto percentual sobre os serviços elencados, ainda existe viabilidade técnico-financeira para executar o objeto desta contratação.

21. DA BASE DE PREÇOS DOS ORÇAMENTOS E DO BDI

- 21.1. O valor base para análise da viabilidade do desconto ofertado na proposta foi extraído da **Tabela SINAPI, não desonerado, vigente para o Estado do Acre, na data da abertura da proposta, excluindo-se o percentual referente ao BDI**.
- 21.2. O desconto deverá incidir apenas sobre o custo de execução do serviço, de modo a comprovar sua viabilidade, como descrito no subitem específico acerca da “*desclassificação das propostas economicamente inviáveis*”
- 21.3. O BDI de cada licitante, tanto para execução de serviços quanto de fornecimento de material, deverá ser apresentado na proposta ofertada, devendo constar o detalhamento de ambos, sob pena de desclassificação, conforme **Planilha de Composição de BDI**

21.4.	A proposta apresentada também deverá conter demonstrativo dos encargos incidentes sobre os preços do SINAPI/AC, <u>sob pena de desclassificação.</u>
22.	PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO
22.1.	Os serviços serão executados, no período e locais indicados pelo CONTRATANTE, através de “Ordem de Serviços – O.S”.
22.2.	Os prazos para término dos serviços estarão vinculados ao cronograma de execução fornecido pelo contratante, devendo ainda, ser iniciado após o recebimento da O.S, onde esta somente será emitida após aprovação dos custos e quantitativos, com o devido valor empenhado e termo contratual celebrado para a respectivo item;
22.3.	Fica estabelecido que a logística cronológica para o início da execução dos serviços será estabelecida entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, e constará na O.S, uma vez que esta análise depende de vários fatores, como: situação da estrada, pontes, urgência da execução ou não, demanda de trabalho nas unidades escolas ou prédios desta secretaria, dentre outros.
22.4.	Para os reparos corretivos emergenciais, a empresa deverá manter serviços de plantão 24 horas e, quando for o caso, realizá-los em até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da O.S;
22.5.	Consideram-se reparos corretivos emergenciais, aqueles ocasionados por descargas atmosféricas, quedas de árvores, tempestades, acidentes, e todos aqueles que podem comprometer a segurança das pessoas e bens patrimoniais;
22.6.	Os serviços que não tenham sido autorizados serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à contratada qualquer alegação em contrário;
22.7.	Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pelo fiscal do contrato.
23.	MODO DE RECEBIMENTO/ACEITE
23.1.	Os serviços efetuados serão objetos de constante avaliação com o escopo de averiguar sua conformidade quantitativa e qualitativa, não eximindo a responsabilidade de execução dos serviços por parte da Contratada;
23.2.	Os serviços considerados defeituosos deverão ser corrigidos imediatamente;
23.3.	Após a comunicação formal do término dos serviços, o fiscal do Contrato efetuará o recebimento provisório em até 10 (dez) dias úteis, relacionando os itens pendentes ou que não estão em conformidade com o presente Termo de Referência, os quais deverão ser sanados pela contratada fixando prazo para correção;
23.4.	Após o saneamento das pendências fixadas no Termo de Recebimento Provisório, deverá ser emitido em até 60 (sessenta) dias o Termo de Recebimento Definitivo.
24.	JUSTIFICATIVA DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP
24.1.	Em relevância ao inciso XLV do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021 reside na sua eficiência para contratações futuras de bens e serviços, permitindo agilidade, otimização de custos e padronização, especialmente em situações de contratações frequentes, para atendimento a múltiplos órgãos ou quando a demanda não pode ser definida previamente. Sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis.
24.2.	O uso do Registro de Preços se justifica pela natureza eventual, descentralizada e variável da demanda, permitindo à Administração Pública maior agilidade, economicidade e eficiência na contratação conforme a disponibilidade orçamentária e prioridades emergenciais, especialmente em áreas rurais vulneráveis à escassez hídrica.
24.3.	O Registro de Preços mostra-se essencial, pois, por limitações orçamentárias, a contratação pode não se dar de forma imediata, sendo necessário o aguardo da disponibilidade orçamentária para a efetivação da contratação de todos os itens. Daí a necessidade de que o processo seja realizado como sistema de registro de preços, mantendo-se o preço registrado para que a unidade possa efetuar sua contratação, de acordo com a demanda, aplicando-se justamente o fim a que se destina esse sistema, ou seja, atender eventuais contratações, as quais não são passíveis de mensurar pontualmente naquele momento, embora se saiba, de pronto, que a contratação será necessária em espaço de tempo, que abrange a vigência da ata de registro de preço.
24.4.	Ressalta-se que a adoção do sistema de registro de preços justifica-se não apenas para o atendimento da demanda atual, mas também para suprir necessidades eventuais e futuras, especialmente decorrentes da inauguração de novas unidades escolares que demandarão o objeto da presente contratação.
24.5.	Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resulta em vantagens à Administração, descomplicando procedimentos para contratação de serviços, reduzindo a quantidade de licitações.
25.	DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS
25.1.	O prazo de validade da ata de registro de preços será 1(um) ano, com possibilidade de prorrogação por igual período, obedecido o disposto no Art. 325, do Decreto Estadual nº 11.363/2021.
26.	ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
26.1.	O Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços é a Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEE/AC.
27.	DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
27.1.	Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ordinariamente, o órgão gestor, o(s) participante(s) se houver, e extraordinariamente, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador (Órgão Contratante), desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº. 14.133/2021, no Decreto Estadual nº. 11.363/2023, relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços.
27.2.	Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador;
27.3.	Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços serão fixos e irrevogáveis.
27.4.	O prazo de validade da ata de registro de preços será 1(um) ano, com possibilidade de prorrogação por igual período, obedecido o disposto no Art. 325, do Decreto Estadual nº 11.363/2021.
27.5.	As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o § 2º deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, conforme Art. 86, § 4º da Lei Federal 14.133/2021.
27.6.	Nos termos de regulamento, esta SEE, possibilita, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades nas respectivas Ata de Registro de Preço e determina a estimativa total de quantidades para contratação mediante solicitação. Em conformidade com o Art. 86 § 2º Se não participarem do procedimento previsto no caput deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
	I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
	II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Art. 23 desta Lei 14.133/2021.
	III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.
27.7.	A adesão deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias contados da autorização, admitida a prorrogação excepcional e justificada desse prazo, a pedido do interessado, mediante anuência da detentora, desde que observado o prazo de vigência da ata de registro de preço, conforme Art. 334. § 3º do decreto estadual 11.363/2021.
28.	DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
28.1.	Praticar todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços – SRP;
28.2.	Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
28.3.	Gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e aos quantitativos de contratação definidos, bem como praticar atos de gestão pertinentes;
28.4.	Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;
28.5.	Aplicar as sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes de descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, ou das obrigações contratuais, em relação às suas
28.6.	Realizar, periodicamente, pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados;
28.7.	Respeitar a ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata nas contratações dela decorrentes
29.	DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
29.1.	Prestar os serviços, de acordo com as exigências do Edital e seu Anexos;
29.2.	Obedecer aos prazos de início da prestação dos serviços estipulados e cumprir todas as exigências do edital e Ata;
29.3.	Manter, durante a execução da Ata, as mesmas condições de habilitação;
29.4.	Arcar com todos os custos da prestação dos serviços;
29.5.	Pagar todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os prestação dos serviços;
29.6.	Comunicar à Contratante, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na realização dos serviços;

29.7. Indicar representante, que responderá perante a Administração por todos os atos e comunicações formais.

30. DO PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

30.1. O licitante vencedor será convocado regularmente pelo órgão gerenciador, Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Estado do Acre para assinar a Ata de Registro de Preços, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito de registrar seus preços, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

30.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

30.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da Ata de Registro de Preços nas condições propostas pelo licitante vencedor.

31. DA GARANTIA CONTRATUAL

31.1. A empresa vencedora apresentará garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato resultante deste Termo de Referência, conforme preceitua o art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, nas modalidades abaixo:

- I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II - Seguro-Garantia;
- III - Fiança Bancária.

31.2. O prazo para apresentação da garantia será fixado no mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do art. 96, §3º da Lei nº 14.133/2021.

31.3. A garantia será liberada somente após o encerramento do contrato, ou ainda na ocorrência de outras hipóteses de extinção contratual previstas em lei, e caberá à contratada optar por uma das modalidades de garantia prevista no art. 96, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021;

31.4. A Devolução/Restituição da garantia contratual ficará condicionada à comprovação pela Contratada, da inexistência de débitos trabalhistas e previdenciários em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto contratado.

32. DA SUBCONTRATAÇÃO

32.1. Considerando o Art. 122 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre subcontratação, com fito nas características elencadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência que se trata de Contratação empresa para a prestação de serviços comuns de engenharia, incluindo todos os serviços envolvidos na manutenção, por se tratar de serviços de complexidade de execução contratual e características do objeto, para este tipo de serviço e a alta demanda de várias unidades escolares e prédios administrativos nos municípios do estado, será permitido a subcontratação parcial com autorização da SEE.

32.2. É proibida a subcontratação total do objeto da licitação, sendo permitida apenas parcialmente até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da obra/serviço.

32.3. A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica previstos no edital, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto, bem como conveniência da medida e necessidade técnica da subcontratação.

32.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, sendo passível, inclusive, de sanções administrativas por atos praticados pela Subcontratada.

Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

33. DAS RESPONSABILIDADES E DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

33.1. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa execução dos serviços de acordo com este Termo e demais normas técnicas brasileiras vigentes, assim como pelos danos decorrentes da realização dos trabalhos por ela executados.

33.2. Fica estabelecido que a realização pela CONTRATADA de qualquer elemento ou seção de serviços, implicará a tácita aceitação por parte dela, dos materiais, processos e dispositivos adotados e preconizados neste elemento ou seção de serviço executado.

33.3. Fica assegurada a CONTRATANTE pela CONTRATADA a garantia do bom desempenho e funcionamento dos equipamentos, peças e acessórios instalados quando da execução dos serviços de manutenção. Sempre que for solicitado pela fiscalização, a CONTRATADA deverá apresentar os certificados e garantias dos materiais adquiridos.

33.4. Cabe ainda à CONTRATADA a reposição imediata, quando da ocorrência de quaisquer distúrbios ou anormalidades que impeçam o bom desempenho e perfeito funcionamento dos materiais, responsabilizando-se ainda se for o caso pelo acionamento do fabricante para ressarcimento e/ou indenização eximindo a CONTRATANTE de quaisquer ônus a este título.

34. REQUISITOS DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA-FINANCEIRA

34.1. Habilitação Jurídica

- a) Contrato social ou instrumento equivalente.

34.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei
- c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

34.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).
 - b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, **30 de abril do ano seguinte**. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.
- c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido equivalente a **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

34.4. Qualificação Técnica

34.4.1. Qualificação técnica: também chamada de capacidade técnico-operacional, trata da comprovação de capacidade para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. No caso, a documentação relativa à qualificação técnico profissional e técnico operacional está restrita ao rol previsto no art. 67, da Lei nº 14.133/2021.

34.4.2. A qualificação técnica das proponentes será comprovada mediante apresentação dos documentos abaixo relacionados, os quais **DEVERÃO SER APRESENTADOS JUNTO COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, no ato do certame:

34.4.3. Registro ou inscrição da empresa licitante e do (s) profissional (is): **Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista e Técnico ou Engenheiro de Segurança do Trabalho**, na entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU). Para o licitante vencedor da licitação, caso não seja do Acre, por ocasião da assinatura do contrato será exigido o visto do Conselho de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU;

- 34.4.4. Comprovação de que os profissionais indicados pela empresa na data da licitação terem executado, a qualquer tempo, obras/serviços de características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão de acervo técnico CAT e/ou atestado (s), em nome do próprio Responsável Técnico, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA/CAU;
- 34.4.5. Atestado (s) de capacidade técnica-operacional devidamente registrado (s) na Entidade competente onde os serviços foram executados, **comprovando ter a Licitante executado, a qualquer tempo, serviços de obras/serviços de características compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidões e/ou atestados, em nome da própria Licitante, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.**
- 34.4.6. Para fins de verificação dos atestados, serão observadas as datas de aberturas da ART ou RRT, data de emissão da CAT, prazos de execução, entre outros.
- 34.4.7. Em casos de dúvidas, a Administração poderá solicitar à licitante cópia do Contrato, cópia da ART/RRT, e/ou originais, para fins de esclarecimentos.
- 34.4.8. Os atestados solicitados visam qualificar o procedimento e resguardar esta Secretaria com a participação de empresas que possuam infraestrutura adequada em razão das características dos trabalhos.
- 34.4.9. Apresentação do Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) expedida pelo referido Conselho da região da sede da empresa, que deve apresentar rigorosamente a situação atualizada da empresa.
- 34.4.10. Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado de contratação.

34.5. **Qualificação técnico-operacional:**

- 34.5.1. Deverá ser comprovada por meio de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprovem a prévia execução de obras/serviços de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, especificando necessariamente o tipo de obra/serviço, as indicações da área em metros quadrados, os serviços realizados e o prazo de execução e vigência. Os atestados devem corresponder a quantidade exigida relacionadas às parcelas de maior relevância, conforme quadro abaixo:
- 34.5.2. A exigência de atestados foram definidas por critérios técnicos e/ou grande relevância para execução do objeto;
- 34.5.3. Os atestados devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante;
- 34.5.4. Para o **item 1, RIO BRANCO - ZONA URBANA**, os itens e quantidades foram definidos conforme **Planilha Comparativa de Serviços De Manutenção Predial 0019733782**:
- 34.5.4.1. Para a definição dos quantitativos médios por unidade escolar, adotaram-se como universo de referência as unidades escolares urbanas do município de Rio Branco, conforme dados do Censo Escolar vigente da rede estadual de ensino, bem como os serviços já executados por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) anteriormente vigente na SEE, processo nº 0014.013889.00066/2023-85 cujo objeto era Contratação de empresa que, sob demanda, prestará serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de materiais e mão obra, com o maior desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes da TABELA SINAPI vigente no estado do Acre, para atender as necessidades prediais das unidades de ensino da rede pública estadual urbana, indígena e rural, prédios administrativos públicos e locados das áreas de atuação da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes – SEE do Estado do Acre em todos os municípios do Estado.
- 34.5.4.2. Inicialmente, procedeu-se ao levantamento dos quantitativos globais estimados de serviços de manutenção predial, considerando o conjunto das unidades escolares urbanas. Em seguida, aplicou-se o critério técnico de 50% sobre o quantitativo total levantado, com vistas à adoção de parâmetro conservador e compatível com a recorrência média das intervenções de manutenção nas edificações escolares.
- 34.5.4.3. A partir do quantitativo resultante (50% do total), obteve-se a média por unidade escolar mediante a divisão pelo número total de escolas consideradas, resultando em valores médios representativos e proporcionais à realidade física da rede escolar urbana de Rio Branco.
- 34.5.4.4. Dessa forma, os quantitativos médios adotados refletem estimativa técnica fundamentada em base censitária oficial e em critério prudencial de dimensionamento, garantindo compatibilidade com a demanda típica de manutenção predial das unidades escolares urbanas.

COMPARATIVO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL ITEM 01 (RIO BRANCO - ZONA URBANA)					
ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE	UNIDADES ESCOLARES	PERCENTUAL ANUAL	PERCENTUAL 50%
1	CONCRETO PARA ESTRUTURAS	M³	70	100	50
2	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO OU DE BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL	M²	50	5600	2800
3	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA APLICADOS EM ALVENARIA E ESTRUTURAS DE CONCRETO	M²	70	6000	3000
4	TELHAMENTO COM TELHA DE FIBROCIMENTO DE 4 A 6 mm	M²	70	6000	3000
5	CABO DE COBRE ISOLADO 6 mm OU SUPERIOR	M	70	7000	3500
6	GRADIL METÁLICO, ALAMBRADO OU MATERIAL SEMELHANTE	M²	70	1000	500
7	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA ACRÍLICA, SEMI BRILHO E ESMALTE	M²	20	10000	5000
8	CONTRAPISO EM ARGAMASSA PRONTA	M²	70	2000	1000
9	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISOS E PAREDES	M²	70	2000	1000
10	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA E/OU DIRECIONAL DE CONCRETO	M²	15	400	200
11	FORRO COM TÁBUAS E CIMALHA DE PVC	M²	50	2000	1000
12	DIVISÓRIA OU BANCADA EM GRANITO OU MÁRMORE	M²	20	100	50

34.5.5. Para os demais itens, **De 2 a 12** (conforme **Planilha Comparativa de Serviços De Manutenção Predial 0019733782**):

- 34.5.5.1. Para a definição dos quantitativos médios por unidade escolar, adotou-se como universo de referência o total das unidades escolares correspondentes aos itens 02 a 12, conforme dados do Censo Escolar vigente da rede estadual de ensino, bem como dos serviços já executados por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) anteriormente vigente na SEE, processo nº 0014.013889.00066/2023-85 cujo objeto era Contratação de empresa que, sob demanda, prestará serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de materiais e mão obra, com o maior desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes da TABELA SINAPI vigente no estado do Acre, para atender as necessidades prediais das unidades de ensino da rede pública estadual urbana, indígena e rural, prédios administrativos públicos e locados das áreas de atuação da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes – SEE do Estado do Acre em todos os municípios do Estado.
- 34.5.5.2. Inicialmente, procedeu-se ao levantamento dos quantitativos globais estimados de serviços de manutenção predial, considerando o conjunto das unidades escolares. Em seguida, aplicou-se o critério técnico de 50% sobre o quantitativo total levantado, com vistas à adoção de parâmetro conservador e compatível com a recorrência média das intervenções de manutenção nas edificações escolares.
- 34.5.5.3. A partir do quantitativo resultante (50% do total), obteve-se a média por unidade escolar mediante a divisão pelo número total de escolas consideradas, resultando em valores médios representativos e proporcionais à realidade física da rede escolar.
- 34.5.5.4. Dessa forma, os quantitativos médios adotados refletem estimativa técnica fundamentada em base censitária oficial e em critério prudencial de dimensionamento, garantindo compatibilidade com a demanda típica de manutenção predial das unidades escolares urbanas.

COMPARATIVO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL ITENS (02 -12)					
ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE	UNIDADES ESCOLARES	QUANTIDADE MÍNIMA POR ITEM	PERCENTUAL 50%
1	CONCRETO PARA ESTRUTURAS	M³	150	50	25
2	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO OU DE BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL	M²	150	2800	1400
3	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA APLICADOS EM ALVENARIA E ESTRUTURAS DE CONCRETO	M²	150	3000	1500
4	TELHAMENTO COM TELHA DE FIBROCIMENTO DE 4 A 6 mm	M²	150	3000	1500

5	CABO DE COBRE ISOLADO 6 mm OU SUPERIOR	M	150	3500	1750
6	GRADIL METÁLICO, ALAMBRADO OU MATERIAL SEMELHANTE	M²	150	500	250
7	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA ACRÍLICA, SEMI BRILHO E ESMALTE	M²	150	5000	2500
8	CONTRAPISO EM ARGAMASSA PRONTA	M²	150	1000	500
9	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISOS E PAREDES	M²	150	1000	500
10	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA E/OU DIRECIONAL DE CONCRETO	M²	5	200	100
11	FORRO COM TÁBUAS E CIMALHA DE PVC	M²	50	1000	500
12	DIVISÓRIA OU BANCADA EM GRANITO OU MÁRMORE	M²	10	50	25

34.6. Qualificação técnico-profissional:

- 34.6.1. a licitante deverá apresentar o REGISTRO ou INSCRIÇÃO DO(S) RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S) indicado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme legislação profissional dos respectivos conselhos vigente;
- 34.6.2. apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional, em nome do profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), suficientes para a comprovação do acompanhamento e/ou execução de serviços com características semelhantes, compatíveis com o objeto desta licitação e com o conselho profissional de origem. o(s) Atestados devem conter, no mínimo, as informações do objeto do contrato, nome do(s) profissional(is) responsável(is) pela(s) obra/serviços, quantificação principal, local, data de emissão do atestado, período de execução, além do nome e assinatura do signatário, contemplando os seguintes serviços:

a) Quantitativos mínimos requeridos do Profissional:

COMPARATIVO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL RIO BRANCO ITEM (01 - ZONA URBANA)			
ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADES
1	CONCRETO PARA ESTRUTURAS	M³	1,00
2	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO OU DE BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL	M²	1,00
3	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA APLICADOS EM ALVENARIA E ESTRUTURAS DE CONCRETO	M²	1,00
4	TELHAMENTO COM TELHA DE FIBROCIMENTO DE 4 A 6 mm	M²	1,00
5	CABO DE COBRE ISOLADO 6 mm OU SUPERIOR	M	1,00
6	GRADIL METÁLICO, ALAMBRADO OU MATERIAL SEMELHANTE	M²	1,00
7	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA ACRÍLICA, SEMI BRILHO E ESMALTE	M²	1,00
8	CONTRAPISO EM ARGAMASSA PRONTA	M²	1,00
9	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISOS E PAREDES	M²	1,00
10	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA E/OU DIRECIONAL DE CONCRETO	M²	1,00
11	FORRO COM TÁBUAS E CIMALHA DE PVC	M²	1,00
12	DIVISÓRIA OU BANCADA EM GRANITO OU MÁRMORE	M²	1,00

- 34.6.3. Comprovar a qualificação do(s) profissional(is) devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) do(s) Acervo(s) de Responsabilidade Técnica, dispostos no quadro abaixo, com a comprovação de pertencer ao quadro permanente do licitante, conforme disposto abaixo:
- 34.6.4. A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:
- a) Carteira de Trabalho;
 - b) Certidão do CREA;
 - c) Certidão do CAU;
 - d) Contrato Social;
 - e) Contrato de prestação de serviços;
 - f) Contrato de Trabalho registrado na DRT; e
 - g) Termo, por meio do qual o(s) profissional(is) assumam(m) a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar(em) o quadro técnico da empresa, no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.
- 34.6.5. Nos casos em que a licitante não possuir em seu quadro permanente o(s) profissional(is) exigidos no quadro abaixo, a Licitante deverá apresentar a Declaração de Compromisso de Contratação Futura referente ao(s) profissional(is).
- 34.6.6. A referida Declaração deverá conter a indicação (nome do profissional, nº CREA e/ou CAU) a ser contratado, bem como deverá conter a anuência do mesmo (assinatura). Nos casos de apresentação de Compromisso de Contratação Futura será exigido da licitante, no ato da assinatura do Contrato, a comprovação de efetivação de vínculo do profissional devidamente registrado junto ao seu respectivo conselho.
- 34.6.7. O(s) profissional(is) indicado(s) pelo Licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto da licitação.
- 34.6.8. Deverá ser apresentado, no mínimo, um acervo técnico do(s) profissional(is), devidamente acervado(s) pelo CREA e/ou pelo CAU, conforme conselho de origem, com a comprovação da execução dos serviços de forma clara e legível.
- 34.6.9. Para execução do serviço objeto deste instrumento a CONTRATADA DEVERÁ dispor de uma equipe técnica e equipamentos mínimos:

a) Relação de equipe técnica mínima requerida:

Item	Descrição	Quantidade
1	Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista	1
2	Técnico ou Engenheiro de Segurança do Trabalho (dimensionamento Conforme Norma Regulamentadora NR 4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho)	1
3	Encanador: profissional capacitado em instalação e manutenção de redes hidrossanitários;	1
4	Eletricista: profissional capacitado para execução de serviços que envolvam instalações e quadros elétricos, entre outros;	1
5	Pedreiro: profissional capacitado na execução de serviços de alvenaria;	1
6	Pintor: profissional capacitado na execução de trabalhos de pintura em geral;	1

b) Equipamentos mínimos:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Tipo, Pot. ou Capacidade
1	Caminhão Carroceria de Madeira	UN	1	4 toneladas

35. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

35.1. Nos termos do **art. 8º, inciso VII, da Lei nº 15.190, de 8 de agosto de 2025**, **não estão sujeitas a licenciamento ambiental as atividades e empreendimentos consistentes em serviços e obras direcionados à manutenção e ao melhoramento da infraestrutura em instalações preexistentes**, inclusive quando executados em faixas de domínio ou de servidão, desde que não caracterizem nova intervenção ou impacto ambiental relevante.

36. INSUMOS, INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

36.1. Na realização dos serviços de manutenção todos os insumos (materiais, peças e componentes) deverão ser fornecidos pela CONTRATADA;

36.2. Os insumos utilizados pela CONTRATADA na execução dos serviços aqui descritos deverão ser de boa qualidade e manter o padrão existente nas edificações, devendo as amostras serem submetidas à aprovação da fiscalização antes do seu emprego;

36.3. A CONTRATADA deverá de imediato e às suas expensas, disponibilizar todas as ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços objeto deste Termo de Referência, inclusive, se necessário, fornece veículos e máquinas específicas para realização de desentupimentos de redes hidráulicas, bem como para a limpeza de fossas sépticas;

36.4. O CONTRATANTE não poderá ser responsabilizado por avarias, roubos ou danos porventura causados a estes equipamentos enquanto estiverem nas dependências das unidades pertencentes a esta secretaria.

36.5. Os materiais disponibilizados pela CONTRATANTE deverão ser empregados, obedecendo-se às especificações do fabricante, ou na falta destas, dentro da técnica adequada para o seu melhor aproveitamento, sob pena de ressarcimento ou reposição, quando danificados por imperícia dos profissionais da CONTRATADA;

36.6. O fiscal do contrato definirá o local apropriado de armazenamento de eventuais sobras de materiais retirados das unidades pertencentes a esta secretaria, que poderão ser reaproveitados futuramente.

37. ESPECIFICAÇÕES (QUALIDADE, RENDIMENTO, COMPATIBILIDADE, DURABILIDADE E SEGURANÇA)

37.1. As especificações quanto aos itens e serviços que **poderão ser abrangidos pela manutenção**, dentre outros, estão dispostos na **Planilha Geral de Manutenção Predial 0019733862**

38. DAS RESPONSABILIDADES E DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

38.1. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa execução dos serviços de acordo com este Termo e demais normas técnicas brasileiras vigentes, assim como pelos danos decorrentes da realização dos trabalhos por ela executados, cujo serviços executados terão garantia de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados do recebimento definitivo.

38.2. Fica estabelecido que a realização pela CONTRATADA de qualquer elemento ou seção de serviços, implicará a tácita aceitação por parte dela, dos materiais, processos e dispositivos adotados e preconizados neste Memorial Descritivo para o elemento ou seção de serviço executado.

38.3. Fica assegurada a CONTRATANTE pela CONTRATADA a garantia do bom desempenho e funcionamento dos equipamentos, peças e acessórios instalados quando da execução dos serviços de manutenção. Sempre que for solicitado pela fiscalização, a CONTRATADA deverá apresentar os certificados e garantias dos materiais adquiridos.

38.4. Cabe ainda à CONTRATADA a reposição imediata, quando da ocorrência de quaisquer distúrbios ou anormalidades que impeçam o bom desempenho e perfeito funcionamento dos materiais, responsabilizando-se ainda se for o caso pelo acionamento do fabricante para ressarcimento e/ou indenização eximindo a CONTRATANTE de quaisquer ônus a este título.

39. DOS SEGUROS E ACIDENTES

39.1. Caberá exclusivamente à CONTRATADA toda responsabilidade de quaisquer acidentes no trabalho durante a execução dos serviços contratados.

40. DA FISCALIZAÇÃO

40.1. Caberá a CONTRATANTE a tarefa de fiscalização e supervisão dos serviços contratados, quer seja no local de execução dos mesmos, bem como nas dependências da CONTRATADA onde se encontram armazenados os equipamentos, peças e acessórios a serem utilizados.

40.2. A CONTRATADA será obrigada a facilitar meticulosamente a fiscalização dos materiais e execução dos serviços contratados facultando à fiscalização o acesso a todas as etapas dos mesmos.

40.3. Fica assegurado à fiscalização o direito de ordenar a suspensão dos serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeito a CONTRATADA e, sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso de não ser atendida a solicitação por escrito ou através de Ordem de Serviço – OS dentro dos prazos de estabelecidos, a contar da data de sua entrega bem como a substituição dos funcionários que não atenderem às normas técnicas de segurança ou má conduta quando do desempenho das atividades dos serviços contratados.

40.4. Todos os serviços serão fiscalizados individualmente pela equipe técnica formada pelos profissionais pertencentes ao quadro da CONTRATANTE.

41. DA ORDEM DE SERVIÇO

41.1. Todas as ordens de serviços e comunicados da fiscalização à CONTRATADA e vice versa, deverão ser assinadas pelo gestor do contrato e pelo representante da empresa para que se produza efeito legal, devendo ser convenientemente numeradas e em duas vias onde uma ficará em poder do emitente depois de assinado pelo destinatário.

41.2. Após emissão da OS deverão ser observados, obrigatoriamente, a emissão dos seguintes documentos:

- I - Planilha de orçamento e memória de cálculo dos quantitativos com fontes de custos baseada no SINAPI vigente no estado do Acre;
- II - Planilha com as composições analíticas e memória de cálculo dos quantitativos de fontes não SINAPI, se for o caso;
- III - Cronograma físico e cronograma físico-financeiro;

41.3. As ordens de serviço adotarão por data-base os preços da tabela SINAPI vigente no estado do Acre ou a que vier a ser adotada, disponível na data da respectiva emissão e deverão conter numeração serial, data de emissão, local/endereço de execução do serviço, os dados da empresa (nome e CNPJ), os dados do contrato, o tipo, descrição e quantitativo de cada serviço, bem como o prazo para início após emissão da ordem de serviço, além da duração prevista para execução, conforme Anexo III.

41.4. Se eventualmente houver necessidade de se executar um serviço inexistente no SINAPI, SICRO ou publicações especializadas (PINI, por exemplo), a composição unitária do serviço poderá ser elaborada com base no Acórdão nº 1.875/2021 – TCU – Plenário.

42. DA REALIZAÇÃO E MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

42.1. Os serviços somente serão realizados mediante autorização a ser emitida pela área gestora do contrato, mediante emissão da ordem de serviço, conforme item 26 deste Termo de Referência.

42.2. A medição dos serviços dar-se-á mensalmente, sendo fiscalizado até o seu término. A CONTRATADA terá direito a 100% do valor constante na autorização para execução de serviços quando a autorização for plenamente atendida.

42.3. Caso um serviço seja realizado de forma parcial, a CONTRATADA fará jus apenas às parcelas realizadas, sendo de que a área gestora do contrato será responsável pela medição e avaliação dos serviços efetivamente executados. Neste caso a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas neste Termo de Referência.

42.4. Nos casos de recusa ou inexecução por parte da CONTRATADA, esta ficará sujeita às sanções previstas neste Termo de Referência e no Edital.

42.5. A CONTRATADA fica obrigada a qualquer momento apresentar toda documentação no que couber.

42.6. Para realizar as medições, a CONTRATADA fica obrigada a encaminhar relatório fotográfico dos serviços realizados, com numeração, data, hora, local legendas descritivas dos serviços em cada foto.

43. DOS PRAZOS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

43.1. Em função da baixa complexidade dos serviços que serão realizados, o prazo para início da execução de cada serviço será determinado pela CONTRATANTE, em função de suas condições específicas, as quais serão apresentadas na Ordem de Serviço, observado o prazo da vigência contratual.

43.2. O não cumprimento do prazo de início da execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA à aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência, ressalvado o direito à plena e irrestrita defesa na forma da Lei.

43.3. O prazo de execução será em função das quantidades de serviços a serem executados, do grau de dificuldade e das condições de acesso ao local onde serão executados, em virtude da natureza da contratação – sob demanda – e como não há como prever as demandas futuras, o prazo de execução será discutido e acordado previamente com a CONTRATADA, podendo ser utilizado como base os próprios coeficientes de horas de mão de obra e demais bibliografias e normas técnicas existentes. O prazo estimado será apresentado em cada Ordem de Serviço.

43.4. O prazo de execução poderá ser prorrogado mediante o acréscimo na quantidade de serviços a serem executados ou ocorrência de fato que enseje ou justifique o acréscimo no prazo.

44. DO PAGAMENTO

44.1. Os pagamentos serão processados quando solicitado pela CONTRATADA, através de requisição formal de recebimento de SERVIÇO EXECUTADO, conforme descrito no capítulo “Realização e medição dos serviços”.

44.2. Os valores de retenções e impostos serão calculados e retidos conforme o apresentado nas propostas de preço e de acordo com os coeficientes oriundos das composições de custos unitários, observando-se a Legislação vigente.

44.3. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias após a apresentação de todos os elementos necessários ao pagamento (recebimento, nota fiscal atestada, certidões)

- 44.4. O pagamento da primeira parcela do valor do contrato é necessário a apresentação dos seguintes comprovantes, cujas taxas deverão ser pagas pela CONTRATADA:
- I - Certidão negativa de débitos referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;
 - II - Certificado de regularidade de situação do FGTS – CRF;
 - III - Certidão negativa de débitos junto à Fazenda Federal;
 - IV - Certidão negativa de débitos junto Fazenda Estadual do Acre da empresa e dos sócios;
 - V - Certidão negativa de débitos Municipal, do domicílio sede da CONTRATADA e do município da prestação dos serviços;
 - VI - Certidão negativa de débitos Trabalhistas;
 - VII - Documento comprobatório de quitação de encargos trabalhistas e previdenciários dos funcionários contratados, entre outras solicitadas pela CONTRATANTE, previstas no Contrato;
 - VIII - Comprovante de transferência bancária referente aos vencimentos dos funcionários relacionados em cada medição.
 - IX - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP.
- 44.5. O representante da CONTRATANTE deverá conferir os serviços nas datas finais de cada período de aferição estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro da OS e atestar o pagamento a ser feito à CONTRATADA, por meio de certificado específico.
- 44.6. O valor devido pelo serviço executado será determinado pelo representante da CONTRATANTE.
- 44.7. O valor do serviço realizado deverá referir-se apenas a itens ou a atividades incluídas no Cronograma Físico-Financeiro. Itens dos serviços para os quais nenhuma tarifa ou preço tenha sido cotado não serão pagos, considerando-se cobertos por outros preços e tarifas.
- 44.8. Caso o representante da CONTRATANTE não concorde com as parcelas de desembolso apresentadas poderá alterá-la, determinando o pagamento da quantia aprovada.
- 44.9. A CONTRATADA poderá recorrer da decisão do representante da CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 44.10. O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo a CONTRATADA para isso fornecer o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- 44.11. Qualquer erro ou omissão que venha a constar da documentação fiscal ou da fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente resolvido.
- 44.12. Nenhum pagamento será realizado pela CONTRATANTE sem que antes seja procedida prévia comprovação de regularidade da CONTRATADA, para com o recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e fazenda estadual.
- 44.13. A área de gestão de contratos reserva-se o direito de suspender o pagamento se o serviço for executado em desacordo com as especificações constantes deste Contrato.
- 45. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**
- 45.1. Não será permitida a participação de Consórcio neste processo licitatório.
- 45.2. Da participação de consórcios de empresas, reitera-se que a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, que não é caso do referido programa, nota-se que em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/2021, que em seu artigo 15 que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. Ressalte-se que a nossa decisão visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar combinações para formação de maiores preços.
- 46. DAS PENALIDADES**
- 46.1. O descumprimento das condições estabelecidas no presente Termo de Referência sujeitará às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 5.965 de 30 de dezembro de 2010, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal;
- 46.2. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste documento e no edital, sujeita às penalidades condicionará a contratada a multas, consoante o art. 162, da Lei nº 14.133/2021, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
- 46.2.1. Quanto ao atraso para assinatura da Ata:
- I - Atraso até 3 (três) dias úteis, multa de 2% (dois por cento);
 - II - A partir do 4º dia útil até o limite do 5º dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º dia útil de atraso.
- 46.2.2. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:
- I - Atraso até 03 (três) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento);
 - II - A partir do 4º (quarto) dia útil até o limite do 5º (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia útil de atraso;
- 46.3. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, da Lei nº 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado por Ordem de Serviços – O.S. emitidas;
- 46.4. Se a adjudicatária se recusar a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:
- I - Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
 - II - Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com Órgãos/Entidades por prazo de até 03 anos, e,
 - III - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 46.5. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Poder Executivo pelo prazo de até dois anos, sem prejuízo de outras penalidades correspondente na forma da lei;
- 46.6. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Poder Executivo do Estado do Acre, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão/Entidade competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda o Órgão/Entidade proceder à cobrança judicial da multa;
- 46.6.1. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Poder Executivo;
- 47. DIREITOS AUTORAIS E PROPRIEDADE INTELECTUAL**
- 47.1. Direitos autorais e propriedade intelectual, bem como sigilo e segurança dos dados em regulamentação ao Art. 94 inciso XXVII do Decreto Estadual nº 11.363/2023 não se aplica ao presente objeto.
- 48. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**
- 48.1. Conforme art. 92, § 3º, estabelece-se a possibilidade de reajustamento de preço a cada interregno de 1 (um) ano, contados da data-base do orçamento estimado pela Administração, mediante à aplicação do índice Nacional de Custos da Construção do Mercado (INCC—DI), mantido pela Fundação Getúlio Vargas, bem como, em consonância ao artigo 5º do Decreto nº 1.054 de 07 de fevereiro de 1994, que regulamenta o reajuste de preços nos contratos da Administração Federal direta e indireta e outras.
- 48.2. Em caso de atraso no prazo da execução do contrato por responsabilidade da CONTRATADA a mesma não terá direito ao reajustamento, mesmo que os acréscimos de prazos sejam superiores a 01 (um) ano.
- 48.3. O reajustamento deverá ser precedido de solicitação do contratada, dentro da vigência contratual, identificando o índice e o período de incidência do reajustamento.
- 48.4. A CONTRATADA deverá formalizar requerimento de reajuste no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após decorrido 01 (um) ano da data-base do orçamento estimado pela Administração (para o primeiro reajuste) e 01 (um) ano da data-base da concessão do último reajuste (para os reajustes seguintes).
- 48.5. O transcurso do prazo de 60 (sessenta) dias sem pedido formal de reajuste pelo CONTRATADO não afastará o direito de pleiteá-lo a qualquer tempo, mas a concessão somente produzirá efeitos financeiros futuros, ou seja, em relação aos serviços ainda não medidos, mesmo que já executados.
- 48.6. Em caso de prorrogação contratual, a concessão de reajuste estará condicionada a comprovação de que a prorrogação não se deu por culpa exclusiva da contratada.

- 48.7. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser encaminhado ao fiscal do contrato, que analisará os fundamentos de fato e de direito que embasaram o pedido.
- 48.8. A análise dos fundamentos de fato e de direito do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o fiscal do contrato poderá solicitar apoio técnico ao gestor do contrato.
- 48.9. Analisado o pedido e verificada a real alteração do custo suportado pelo contratado, o fiscal do contrato se manifestará pela procedência total ou parcial do pedido, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.
- 48.10. Quando o fiscal se manifestar pela procedência do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o processo será encaminhado à Procuradoria-Geral para manifestação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis. Após manifestação, a Procuradoria-Geral enviará o pedido para gestor do contrato ou da ata de registro de preços que julgará o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
- 48.11. Em caso de atraso na execução dos serviços atribuível à CONTRATADA, os PREÇOS contratuais serão reajustados, obedecendo-se os seguintes critérios:
- 48.11.1. Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as etapas dos serviços seriam realizadas de conformidade com o programado no cronograma Físico-Financeiro.
- 48.11.2. Se os índices diminuírem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que os serviços forem executados.
- 48.12. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 48.13. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 48.14. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

49. **DOS DEMAIS DOCUMENTOS ANEXOS**

- 49.1. Para balizar os elementos do Edital, seguem anexas as seguintes minutas:
- a) Anexo I – Demonstração de Viabilidade Técnico/Econômica da Proposta - Exequibilidade
- b) Anexo II – Composição de Encargos Sociais
- c) Anexo III - Modelo da Ordem de Serviço
- d) Anexo IV – Componentes da edificação que poderão ser abrangidos pela manutenção, dentre outros não especificados nesta tabela.

Marcos Venicio de Oliveira Holanda
Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Obras - DIMPO
Matrícula nº 9170855-7

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DE VIABILIDADE TÉCNICO/ECONÔMICA DA PROPOSTA - EXEQUIBILIDADE

A proposta deverá ser apresentada conforme quadro abaixo:

Objeto:					Bancos:		Encargos Sociais:	
Contratação de empresa para a prestação de serviços comuns de engenharia de forma continuada, por demanda, para execução de reformas de pouca relevância material, serviços de adequação, adaptação, reparação ou revitalização, que consistam de atividades simples, típicas de intervenções isoladas, que possam ser objetivamente definidas conforme especificações usuais no mercado e preços da tabela SINAPI, desonerada, que possuam natureza padronizável e pouco complexa nas instalações prediais das unidades de ensino da rede pública estadual urbana e rural e prédios públicos das áreas de atuação da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes – SEE do Estado do Acre em todos os municípios do Estado.					Tabela SINAPI vigente no Estado do Acre.		Não Desonerado:	
							Horista: 112,61 %	
					Desconto:		Mensalista: 69,03 %	
Composições Analíticas com Preço Unitário								
1	Cód.	Descrição	Und.	Quant.	Valor Unit	% de desconto mínimo	Valor Total com desconto	
Composição	94965	CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	M³	1,000		5%		
Composição Auxiliar	88830	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - CHP DIURNO. AF_10/2014	CHP	0,750		5%		
Composição Auxiliar	88831	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - CHI DIURNO. AF_10/2014	CHI	0,710		5%		
Composição Auxiliar	88377	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,460		5%		
Composição Auxiliar	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,310				
Insumo	00000370	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	0,7230				
Insumo	00001379	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	362,660				
Insumo	00004721	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M³	0,5930				

- Observações:
1. Este documento deverá ser emitido em papel que identifique o Licitante.
2. Será desclassificada a proposta de preços que apresentar percentual inferior ao estimado na tabela acima;
3. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
4. Com intuito de comprovar a exequibilidade de descontos ofertados superiores a 25% (vinte e cinco por cento), a empresa classificada deverá demonstrar, através dos itens da Planilha Geral de Manutenção Predial 0019733862, que mesmo aplicando o desconto percentual sobre os serviços elencados, ainda existe viabilidade técnico-financeira para executar o objeto desta contratação.

Rio Branco – AC, de de 20__

ANEXO II - COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS

SINAPI – Cálculos e Parâmetros



APÊNDICE – DETALHAMENTO DOS ENCARGOS POR LOCALIDADE

Apêndice 1 – Encargos Sociais – Acre

ACRE VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/2026

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALIST A
GRUPO A					
A1	INSS	10,00%	10,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	26,80%	26,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,91%	Não incide	17,91%	Não incide
B2	Feriados	4,74%	Não incide	4,74%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,88%	0,67%	0,88%	0,67%
B4	13º Salário	10,89%	8,30%	10,89%	8,30%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,85%	Não incide	1,85%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,03%	0,02%	0,03%	0,02%
B9	Férias Gozadas	9,07%	6,91%	9,07%	6,91%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%	0,04%	0,03%
B	Total	46,21%	16,54%	46,21%	16,54%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,53%	3,46%	4,53%	3,46%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,12%	0,09%	0,12%	0,09%
C3	Férias Indenizadas	5,23%	3,99%	5,23%	3,99%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	1,92%	1,46%	1,92%	1,46%
C5	Indenização Adicional	0,38%	0,29%	0,38%	0,29%
C	Total	12,18%	9,29%	12,18%	9,29%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INNS sobre 13º, conforme Lei nº 14.973/2024)	11,30%	3,60%	17,01%	6,09%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre	0,39%	0,30%	0,41%	0,31%

	Aviso Prévio Indenizado				
D	Total	11,69%	3,90%	17,42%	6,40%
TOTAL(A+B+C+D)		96,88%	56,53%	112,61%	69,03%

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET

83

ANEXO III – MODELO DA ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO OU DE FORNECIMENTO	
1. IDENTIFICAÇÃO	
Nº da O.S.:	Data de emissão:
Tipo de Serviço:	
Emergencial:	Sim
Solicitante:	
Local do Serviço:	
Endereço:	
Cidade:	
2. DADOS CONTRATUAIS	
Contrato:	
Contratada:	
Pregão:	
Processo:	
Objeto:	
3. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	
4. INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES	
Prazo de Execução (dias corridos a partir do recebimento da O.S.):	

ANEXO IV

COMPONENTES DA EDIFICAÇÃO QUE PODERÃO SER ABRANGIDOS PELA MANUTENÇÃO, DENTRE OUTROS NÃO ESPECIFICADOS NESTA TABELA

ITEM	DESCRIÇÃO
1	ELEMENTOS ESTRUTURAIS
1.1	Fundações
1.2	Pilares
1.3	Vigas
1.4	Lajes
1.5	Rampas
1.6	Escadas
1.7	Elementos de apoio
2	ELEMENTOS DE COBERTURA
2.1	COBERTURA
2.1.1	Estrutura
2.1.2	Telhado
2.1.3	Cobertura de vidro
2.1.4	Cobertura de policarbonato
2.1.5	Cobertura metálica
2.2	DRENAGEM
2.2.1	Impermeabilização
2.2.2	Calhas e rufos
2.2.3	Grades, grelhas, correntes, ralos e condutores
3	ELEMENTOS DE FECHAMENTO OU VEDAÇÃO
3.1	FECHAMENTO E VEDAÇÃO
3.1.1	Alvenaria
3.1.2	Divisórias
3.1.3	Gesso
3.1.4	Tijolo de vidro
3.1.5	Tijolo aparente
3.1.6	Pedras
3.1.7	Vidro
3.1.8	Carenagens
3.2	COMPLEMENTOS
3.2.1	Ferragens
3.2.2	Grades
3.2.3	Guarda-corpos
3.2.4	Acessórios
4	PISOS
4.1	REVESTIMENTOS
4.1.1	Cerâmicos
4.1.2	Mármore e granitos

4.1.3	Cimentado
4.1.4	Madeira
4.1.5	Carpetes
4.1.6	Emborrachados
4.1.7	Fitas antiderrapantes
4.1.8	Juntas
4.1.9	Rodapés
4.1.10	Peitoris
4.1.11	Soleiras
4.1.12	Comum
4.1.13	Porcelanato
4.1.14	Sinteco
4.1.15	Pastilha de vidro
4.1.16	Pedras
4.1.17	Granilite / Granitina
4.1.18	Piso Industrial
4.2	PISOS ELEVADOS
4.2.1	Aço e concreto celular
4.2.2	PVC reforçado
4.3	PAVIMENTAÇÃO EXTERNA
4.3.1	Cerâmico
4.3.2	Blocos de concreto
4.3.3	Paralelepípedos
4.3.4	Concreto
4.3.5	Pedras
4.3.6	Piso Industrial
5.4	FORRO
5.4.1	Forro de gesso
5.4.2	Forro de fibra mineral
5.4.3	Forro de Isoterm
5.4.4	Forro colmeia
5.4.5	Forro metálico
5.4.6	Forro de madeira
5.4.7	Forro de PVC
5.4.8	Alçapões
6	PINTURA
6.1	INTERNA
6.1.1	Comum
6.1.2	Segurança
6.1.3	Decorativa
6.1.4	Piso
6.2	EXTERNA
6.2.1	Comum
6.2.2	Segurança
6.2.3	Antipichação
6.2.4	Decorativa
6.2.5	Piso
6.2.6	Verniz
6.2.7	Hidro repelente
6.2.8	Impermeável
6.3	ESPECIAIS
6.3.1	Tubulações
6.3.2	Estacionamento
6.3.3	Esquadrias
6.3.4	Grades
6.3.5	Janelas, Portas e Portões
6.3.6	Puxadores
6.3.7	Acessórios
7	ESQUADRIAS E ACESSÓRIOS
7.1	ESQUADRIAS
7.1.1	Esquadrias de alumínio
7.1.2	Esquadrias de ferro
7.1.3	Esquadrias de madeira
7.1.4	Janelas
7.1.5	Portas
7.2	FERRAGENS E ACESSÓRIOS
7.2.1	Fechaduras, dobradiças e ferragens em geral
7.2.2	Molas de piso
7.2.3	Molas aéreas
7.2.4	Puxadores
7.2.5	Vidros
7.2.6	Brises
7.2.7	Grades
7.2.8	Persianas
7.2.9	Corrimãos
8	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS
8.1	INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA
8.1.1	Hidrômetro
8.1.2	Reservatório
8.1.3	Bombas hidráulicas
8.1.4	Válvulas e caixas de descargas
8.1.5	Registros, torneiras e metais sanitários
8.1.6	Pias e louças em geral
8.1.7	Acessórios de banheiro para PNE
8.1.8	Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)
8.1.9	Limpeza de caixas e reservatórios
8.2	INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ESGOTO SANITÁRIO
8.2.1	Poço de recalque
8.2.2	Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)
8.2.3	Ralos e aparelhos sanitários
8.2.4	Fossas sépticas
8.2.5	Filtro anaeróbico
8.2.6	Sumidouro
8.2.7	Vala de infiltração

8.2.8	Caixas coletoras e caixas de gordura
8.2.9	Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)
8.2.10	Ventilação
8.2.11	Limpeza de sistema de esgoto em geral
8.3	INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS
8.3.1	Poço de recalque
8.3.2	Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)
8.3.3	Ralos e grelhas
8.3.4	Caixas de inspeção e caixas de areia
8.3.5	Sarjeta e boca de lobo
8.4	INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO
8.4.1	Extintores
8.4.2	Hidrantes completos e Sprinklers
8.4.3	Mangueiras
8.4.4	Bombas hidráulicas
8.4.5	Válvulas
8.4.6	Equipamentos de medição
8.4.7	Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)
8.8.8	Placas de sinalização
9	COMUNICAÇÃO VISUAL
9.1	SINALIZAÇÃO INTERNA
9.1.1	Totens e painéis
9.1.2	Adesivos e películas
9.1.3	Placas
9.1.4	Placas de mesa
9.1.5	Sinalização de piso
9.2	SINALIZAÇÃO EXTERNA
9.2.1	Totens e painéis
9.2.2	Adesivos e películas
9.2.3	Bandeiras
9.2.4	Placas
10	GERAL
10.1	SERVIÇOS GERAIS
10.1.1	Furações
10.1.2	Fixações
10.1.3	Montagem e desmontagem de mobiliários
10.1.4	Armários de banheiro
10.1.5	Armários de copa
10.1.6	Suportes diversos
10.1.7	Serralheria e Soldas em geral
10.1.8	Portões automáticos e cancelas
10.1.9	Muro e alambrado
10.1.10	Guarita de vigilância
10.1.11	Exaustores eólicos
10.1.12	Dedetização, desinsetização, desratização e descupinização.
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
11.1	ENTRADA EM MT E BT
11.1.2	Entradas de energia
11.1.3	Entradas em MT e BT
11.1.4	Ramais de entrada
11.1.5	Transformadores
11.1.6	Disjuntores de MT e BT
11.1.7	Chaves seccionadores MT e BT
11.1.8	Para-raios
11.1.9	Barramentos e conectores
11.1.10	Sistema de aterramento
11.1.10	Medição BT e MT
11.2	QUADROS ELÉTRICOS
11.2.1	Quadros Gerais de Distribuição
11.2.2	Quadros de Força e Luz
11.2.3	Quadros de Automação e Controle
11.2.4	Quadros de Energia Estabilizada
11.2.5	Identificação e proteção de quadros
11.2.6	Identificação de circuitos e rede
11.3	SPDA
11.3.1	Captores
11.3.2	Pontaletes e Isoladores
11.3.3	Cabos de Gaiolas e de Descida
11.3.4	Hastes e Cabos Enterrados
11.3.5	Conectores e Terminais de Medição
11.4	SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO
11.4.1	Luminárias para Lâmpadas Fluorescentes
11.4.2	Outros tipos de aparelhos de iluminação
11.4.3	Sistemas de Comando e Dispositivos de Controle
11.4.4	Iluminação de Emergência
11.4.5	Iluminação de Alerta e Sinalização
11.4.6	Iluminação de fachada
11.4.7	Lâmpadas fluorescentes tubulares
11.4.8	Lâmpadas fluorescentes compactas
11.4.9	Lâmpadas fluorescentes eletrônicas
11.4.10	Lâmpadas incandescentes comuns e mistas
11.4.11	Lâmpadas Halógenas
11.4.12	Lâmpadas tipo dicroica
11.4.13	Lâmpadas de vapor metálico
11.4.14	Lâmpadas de vapor de mercúrio
11.4.15	Lâmpadas tipo Spot
11.4.16	Soquetes e bocais
11.4.17	Reatores diversos
11.4.18	Luminária para lâmpadas fluorescentes
11.4.19	Lâmpada Led bulbo 30w
11.4.20	Lâmpada Led tubular 9w 60cm
11.4.21	Lâmpada Led tubular 9w 120cm
11.4.22	Plafon Led de embutir 20w 20/20
11.4.23	Plafon Led de embutir 40w 62/62
11.4.23	Outros tipos de aparelhos de iluminação

11.5	PONTOS DE FORÇA
11.5.1	Tomadas de uso comum
11.5.2	Tomadas para equipamentos especiais
11.5.3	Tomadas em equipamentos tipo Rack
11.5.4	Tomadas de sistemas estabilizados
11.5.5	Tomadas de uso comum
11.6	SISTEMAS DE ENERGIA ESTABILIZADA
11.6.1	No Breaks para automação
11.6.2	Sistemas monofásicos
11.6.3	Sistemas bifásicos
11.6.4	Sistemas Trifásicos
11.6.5	Bancos de baterias
11.6.6	Short Breaks Uso Geral
11.6.7	Estabilizadores de tensão Mono, Bi e Trifásicos
11.7	GERADORES DE ENERGIA
11.7.1	Bancos de capacitores
11.7.2	Capacitores individuais acionados por intertravamento
11.7.3	Capacitores controlados por dispositivos automáticos
11.7.4	Geradores de energia
12	SISTEMA E DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO
12.1	Protetores contra surtos para redes elétricas
12.2	Protetores contra surtos para radiocomunicação



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS VENICIO DE OLIVEIRA, Chefe de Divisão**, em 11/03/2026, às 11:21, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019578035** e o código CRC **A187135B**.



ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Rua Rio Grande do Sul, 1907, Conjunto Castelo Branco, Rio Branco/AC, CEP 69.911-018

Telefone: - www.see.ac.gov.br

Processo nº 0014.018969.00015/2025-85

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__

PROCESSO Nº ____/20__

PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__ - CPL ____

VALIDADE: 01 (UM) ANO, A CONTAR DA SUA ASSINATURA

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de dois mil e ____, na Secretaria de Estado de ____, inscrita no CNPJ (MF), sob o número ____/____-____, com sede na ____, nº ____ - Bairro ____, CEP: ____-____, neste município ____, por seus representantes legais, nos termos do Decreto Estadual nº 11.363/23 que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/21, e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO ____ PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__ - CPL ____, do processo nº ____/20__ e a respectiva Homologação pelo Secretário ____, **RESOLVE**, registrar os preços para a Aquisição de ____, de acordo com o Edital e seus anexos, que passam a fazer parte integrante desta Ata, tendo sido referidos preços oferecido pelas empresas cujas propostas foram classificadas em 1º lugar no certame.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para a contratação de empresa para a prestação de serviços comuns de engenharia, de forma continuada, por demanda, para execução de reformas de pouca relevância material, serviços de adequação, adaptação, reparação ou revitalização, que consistam de atividades simples, típicas de intervenções isoladas, que possam ser objetivamente definidas conforme especificações usuais no mercado e preços da tabela SINAPI, desonerada, que possuam natureza padronizável e pouco complexa nas instalações prediais das unidades de ensino da rede pública estadual urbana, rural e seus anexos, e indígena, além dos prédios públicos das áreas de atuação da Secretaria de Estado de Educação e Cultura no estado do Acre, solicitado através do OF. Nº ____ de ____/____/20__, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do edital.

2. DO(S) DETENTOR(ES) DA ATA REGISTRADO(S), DOS PREÇOS E DOS SERVIÇOS

2.1. Os preços ofertados pela empresa classificada em primeiro lugar, por objeto/ítem, signatárias da presente Ata de Registro de Preços consta do **“Encarte I”**, que constituem anexo a presente Ata de Registro de Preços.

3. DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, observado o que dispõe o artigo 325 do Decreto Estadual nº 11.363/23, previstas pela Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 3.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o ÓRGÃO GESTOR não estará obrigado a contratar o objeto desta Ata, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao PRESTADOR DE SERVIÇOS, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de serviços em igualdade de condições.
- 3.3. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o PRESTADOR DE SERVIÇOS assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
- 3.4. A contratação decorrente desta Ata será formalizada pela emissão de Nota de Empenho de Despesa ou Autorização de Serviço, a qual deverá ser assinada e retirada pelo PRESTADOR DE SERVIÇOS no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da comunicação do ÓRGÃO GESTOR.
- 3.5. Mediante a retirada da Nota de Empenho ou Autorização de Serviço, estará caracterizado o compromisso de execução dos serviços.

4. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

- 4.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas na ocorrência de situação prevista alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 4.2. O preço registrado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados.
- 4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o ÓRGÃO GESTOR convocará o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
- 4.4. Frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido.
- 4.5. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o estabelecido no Edital e Termo de Referência, Anexo I do Edital.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 6.1. As condições de fornecimento deverão ocorrer de acordo com o estabelecido no Edital e Termo de Referência, Anexo I do Edital.

7. DO PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento deverá ser efetuado nos prazos e condições indicados no Termo de Referência do Edital.

8. DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1. A empresa prestadora dos serviços obriga-se a cumprir o estabelecido no Termo de Referência do Edital.

9. DA OBRIGAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR

- 9.1. São obrigações da Contratante as estabelecidas no Edital e seus anexos.

10.	OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1.	Instaurar e realizar procedimento público de IRP, ou justificar sua não abertura;
10.2.	Dar publicidade aos demais órgãos e entidades para que manifestem seu interesse na aquisição do bem, objeto deste termo para registro de preços, estabelecendo, quando for o caso, número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;
10.3.	Informar a descrição do objeto, disponibilizando o ETP, TR, projeto básico ou documento que contenha as especificações mínimas orientadoras da contratação, quando houver;
10.4.	Aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP: os quantitativos considerados ínfimos; a inclusão de novos itens; e os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações.
10.5.	Consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos TRs ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;
10.6.	Realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada;
10.7.	Confirmar, junto aos órgãos ou entidades participantes, sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao TR ou projeto básico, caso o órgão ou entidade gerenciadora entenda pertinente;
10.8.	Promover os atos necessários à instrução processual para a realização do processo licitatório ou contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata de registro de preços e sua disponibilização aos órgãos ou entidades participantes;
10.9.	Definir o direito de preferência para as contratações decorrentes da ata de registro de preços;
10.10.	Remanejar os quantitativos da ata de registro de preços;
10.11.	Assinar, gerenciar e fiscalizar o cumprimento da ata de registro de preços;
10.12.	Publicar a ata de registro de preços e eventuais alterações no PNCP;
10.13.	Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;
10.14.	Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP, desde que não tenha sido finalizada a consolidação de que trata o inciso IV;
10.15.	Verificar se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto no art. 303 e indeferir os pedidos que não o atendam;
10.16.	Vedar a participação de órgão ou entidade que já figure como participante de ata de registro de preços vigente, formalizada com o mesmo objeto, salvo se o quantitativo registrado for inferior ao demandado ou se a intenção de participação se referir a demanda para substituição de ata de registro de preços;
10.17.	Dar conhecimento aos participantes sobre eventuais alterações na ata de registro de preços;
10.18.	Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, quando cabível;
10.19.	Convocar os integrantes do cadastro de reserva, quando for o caso;
10.20.	Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no processo licitatório ou na contratação direta e registrá-las nos sistemas pertinentes;
10.21.	Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las nos sistemas pertinentes; e
10.22.	Aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no § 3º do art. 334.
11.	DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1.	Prestar os serviços, de acordo com as exigências do Edital;
11.2.	Obedecer aos prazos de entrega dos produtos estipulados e cumprir todas as exigências do edital e Ata;
11.3.	Manter, durante a execução da Ata, as mesmas condições de habilitação;
11.4.	Arcar com todos os custos da prestação dos serviços;
11.5.	Pagar todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
11.6.	Comunicar à Contratante, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na entrega dos produtos;
11.7.	Indicar representante, que responderá perante a Administração por todos os atos e comunicações formais;
11.8.	Fornecer o serviço, de acordo com as exigências do Edital, admitindo-se somente a prestação de serviços de qualidade e com prazos de validade em vigor;
12.	DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES
12.1.	Será vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecida na ata de registro de preços, conforme art. 326 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.
13.	DAS PENALIDADES
13.1.	Pela inexecução total ou parcial do objeto do certame licitatório que originou a presente ata, a Administração do Órgão indicado no item 1.1 do Edital, garantida a prévia defesa, aplicará às prestadoras de serviços as sanções previstas no Edital.
14.	DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS
14.1.	Poderão utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual e Municipal do Estado do Acre, direta e indireta, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Gestor da Ata e do ÓRGÃO GESTOR, desde que: <ul style="list-style-type: none"> a) Devidamente comprovada a vantagem através de pesquisa de mercado; b) A ata esteja vigente; c) Haja prestadores de serviços registrados;
14.2.	O órgão ou entidade que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverá manifestar seu interesse junto ao ÓRGÃO GESTOR, para que esta indique os possíveis prestadores de serviços e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.
14.3.	Caberá ao PRESTADOR DE SERVIÇOS beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação de serviços, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que a prestação de serviços não prejudique as obrigações assumidas com o ÓRGÃO GESTOR.
14.4.	As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do edital registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.
14.5.	A soma de todas as adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
14.6.	Art. 335. Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual poderão aderir, na qualidade de não participantes, a atas de registro de preços gerenciadas pela Administração Pública direta, autárquica ou fundacional da União, dos Estados, inclusive do Estado do Acre, e do Distrito Federal ou a atas de registro de preços gerenciadas por consórcios públicos formados por esses entes, condicionada à: IV - Previsão no respectivo edital ou na ata de registro de preços de quantitativo reservado à adesão por órgãos e entidades não participantes, conforme art. 335 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.
15.	DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
15.1.	O PRESTADOR DE SERVIÇOS terá seu registro cancelado quando:

- a) - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) - Não retirar a respectiva Nota de Empenho ou Autorização de prestação de serviços no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO GESTOR, sem justificativa aceitável;
- c) - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) - Tiver presentes razões de interesse público.
- O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do ÓRGÃO GESTOR.
- O PRESTADOR DE SERVIÇOS poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

16. **DA PUBLICIDADE**

16.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, conforme o disposto no art. 105, alínea “c” do inciso II, da Lei nº 11.363/23.

17. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1. Integram esta Ata, o EDITAL DO PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__ CPL __, anexos e as propostas das empresas classificadas em 1º, lugar no certame supra citado.

17.2. Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes do Decreto Estadual nº 11.363/23 que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/21.

17.3. As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da Comarca da cidade de Rio Branco/AC, com exclusão de qualquer outro.

17.4. E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Rio Branco/AC, ____ de ____ de 20__.

XXXXXXX
ÓRGÃO GESTOR

XXXXXXX
PRESTADOR DE SERVIÇOS

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF (MF) Nº _____

2. _____
CPF (MF) Nº _____

ENCARTE I

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__
PROCESSO Nº ____/20__
PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__ – CPL __
VALIDADE: 01 (UM) ANO A CONTAR DA SUA ASSINATURA

PRESTADOR DE SERVIÇOS/PREÇOS REGISTRADOS POR OCASIÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__ – CPL __

1. **Empresa:** _____, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF nº ____/____, com sede na _____, nº ____ – _____, ____/AC, CEP: ____-____, aqui representada por seu procurador _____, brasileiro, solteiro, representante comercial, portador da cédula de identidade (RG) nº ____/SSP-____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na _____, nº ____ – Bairro _____, ____/AC.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QUANT. P/ REGISTRO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
--	----	---		---	---
VALOR TOTAL					---

XXXXXXXXXXXX

ÓRGÃO GESTOR

XXXXXXXXXXXX

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Elaborado por:
Itamara da Silva Lopes
Técnica em Licitação

Revisado/Aprovado por:
Hézio Rik Batista de Figueiredo
Chefe da Divisão de Gestão de Compras e Contratos - DIGCC
Portaria nº 528/2023



Documento assinado eletronicamente por **HÉZIO RIK BATISTA DE FIGUEIREDO**, Cargo **Comissionado**, em 13/01/2026, às 13:28, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0018987108** e o código CRC **20B6E6EF**.

ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Rua Rio Grande do Sul, 1907, Conjunto Castelo Branco, Rio Branco/AC, CEP 69.911-018
 - www.see.ac.gov.br

MINUTA DE CONTRATO nº 47/2026/SEE - DICL

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, DE FORMA CONTINUADA, POR DEMANDA, PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS DE POUCA RELEVÂNCIA MATERIAL, SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO, ADAPTAÇÃO, REPARAÇÃO OU REVITALIZAÇÃO, QUE CONSISTAM DE ATIVIDADES SIMPLES, TÍPICAS DE INTERVENÇÕES ISOLADAS, QUE POSSAM SER OBJETIVAMENTE DEFINIDAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES USUAIS NO MERCADO E PREÇOS DA TABELA SINAPI, DESONERADA, QUE POSSUAM NATUREZA PADRONIZÁVEL E POUCA COMPLEXA NAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL URBANA, RURAL E SEUS ANEXOS, E INDÍGENA, ALÉM DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA NO ESTADO DO ACRE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O
_____ ATRAVÉS DA _____ E _____.

O _____, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº _____, através da _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o número _____, com sede na _____, nº _____ – bairro _____, município de _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade (RG) nº _____, inscrito no CPF (MF) sob o nº _____, residente e domiciliado à _____, nº _____, Bairro _____, município de _____, conforme autorização expressa no Decreto nº _____, de _____ de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado nº _____, pág. _____ de _____ de 2021, e de outro lado a empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, inscrição estadual nº _____, com sede na _____, nº _____, Bairro _____, município de _____, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato _____, portador da cédula de identidade (RG) nº _____, inscrito no CPF (MF) sob o nº _____, residente e domiciliado _____, nº _____, bairro _____, município de _____, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do _____, do tipo menor preço constante do Processo nº _____, sob a forma de execução indireta, nos termos do Decreto nº 11.363/2023, aplicando-se a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e demais normas legais pertinentes, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para a prestação de serviços comuns de engenharia, de forma continuada, por demanda, para execução de reformas de pouca relevância material, serviços de adequação, adaptação, reparação ou revitalização, que consistam de atividades simples, típicas de intervenções isoladas, que possam ser objetivamente definidas conforme especificações usuais no mercado e preços da tabela SINAPI, desonerada, que possuam natureza padronizável e pouco complexa nas instalações prediais das unidades de ensino da rede pública estadual urbana, rural e seus anexos, e indígena, além dos prédios públicos das áreas de atuação da Secretaria de Estado de Educação e Cultura no estado do Acre, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2.

ITEM	MUNICÍPIO/REGIÃO	VALOR PARA REGISTRO	% DESCONTO MÍNIMO TABELA SOBRE A SINAPI	

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.1.1. O Termo de Referência;

2.1.2. O Edital da Licitação;

2.1.3. A Proposta do contratado;

2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO3.1. **Execução do Contrato:**3.1.1. O Prazo de Execução do objeto contratual é de **12 (Doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, observado os prazos, que se constitui parte integrante deste instrumento.3.2. **Vigência do Contrato:**3.2.1. O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses** a partir da data de sua assinatura, podendo ter sua duração prorrogada, por iguais e sucessivos períodos mediante Termos Aditivos, respeitada as condições do Art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Fica determinado que o fiscal/gestor do contrato será indicado no ato de sua assinatura;

3.3.1. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até **5 (cinco) anos** nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes nos termos do art 106 da Lei nº 14.133/2021:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

3.4. A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato, ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência;

3.5. Não obstante o prazo estipulado no caput, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do pacto, estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas;

3.6. A não prorrogação contratual por razões de conveniência da Administração não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização;

3.7. Eventual prorrogação de prazo de vigência será formalizada por meio de Termo Aditivo ao Contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA EFICÁCIA

4.0.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

4.0.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

4.0.2.1. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação.

5. CLÁUSULA QUINTA - PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

5.1. Os serviços serão executados, no período e locais indicados pelo CONTRATANTE, através de "Ordem de Serviços – O.S".

5.2. Os prazos para término dos serviços estarão vinculados ao cronograma de execução fornecido pelo contratante, devendo ainda, ser iniciado após o recebimento da O.S, onde esta somente será emitida após aprovação dos custos e quantitativos, com o devido valor empenhado e termo contratual celebrado para a respectivo item;

5.3. Fica estabelecido que a logística cronológica para o início da execução dos serviços será estabelecida entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, e constará na O.S, uma vez que esta análise depende de vários fatores, como: situação da estrada, pontes, urgência da execução ou não, demanda de trabalho nas unidades escolas ou prédios desta secretaria, dentre outros.

5.4. Para os reparos corretivos emergenciais, a empresa deverá manter serviços de plantão 24 horas e, quando for o caso, realizá-los em até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da O.S;

5.5. Consideram-se reparos corretivos emergenciais, aqueles ocasionados por descargas atmosféricas, quedas de árvores, tempestades, acidentes, e todos aqueles que podem comprometer a segurança das pessoas e bens patrimoniais;

5.6. Os serviços que não tenham sido autorizados serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à contratada qualquer alegação em contrário;

5.7. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pelo fiscal do contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1. Caberá a CONTRATANTE a tarefa de fiscalização e supervisão dos serviços contratados, quer seja no local de execução dos mesmos, bem como nas dependências da CONTRATADA onde se encontram armazenados os equipamentos, peças e acessórios a serem utilizados.

6.2. A CONTRATADA será obrigada a facilitar meticulosamente a fiscalização dos materiais e execução dos serviços contratados facultando à fiscalização o acesso a todas as etapas dos mesmos.

6.3. Fica assegurado à fiscalização o direito de ordenar a suspensão dos serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeito a CONTRATADA e, sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso de não ser atendida a solicitação por escrito ou através de Ordem de serviço – OS dentro dos prazos de estabelecidos, a contar da data de sua entrega bem como a substituição dos funcionários que não atenderem às normas técnicas de segurança ou má conduta quando do desempenho das atividades dos serviços contratados.

6.4. Todos os serviços serão fiscalizados individualmente pela equipe técnica formada pelos profissionais pertencentes ao quadro da CONTRATANTE.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREPOSTO

7.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços (entrega de materiais), indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCAL DO CONTRATO

8.0.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

8.0.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

8.0.3. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

8.0.4. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

8.0.5. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

8.0.6. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;

8.0.7. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

8.0.8. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.

8.0.9. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

8.0.10. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

8.0.11. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

8.0.12. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;

8.0.13. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

8.0.14. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;

8.0.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.

8.0.16. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;

8.0.17. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;

8.0.18. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;

8.0.19. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;

8.0.20. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;

8.0.21. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;

8.0.22. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;

8.0.23. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;

8.0.24. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e

8.0.25. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

9. CLÁUSULA NONA - DO GESTOR DO CONTRATO

9.0.1. **Conforme Título III, Capítulo I, § 5º do art. 92 da Lei 14.133/2021**, nos contratos de obras e serviços de engenharia, sempre que compatível com o regime de execução, a medição será mensal.

9.0.2. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

9.0.3. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;

9.0.4. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;

9.0.5. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;

9.0.6. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;

9.0.7. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;

9.0.8. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;

9.0.9. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;

- 9.0.10. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 9.0.11. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 9.0.12. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
- 9.0.13. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 9.0.14. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 9.0.15. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 9.0.16. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 9.0.17. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 9.0.18. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei
- 9.0.19. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas
- 9.0.20. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões
- 9.0.21. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- 9.0.22. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- 9.0.23. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e
- 9.0.24. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Considerando o Art. 122 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre subcontratação, com fito nas características elencadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência que se trata de Contratação empresa para a prestação de serviços comuns de engenharia, incluindo todos os serviços envolvidos na manutenção, por se tratar de serviços de complexidade de execução contratual e características do objeto, para este tipo de serviço e a alta demanda de várias unidades escolares e prédios administrativos nos municípios do estado, será permitido a subcontratação parcial com autorização da SEE.
- 10.2. É proibida a subcontratação total do objeto da licitação, sendo permitida apenas parcialmente até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da obra/serviço.
- 10.3. A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica previstos no edital, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto, bem como conveniência da medida e necessidade técnica da subcontratação.
- 10.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, sendo passível, inclusive, de sanções administrativas por atos praticados pela Subcontratada.

Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 11.1. A empresa vencedora apresentará garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato resultante deste Termo de Referência, conforme preceitua o art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, nas modalidades abaixo:

- I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II - Seguro-Garantia;
- III - Fiança Bancária.

- 11.2. O prazo para apresentação da garantia será de até 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação à assinatura do contrato, nos termos do art. 96, §3º da Lei nº 14.133/2021.

- 11.3. A garantia será liberada somente após o encerramento do contrato, ou ainda na ocorrência de outras hipóteses de extinção contratual previstas em lei, e caberá à contratada optar por uma das modalidades de garantia prevista no art. 96, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021;

- 11.4. A Devolução/Restituição da garantia contratual ficará condicionada à comprovação pela Contratada, da inexistência de débitos trabalhistas e previdenciários em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto contratado.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PREÇO

- 12.1. O valor total do presente contrato é de R\$ _____, já incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas que sejam pertinentes ao objeto contratado.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

- 13.1. Os pagamentos serão processados quando solicitado pela CONTRATADA, através de requisição formal de recebimento de SERVIÇO EXECUTADO, conforme descrito no capítulo “Realização e medição dos serviços”.

- 13.2. Os valores de retenções e impostos serão calculados e retidos conforme o apresentado nas propostas de preço e de acordo com os coeficientes oriundos das composições de custos unitários, observando-se a Legislação vigente.

- 13.3. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias após a apresentação de todos os elementos necessários ao pagamento (recebimento, nota fiscal atestada, certidões)

- 13.4. O pagamento da primeira parcela do valor do contrato é necessário a apresentação dos seguintes comprovantes, cujas taxas deverão ser pagas pela CONTRATADA:

- I - Certidão negativa de débitos referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;
- II - Certificado de regularidade de situação do FGTS – CRF;
- III - Certidão negativa de débitos junto à Fazendas Federal;
- IV - Certidão negativa de débitos junto Fazenda Estadual do Acre da empresa e dos sócios;
- V - Certidão negativa de débitos Municipal, do domicílio sede da CONTRATADA e do município da prestação dos serviços;
- VI - Certidão negativa de débitos Trabalhistas;
- VII - Documento comprobatório de quitação de encargos trabalhistas e previdenciários dos funcionários contratados, entre outras solicitadas pela CONTRATANTE, previstas no Contrato;
- VIII - Comprovante de transferência bancária referente aos vencimentos dos funcionários relacionados em cada medição.
- IX - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP.

- 13.5. O representante da CONTRATANTE deverá conferir os serviços nas datas finais de cada período de aferição estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro da OS e atestar o pagamento a ser feito à CONTRATADA, por meio de certificado específico.

- 13.6. O valor devido pelo serviço executado será determinado pelo representante da CONTRATANTE.

- 13.7. O valor do serviço realizado deverá referir-se apenas a itens ou a atividades incluídas no Cronograma Físico-Financeiro. Itens dos serviços para os quais nenhuma tarifa ou preço tenha sido cotado não serão pagos, considerando-se cobertos por outros preços e tarifas.

- 13.8. Caso o representante da CONTRATANTE não concorde com as parcelas de desembolso apresentadas poderá alterá-la, determinando o pagamento da quantia aprovada.
- 13.9. A CONTRATADA poderá recorrer da decisão do representante da CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 13.10. O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo a CONTRATADA para isso fornecer o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- 13.11. Qualquer erro ou omissão que venha a constar da documentação fiscal ou da fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente resolvido.
- 13.12. Nenhum pagamento será realizado pela CONTRATANTE sem que antes seja procedida prévia comprovação de regularidade da CONTRATADA, para com o recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e fazenda estadual.
- 13.13. A área de gestão de contratos reserva-se o direito de suspender o pagamento se o serviço for executado em desacordo com as especificações constantes deste Contrato.
- 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO**
- 14.1. A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato, garantida a prévia defesa nas hipóteses contidas no art. 137, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sem que caiba ao CONTRATADO, direito a qualquer indenização e sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes e das regras contidas nos arts. 138 e 139, do mesmo diploma legal;
- 14.2. A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a contratos administrativos;
- 14.3. Em eventual rescisão de contrato, se a interrupção das atividades em andamento vier a causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias, para a rescisão obter eficácia. Durante este prazo, a CONTRATADA não poderá negligenciar a execução do objeto ora contratado;
- 14.4. Em caso de rescisão, fará *jus* a CONTRATADA, ao valor do objeto fornecido anteriormente à rescisão, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial;
- 14.5. De acordo com o Art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:
- I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
 - II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, formalizada a intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
 - III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 14.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa;
- 14.7. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurada, à Contratada, na segunda hipótese, a produção de contraditório e de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Contratante para que, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não colhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória;
- 14.8. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com consequências previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, neste instrumento e na Legislação Brasileira;
- 14.9. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – REAJUSTE**
- 15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).
- 15.2. Conforme art. 92, § 3º, estabelece-se a possibilidade de reajustamento de preço a cada interregno de 1 (um) ano, contados da data-base do orçamento estimado pela Administração, mediante à aplicação do índice Nacional de Custos da Construção do Mercado (INCC—DI), mantido pela Fundação Getúlio Vargas, bem como, em consonância ao artigo 5º do Decreto nº 1.054 de 07 de fevereiro de 1994, que regulamenta o reajuste de preços nos contratos da Administração Federal direta e indireta e outras.
- 15.3. SUBCLAUSULA PRIMEIRA - Em caso de atraso no prazo da execução do contrato por responsabilidade da CONTRATADA a mesma não terá direito ao reajustamento, mesmo que os acréscimos de prazos sejam superiores a 01 (um) ano.
- 15.4. SUBCLAUSULA SEGUNDA- O reajustamento deverá ser precedido de solicitação do contratada, dentro da vigência contratual, identificando o índice e o período de incidência do reajustamento.
- 15.5. A CONTRATADA deverá formalizar requerimento de reajuste no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após decorrido 01 (um) ano da data-base do orçamento (para o primeiro reajuste) e 01 (um) ano da data-base da concessão do último reajuste (para os reajustes seguintes), sob pena de preclusão do direito.
- 15.6. O transcurso do prazo de 60 (sessenta) dias sem pedido formal de reajuste pelo CONTRATADO não afastará o direito de pleiteá-lo a qualquer tempo, mas a concessão somente produzirá efeitos financeiros futuros, ou seja, em relação aos serviços ainda não medidos, mesmo que já executados.
- 15.7. Em caso de prorrogação contratual, a concessão de reajuste estará condicionada a comprovação de que a prorrogação não se deu por culpa exclusiva da contratada.
- 15.8. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser encaminhado ao fiscal do contrato, que analisará os fundamentos de fato e de direito que embasaram o pedido.
- 15.8.1. A análise dos fundamentos de fato e de direito do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o fiscal do contrato poderá solicitar apoio técnico ao gestor do contrato.
- 15.8.2. Analisado o pedido e verificada a real alteração do custo suportado pelo contratado, o fiscal do contrato se manifestará pela procedência total ou parcial do pedido, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.
- 15.9. Quando o fiscal se manifestar pela procedência do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o processo será encaminhado à Procuradoria-Geral para manifestação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis. Após manifestação, a Procuradoria-Geral enviará o pedido para gestor do contrato ou da ata de registro de preços que julgará o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
- 15.10. Em caso de atraso na execução dos serviços atribuível à CONTRATADA, os PREÇOS contratuais serão reajustados, obedecendo-se os seguintes critérios:
- 15.10.1. Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as etapas dos serviços seriam realizadas de conformidade com o programado no cronograma Físico-Financeiro.
- 15.10.2. Se os índices diminuírem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que os serviços forem executados.
- 15.10.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 15.10.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 15.10.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.
- 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 16.1. A CONTRATADA deverá apresentar a relação explícita de pessoal técnico de apoio disponível e das respectivas qualificações para a execução dos serviços especificados;
- 16.2. Caso uma única empresa vença 02 (dois) ou mais itens para a execução dos serviços, esta deverá dispor obrigatoriamente de equipes para atender a cada uma das localidades/item;
- 16.2.1. Justifica-se a exigência do item 22.2, haja vista que poderá ser expedida várias Ordens de Serviços – OS, visando atender às diversos municípios;
- 16.3. A CONTRATADA será obrigada a obter todas as licenças, aprovações e autorizações necessárias a execução dos serviços, responsabilizando-se pelo pagamento de todas as taxas e/ou emolumentos legais vigentes prescritos, observando as Leis, Regulamentos, Normas e Posturas referentes aos serviços e à segurança pública, além de arcar com o pagamento de seguro pessoal, despesas decorrentes das leis trabalhistas e impostos, transporte de pessoal, alimentação, salários, e demais custos para realização dos serviços contratados. São obrigadas ao cumprimento de quaisquer formalidades e ao pagamento, as suas custas, das multas porventura impostas pelas autoridades, mesmo daquelas que, por força dos dispositivos legais, sejam atribuídas a CONTRATANTE;
- 16.4. Nos casos de furto ou vandalismo, a CONTRATADA terá obrigação de informar imediatamente ao fiscal desta Secretaria, ir até a Delegacia de competência e registrar BO e entregar o documento original ao Fiscal, registrando a ocorrência no diário de obras;
- 16.5. Deixar uma equipe (engenheiro civil ou técnico equivalente, engenheiro eletricista ou técnico equivalente e ajudante de serviços) com celulares de sobreaviso para as diversas eventualidades tais como troca de lâmpadas, verificação em bombas d'água, troca de pisos quebrados e falhas no fornecimento de energia do grupo gerador nos locais já estabelecidos. Sempre que houver mudança dos membros da equipe de sobreaviso, a fiscalização deverá ser informada de imediato;
- 16.6. A observância de Leis, Regulamentos, Normas e Posturas a que se refere a ABNT abrangem também as exigências do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Acre – CREA – AC, especialmente no que se refere à Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
- 16.7. Caberá exclusivamente a CONTRATADA toda responsabilidade de quaisquer acidentes no trabalho durante a execução dos serviços contratados que pelo uso indevido de

patentes registradas, ainda que resulte de caso fortuito e/ou por qualquer causa até a definitiva aceitação da mesma pelo município, bem como as indenizações que possam ocorrer a terceiros por fatos oriundos da execução dos serviços contratados;

- 16.8. Fornecer e utilizar na execução dos serviços, equipamentos e mão-de-obra adequada e materiais novos e de primeira qualidade, mediante a devida remuneração;
- 16.9. Executar ensaios, verificações e testes de materiais e de equipamentos ou de serviços executados, bem como acompanhamento tecnológico dos serviços, quando exigidos pela fiscalização;
- 16.10. Realizar as despesas com mão-de-obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, quando exigida, cópia dos documentos de quitação;
- 16.11. Remover quaisquer instalações provisórias que possam ter sido instaladas para execução dos serviços, ao seu término, mediante a devida remuneração; Dar integral cumprimento ao Projeto Básico, (Anexos), bem como sua proposta e o Edital, os quais passam a integrar este Instrumento, independentemente de transcrição;
- 16.12. Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal, neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato;
- 16.13. Apresentar seus empregados convenientemente uniformizados e/ou com identificação mediante crachás;
- 16.14. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir.
- 16.15. Responsabilizar-se:
- 16.15.1. Por quaisquer danos causados por seus empregados, dentro da área e das dependências dos locais onde serão executados os serviços;
- 16.15.2. Pela estabilidade do serviço e o perfeito e eficiente funcionamento de todas as suas instalações, responsabilidade esta que, na forma da lei, subsistirá mesmo após a aceitação provisória ou definitiva da obra;
- 16.15.3. Pela qualidade e a quantidade dos materiais empregados, assim como o processo de sua utilização, cabendo-lhe, inclusive, a execução dos serviços que, não aceitos pela fiscalização, devam ser refeitos;
- 16.15.4. Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à obra, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário.
- 16.15.5. Fornecer na entrega do serviço, todos os projetos atualizados com todas as alterações porventura efetuadas durante a execução do serviço;
- 16.15.6. Refazer os serviços, sem ônus para a CONTRATANTE, caso não atendam as especificações, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- 16.15.7. Substituir o material incorporado aos serviços, sem ônus para a CONTRATANTE, caso não esteja de acordo com os padrões de qualidade e durabilidade necessários;
- 16.15.8. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.15.9. Manter na direção do(s) serviço(s), profissional(is) legalmente habilitado(s) pelo CREA, que será(ão) seu(s) preposto(s);
- 16.15.10. Manter seguro para garantia de pessoas e bens, cuja apólice (cópia autenticada) deverá ser apresentada à contratante (quando aplicável);
- 16.15.11. Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa no cumprimento do contrato, venham direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados, à contratada ou a terceiros.
- 16.15.12. Apresentar na assinatura do Contrato documento comprobatório de inexistência de débito relativo às contribuições sociais na forma da Lei nº 8.212/91 (INSS e FGTS) e cópia da proposta.
- 16.15.13. A CONTRATADA deverá manter preposto, com competência técnica e jurídica e aceito pela CONTRATANTE, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução do Contrato.
- 16.16. Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas. A CONTRATADA não poderá utilizar o atraso no pagamento da fatura pela Contratante decorrente da falta de documentação exigida ou outra razão como causa da não-promoção do pagamento dos empregados nas datas regulamentares;
- 16.17. Repassar a cada empregado, quantitativo de vale-refeição ou vales-alimentação suficiente para cada mês, bem assim vales-transportes também no quantitativo necessário para que em uma única entrega, no último dia útil do mês que antecede a utilização dos mesmos, devendo fornecer comprovante de entrega para os empregados se solicitado pela CONTRATANTE;
- 16.18. Manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratual;
- 16.19. Dar imediato conhecimento a Contratante de atuações ou notificações porventura lavradas pela fiscalização em geral, bem como erros e omissões, relativas aos serviços sob sua responsabilidade técnica ou fiscalização.
- 16.20. Comunicar a CONTRATANTE a substituição ou inclusão de profissional da equipe de responsáveis técnicos pelo contrato, submetendo previamente os documentos do novo profissional para aprovação da CONTRATANTE;
- 16.21. A fiscalização ou o acompanhamento do contrato pela Administração da Contratante não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada;
- 16.22. Prestar a CONTRATANTE os esclarecimentos que julgar necessários para boa a execução do contrato.
- 16.23. Responsabilizar-se pela exatidão, solidez e segurança do serviço, inclusive dos trabalhos eventualmente subcontratados obrigando-se a reparar inteiramente, às suas expensas e nos prazos determinados pela CONTRATANTE, todos os erros, vícios, defeitos, incorreções e falhas comprovados, resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após o ser termino, em conformidade com as garantias previstas neste contrato e nos moldes estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro.
- 16.24. A CONTRATADA tem por dever cumprir à lei estadual nº. 1547 de 29 de janeiro de 2004, a empresa vencedora de licitação cujo objeto for de realização de obras e/ou serviços, cuja execução gere necessidade adicional de mão-de-obra, terão que, prioritariamente, consultar o cadastro de trabalhadores intermediados pelo sistema nacional de emprego SINE/AC, e priorizar a contratação daqueles cadastrados que se enquadrem no perfil e nas necessidades da empresa. No caso de a CONTRATADA recusar-se ou negligenciar em corrigir estas omissões, falhas ou defeitos, a CONTRATANTE procederá à correção dos mesmos, respondendo a CONTRATADA pelo inadimplemento contratual, multas e outras sanções cabíveis, podendo, ainda, a CONTRATANTE se ressarcir desses custos com as garantias contratuais ou com os créditos de qualquer pagamento ainda devido a CONTRATADA. A observância de Leis, Regulamentos, Normas e Posturas a que se refere a ABNT abrangem também as exigências do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Acre – CREA – AC, especialmente no que se refere à Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.
- 16.25. A CONTRATADA deverá ainda disponibilizar em tempo integral uma equipe itinerante com dedicação exclusiva à Secretaria de Estado da Educação e Cultura para a execução dos serviços que sejam emergenciais e imediatas. A equipe deve ser composta no mínimo por pedreiros, pintores carpinteiros, bombeiros hidráulicos, eletricitistas, serventes, soldadores e mecânicos de refrigeração. O dimensionamento da equipe deve ser realizado junto ao Departamento de Manutenção e Serviços Gerais e a medição dos serviços realizados deve ser feita com o fiscal da Secretaria, junto ao supervisor da empresa e ser pago em conjunto com as demais medições de serviço.
- 16.26. A CONTRATADA deverá ter sede administrativa no estado do Acre.
- 16.27. No ato da assinatura do contrato o engenheiro e/ou arquiteto responsável técnico designado pela CONTRATADA no certame, deverá apresentar registro no conselho regional do estado do Acre CREA ou CAU.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 17.1. A CONTRATANTE deverá, a seu critério e através de pessoas previamente designadas, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do contrato;
- 17.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo(s) empregado(s) da CONTRATADA, visando à boa execução da entrega e prestação dos serviços;
- 17.3. Fiscalizar a execução dos serviços, podendo a CONTRATANTE rejeitá-lo integralmente ou em parte, caso esteja em desacordo com a especificação apresentada neste Termo de Referência;
- 17.4. Realizar o pagamento dos serviços na forma estipulada neste Termo de Referência;
- 17.5. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
- 17.6. Notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato, por escrito e com antecedência e em relação a quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 17.7. Autorizar o acesso dos empregados da empresa vencedora nas dependências do CONTRATANTE, quando necessário, para a execução dos serviços;
- 17.8. É vedado ao CONTRATANTE, através do fiscal do contrato ou qualquer de seus servidores a satisfação dos requisitos da pessoalidade, subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas dos serviços prestados e controle de frequência em relação a qualquer funcionário da empresa vencedora, visando a não caracterização de vínculo empregatício;
- 17.9. Nomear um Gestor/Fiscal de contrato que será responsável pelo acompanhamento/fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA, bem como pelo atesto dos serviços realizados;

- 17.10. Exigir o cumprimento do objeto desta licitação, segundo suas especificações, prazos e demais condições;
- 17.11. Fornecer as instruções necessárias à execução dos serviços e cumprir com os pagamentos nas condições dos preços e prazos pactuados;
- 17.12. Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA;
- 17.13. Indicar os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento dos serviços;
- 17.14. Notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 17.15. Fiscalizar e determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução do serviço, bem como fixar prazo para as correções das falhas e irregularidades constatadas, sustar qualquer serviço que esteja sendo realizado em desacordo com as exigências feitas pela CONTRATANTE ou que possa atentar contra a segurança de pessoas ou bens da CONTRATANTE ou de terceiros;
- 17.16. Permitir o acesso dos funcionários da empresa às dependências da CONTRATANTE para prestar o serviço de manutenção;
- 17.17. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA;
- 17.18. Atestar a compatibilidade dos preços dos materiais orçados com o praticado no mercado;
- 17.19. Comunicar à empresa CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a contratação;
- 17.20. É assegurada ao CONTRATANTE a faculdade de exigir do CONTRATADO a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais assumidos pelo CONTRATADO;
- 17.21. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada(o) com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 17.22. Solicitar à CONTRATADA através de seu representante, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- 17.23. Efetuar o pagamento, das notas fiscais correspondentes, no prazo máximo de até 20 dias do recebimento das mesmas, após devidamente atestadas por servidor responsável pela fiscalização do contrato;
- 17.24. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada;
- 17.25. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 17.25.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 17.25.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- 17.25.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- 17.26. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, a aplicação de sanções, alterações e revisões do Contrato;
- 17.27. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A parcela dos preços contratuais, somente será reajustada nos termos do disposto no art. 124, I, da lei nº 14.133/2021.

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do caput deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#), o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

Por se tratar de obra de **REFORMA**, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), de acordo com o que se preceitua o Art. 125 da lei nº 14.133/2021.

Os acréscimos e supressões a serem realizados no contrato precisam ser calculados separadamente. Não são permitidas compensações ou outro modo de cálculo em cumprimento ao entendimento do Tribunal de Contas da União Anexo X, item 2.1., da IN nº 05, de 2017, da SEGES/MPDG.

Art. 126. As alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#) não poderão transfigurar o objeto da contratação.

Art. 127. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no [art. 125 desta Lei](#).

Art. 128. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

Art. 129. Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

Art. 130. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Art. 131. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

Parágrafo único. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do [art. 107 desta Lei](#).

Art. 132. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

Art. 133. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

I - para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

II - por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no [art. 125 desta Lei](#);

III - por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do [§ 5º do art. 46 desta Lei](#);

IV - por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

Art. 134. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV - empenho de dotações orçamentárias.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS RESPONSABILIDADES E DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

19.1. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa execução dos serviços de acordo com este Termo e demais normas técnicas brasileiras vigentes, assim como pelos danos decorrentes da realização dos trabalhos por ela executados.

19.2. Fica estabelecido que a realização pela CONTRATADA de qualquer elemento ou seção de serviços, implicará a tácita aceitação por parte dela, dos materiais, processos e dispositivos adotados e preconizados neste elemento ou seção de serviço executado.

19.3. Fica assegurada a CONTRATANTE pela CONTRATADA a garantia do bom desempenho e funcionamento dos equipamentos, peças e acessórios instalados quando da execução dos serviços de manutenção. Sempre que for solicitado pela fiscalização, a CONTRATADA deverá apresentar os certificados e garantias dos materiais adquiridos.

19.4. Cabe ainda à CONTRATADA a reposição imediata, quando da ocorrência de quaisquer distúrbios ou anormalidades que impeçam o bom desempenho e perfeito funcionamento dos materiais, responsabilizando-se ainda se for o caso pelo acionamento do fabricante para ressarcimento e/ou indenização eximindo a CONTRATANTE de quaisquer ônus a este título.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - MATRIZ DE RISCO

20.1. A Matriz de risco é o instrumento que tem o objetivo de definir as responsabilidades do CONTRATANTE e da CONTRATADA na execução do contrato;

20.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO – Anexo (Sei nº 0010657272);

20.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste quando a responsabilidade for do CONTRATANTE, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO.

20.4. Sempre que atendidas as condições do CONTRATO e mantida as disposições da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

20.5. A CONTRATADA somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO;

20.6. **A contratada declara:**

20.6.1. Ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato;

20.6.2. Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Constituem sanções administrativas e demais, de acordo com o art. 155 da Lei 14.133.

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.2. A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- II - 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para aquele que não celebrar o contrato, a ata de registro de preço ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- III - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
- IV - de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;
- V - de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:
 - a) apresentação de declaração ou de documentação falsa exigida para o certame ou de declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
 - c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
 - d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013;
 - f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
 - g) dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

21.3. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEE, incluindo os pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

22.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

22.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;
- II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

22.2.1. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV observarão as seguintes disposições:

22.3. não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

22.4. assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei](#).

22.5. Os emitentes das garantias previstas no [art. 96](#) da Lei 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

22.6. A extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

22.7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

22.8. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

22.9. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, as seguintes consequências:

- I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- III - execução da garantia contratual para:
 - a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
 - e) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

23.1.1. Cód. Órgão / Unidade Executora:

23.1.2. Programa de Trabalho:

23.1.3. Elemento de Despesa:

23.1.4. Fonte de Recurso:

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

24.0.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

25.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

25.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

25.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

26.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – FORO

27.1. As partes elegem o foro da Comarca de Rio Branco/AC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

27.2. E assim, por estarem as partes de acordo, justas e contratadas, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ANTICORRUPÇÃO

28.1. **Compromisso com a Integridade:** A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

28.2. **Conformidade com a Legislação:** A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual nº 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

28.3. **Canal de Denúncias:** A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da (SECRETARIA), assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

28.4. Ouvidoria da SEE/AC

• Site: <https://see.ac.gov.br/ouvidoria/>

• E-mail: ouvidoria@see.ac.gov.br

• Telefone: (68) 3215-6009

• Pessoalmente: na sede da SEE/AC na Rua Rio Grande do Sul, 1907 – Volta Seca, Rio Branco – Acre.

• E-SIC: <http://esic.ac.gov.br/>

• Horário: Segunda a quinta-feira, das 7h30 às 12h e das 14h às 17h30. Sexta-feira, das 7h às 14h.

Rio Branco/AC, ____ de ____ de 20__.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Pela Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Pela Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

CPF (MF) Nº _____ CPF (MF) Nº _____

Elaborado por:
Itamara da Silva Lopes
Técnica em Licitação

Revisado/Aprovado por:
Hélio Rik Batista de Figueiredo
Chefe da Divisão de Gestão de Compras e Contratos - DIGCC
Portaria nº 528/2023



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR NOGUEIRA DA SILVA**, **Chefe de Departamento**, em 11/03/2026, às 13:59, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019812791** e o código CRC **D5E3AC87**.

ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ____/____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados _____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

EMAIL: _____

TELEFONE: _____

ITEM	MUNICÍPIO/REGIÃO	VALOR PARA REGISTRO	% DESCONTO MÍNIMO SOBRE A TABELA SINAPI	PERCENTUAL DE DESCONTO OFER
1	Rio Branco - Zona Urbana	R\$ 17.531.619,56	5%	XX %
2	Rio Branco - Zona Rural	R\$ 7.682.149,08	5%	XX %
3	Bujari, Porto Acre e Senador Guiomard	R\$ 6.340.821,45	5%	XX %
4	Plácido de Castro e Acrelândia	R\$ 3.048.471,85	5%	XX %
5	Capixaba e Xapuri	R\$ 4.877.554,97	5%	XX %
6	Assis Brasil, Epitaciolândia e Brasiléia	R\$ 5.487.249,34	5%	XX %
7	Manoel Urbano Sena Madureira	R\$ 11.218.376,43	5%	XX %
8	Feijó e Tarauacá	R\$ 12.803.581,79	5%	XX %
9	Jordão e Santa Rosa do Purus	R\$ 3.048.471,85	5%	XX %
10	Cruzeiro do Sul	R\$ 9.877.048,81	5%	XX %
11	Rodrigues Alves e Mâncio Lima	R\$ 3.780.105,10	5%	XX %
12	Porto Walter e Marechal Thaumaturgo	R\$ 1.951.021,98	5%	XX %
TOTAL		R\$ 87.646.472,21		

As empresas participantes do processo licitatório deverão apresentar juntamente com a proposta de preços: Planilha de Composição do BDI (SEI nº 0018661347) Planilha de Encargos Sociais (Anexo II do Termo de Referência).

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

- Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.
- As empresas participantes do processo licitatório deverão apresentar juntamente com a proposta de preços: Planilha de Composição do BDI (SEI nº 0018661347) Planilha de Encargos Sociais (Anexo II do Termo de Referência).
- O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
- Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.
- O valor constante na coluna "Valor Estimado dos Serviços" será exatamente o valor do lote, não deverá ser alterado.

ANEXO V DO EDITAL - RELAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA E DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INCLUSÃO

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ____/____.

RELAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA		
Item	Discriminação	Quantidade
1	Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista ou Técnico Equivalente (Nome Completo, Profissão e Registro)	01
2	Técnico ou Engenheiro de Segurança do Trabalho (dimensionamento Conforme Norma Regulamentadora NR 4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) (Nome Completo, Profissão e Registro)	01

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa**DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INCLUSÃO**

Eu, _____ (Profissão) Registro ____ autorizo minha inclusão na equipe técnica.

Local e data

Assinatura do Profissional**Nota:** A apresentação da relação de equipe técnica e da declaração de inclusão é obrigatória e deverá fazer parte da documentação, conforme dispõe o [inciso III do art. 67º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

ANEXO VI DO EDITAL - RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS MÍNIMOS

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ____/____.

NÃO SE APLICA

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Nota: A apresentação da relação de equipamentos mínimos é obrigatória e deverá fazer parte da documentação, conforme dispõe o [inciso III do art. 67º da Lei nº 14.133, de 2021](#).



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Rua Rio Grande do Sul, 1907, Conjunto Castelo Branco, Rio Branco/AC, CEP 69.911-018
- www.see.ac.gov.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO Nº 0019088580/2026/SEE - DEMSG

Processo nº 0014.018969.00015/2025-85

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, demonstrando os elementos e as informações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, caso se conclua pela viabilidade da contratação.
- 1.2. Identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.
- 1.3. Diante da necessidade de realizar aquisições para desenvolvimento das demandas de competência deste Departamento de Manutenção e Serviços Gerais, que ora produzam impacto significativo nas atividades institucionais do órgão, onde que um planejamento bem elaborado propicia aquisições potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados, conduzam ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando assim na melhor qualidade do gasto e uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.
- 1.4. Neste contexto, o presente documento apresenta estudos preliminares que objetivam assegurar a viabilidade técnica e econômica objetivando a contratação de empresa para a prestação de serviços comuns de engenharia, de forma continuada, por demanda, para execução de reformas de pouca relevância material, serviços de adequação, adaptação, reparação ou revitalização, que consistam de atividades simples, típicas de intervenções isoladas, que possam ser objetivamente definidas conforme especificações usuais no mercado e preços da tabela SINAPI, desonerada, que possuam natureza padronizável e pouco complexa nas instalações prediais das unidades de ensino da rede pública estadual urbana, rural e indígena, além dos prédios públicos das áreas de atuação da Secretaria de Estado de Educação e Cultura no estado do Acre, conforme especificações e quantidades definidas neste ETP.

2. DA DESCRIÇÃO RESUMIDA DO OBJETO

- 2.1. Constitui objeto deste termo o registro de preços para eventual contratação de empresa para a prestação de serviços comuns de engenharia, de forma continuada, por demanda, para execução de reformas de pouca relevância material, serviços de adequação, adaptação, reparação ou revitalização, que consistam de atividades simples, típicas de intervenções isoladas, que possam ser objetivamente definidas conforme especificações usuais no mercado e preços da tabela SINAPI, desonerada, que possuam natureza padronizável e pouco complexa nas instalações prediais das unidades de ensino da rede pública estadual urbana, rural e seus anexos, e indígena, além dos prédios públicos das áreas de atuação da Secretaria de Estado de Educação e Cultura no estado do Acre

3. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. As unidades de ensino da rede pública estadual urbana, rural e seus anexos e indígenas, bem como os prédios administrativos públicos e locados das áreas de atuação da Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Estado do Acre ensejam a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços **de manutenção predial, constantes da TABELA SINAPI vigente no estado do Acre**, de forma continuada, por demanda, tendo em vista que esta secretaria não possui equipe própria de servidores para atender às demandas solicitadas.
- 3.2. O uso contínuo das instalações prediais, naturalmente ocasiona o seu desgaste, tornando-se necessária periodicamente a execução de reparos e reposições de itens indispensáveis para a continuidade das atividades desta secretaria, tais como dispositivos de iluminação, louças e aparelhos sanitários, pontos de energia, esquadrias, cobertura, pintura, piso, entre outras manutenções frequentes.
- 3.3. Buscando a mitigação dos transtornos causados pelo desgaste de sua estrutura física e a garantia de seu bom estado de conservação e uso é necessária a realização de um contrato de manutenção predial com empresa no ramo, a qual poderá ser acionada a qualquer tempo para realizar os serviços necessários.
- 3.4. A contratação em tela envolve serviços de natureza continuada, necessários à conservação dos prédios em questão e ao bom andamento das atividades desenvolvidas nestas dependências. Devido à importância destes serviços e no intuito de sempre melhor atender às demandas de manutenção predial solicitadas, nota-se a necessidade da contratação.
- 3.5. Dentre as características específicas da manutenção predial corretiva, destaca-se ainda, muitas vezes a necessidade de intervenção imediata, em razão de vazamentos, quebra de telhas e vidros, problemas elétricos, consertos em geral, pequenos reparos, dentre inúmeros outros problemas classificados em uma escala de prioridades e urgências, que urge por um modelo mais ágil de atendimento. A manutenção corretiva visa o mais rápido restabelecimento em setores prediais essenciais ao funcionamento operacional mínimo da edificação, de sua segurança e habitabilidade.
- 3.6. Já a manutenção preventiva é fundamental para evitar problemas e minimizar os impactos financeiros e estruturais de falhas.
- 3.7. Dentre os serviços de reparos e manutenções, podemos identificar previamente como:
- 3.7.1. Serviços de Obras Cíveis como Demolição de estruturas, recuperação estrutural de concreto, reparos em alvenaria e revestimentos, pintura interna e externa de edificações, impermeabilização de superfícies e coberturas, execução de pisos e contrapisos, construção e recuperação de paredes de alvenaria, instalação e substituição de portas e janelas, reparação e construção de telhados e coberturas;
- 3.7.2. Reparos em instalações elétricas, evitando falhas que possam causar interrupções de serviços ou representar riscos à segurança, podendo ser por exemplo, Instalação e manutenção de quadros de distribuição de energia, substituição de fontes elétricas e cabos condutores, tomadas e interruptores;
- 3.7.3. Manutenções em instalações hidráulicas e sanitárias, indispensáveis para garantir condições adequadas de higiene e saúde, onde podemos citar: Substituição e reparo de tubulações de água, esgoto e águas pluviais, instalação e manutenção de bombas e reservatórios de água, substituição e reparo de louças e metais sanitários (vasos, pias, torneiras, etc.);
- 3.7.4. Serviços de Estruturas Metálicas e Madeiras que podemos citar os seguintes serviços: Reparos em estruturas metálicas, como telhas, coberturas, substituição e tratamento de estruturas de madeira, recuperação e reforço de estruturas metálicas;
- 3.8. Considere-se, ainda, que esta secretaria possui 879 unidades escolares, subdivididas em unidades urbanas, rurais e seus anexos e escolas indígenas, além de 44 unidades administrativas próprias e locadas. A ocupação destes imóveis se dá de forma diária, utilizando-os, de forma temporária ou permanente, grande fluxo de pessoas, cujo fluxo contempla servidores, terceirizados, alunos e visitantes, periodicamente, torna-se necessária a execução de manutenções periódicas de forma preventiva e corretiva, visando realizar ajustes/adaptações de baixa complexidade técnica nas características das edificações, desde que não se promova acréscimos de volume ou área e que seja mantida a função da utilização do momento da intervenção, bem como a realização de serviços de adequação, adaptação ou reparação, de modo que a edificação retome suas características anteriores oferecendo conforto e comodidade na prestação de serviços afetos à área-fim da Secretaria, com vistas a evitar a descontinuidade do serviço público, bem como para atender aos princípios constitucionais da eficiência, inscrito no art. 37, *caput*, assim como aqueles afetos à área educacional, especialmente, os dispostos no art. 206, incisos I e VII, todos da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB.
- 3.9. A adoção do sistema registro de preço se mostra adequada à presente contratação, pois há demandas frequentes, tendo em vista que as edificações estão constantemente em processo de deterioração e desgastes naturais. Ademais, as manutenções possuem, ainda, a característica de imprevisibilidade, não sendo possível o planejamento prévio completo e exato dos serviços necessários à manutenção das edificações.
- 3.10. O valor estimado de contratação tem como base estudo preliminar realizado pelo Departamento de Manutenção e Serviços Gerais da SEE, que prevê os custos a serem gastos nas unidades escolares, prédios e anexos pertencente a esta secretaria na capital e municípios do interior do estado do Acre. O SINAPI estimado na planilha está com desoneração, respeitando a legislação, a administração optou por este regime.
- 3.11. No tocante as sanções administrativas, o regime sancionador adota uma interpretação sistemática e teleológica das normas que regulamentam a matéria na Lei 14.133 de 2021.
- 3.12. Trata-se de uma aquisição cuja natureza é entendida como essencial ao funcionamento da instituição, devido à imperiosidade da sua prestação em face do desenvolvimento habitual da atividade meio e atividade fim, sob pena de prejuízo.
- 3.13. Com vista a manter a necessidade de reparos, melhoria e adaptação, não há como definir um rol taxativo/ genérico de materiais a serem utilizados durante o período de execução, haja vista a necessidade de realizar diversas manutenções e melhorias nas unidades escolares e prédios pertencentes a esta secretaria estadual. A necessidade de contratações frequentes, como aquisição e entregas parceladas, se faz necessário em razão da ausência de condições de estocagem de grande quantidade de material, além do possível risco de perda decorrentes do armazenamento por um longo período. Tudo isso aliado ao calendário de desembolso orçamentário anual.
- 3.14. Os preços da Tabela SINAPI são atualizados frequentemente, fazendo com que esta licitação esteja sempre com o valor de mercado atualizado. Nesse caso a contratação baseia-se nos descontos em relação aos preços constantes na tabela SINAPI vigente no estado do Acre.
- 3.15. Assim, este departamento chegou à conclusão que, a forma mais célere, eficiente, eficaz e efetiva para a contratação dos insumos empregados nas tarefas de manutenção da infraestrutura é, justamente, proceder à contratação por meio da adoção da tabela SINAPI como preço balizador, em que o critério de julgamento da proposta do licitante é o maior percentual de

desconto sobre os preços constantes da tabela. Os benefícios advindos dessa prática de contratação são, basicamente, a possibilidade de atendimento integral das demandas por esses insumos, uma vez que a Tabela SINAPI, atualmente, congrega mais de 5.000 (cinco mil) insumos; economia de recursos públicos (físicos, financeiros, humano, etc.), por condensar vários processos licitatórios em apenas um. Destaca-se que o SINAPI disponibiliza as suas informações para todos os estados da Federação, assim os preços de referência adotados para esta contratação serão aqueles disponibilizados para o estado do Acre.

- Qual é o interesse público a ser atendido?**
- 3.16. Quando se trata de intervenções de engenharia, ainda que sejam de natureza simples, o principal objetivo é assegurar o bom funcionamento tanto da rede pública de ensino, como também dos prédios administrativos e núcleos da SEE. Essas intervenções são essenciais para manter as condições adequadas de segurança, salubridade e acessibilidade, o que impacta diretamente na prestação dos serviços prestados e da educação estadual.
- 3.17. As reformas e adequações garantem a manutenção preventiva e corretiva dos prédios públicos, evitando a degradação e a necessidade de obras mais caras no futuro.

- Quais os resultados e os benefícios que serão alcançados ao resolvê-lo?**
- 3.18. Com esta contratação, espera-se diversos resultados e benefícios positivos que podem ser alcançados, tais como:
- a) Melhoria das condições físicas e estruturais das escolas e prédios públicos, proporcionando ambientes mais seguros, salubres e adequados para o processo de ensino-aprendizagem e execução das atividades administrativas;
 - b) Garantia da continuidade das atividades, evitando paralisações ou prejuízos decorrentes de falhas estruturais ou de manutenção;
 - c) Redução de custos e aumento da eficiência administrativa, por meio de contratações padronizadas, por demanda, e com base em valores de referência (SINAPI), assegurando economicidade e transparência;
 - d) Preservação e valorização do patrimônio público, por meio de intervenções preventivas e corretivas que prolongam a vida útil das edificações escolares e administrativas;
 - e) Celeridade nas contratações e execuções, possibilitando respostas rápidas às necessidades emergenciais das unidades, especialmente em localidades distantes ou de difícil acesso;
 - f) Aprimoramento da gestão pública, com planejamento prévio das demandas e maior previsibilidade na execução orçamentária e financeira.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Todos os serviços necessários para a execução da obra deverão ser executados conforme o prescrito nos projetos fornecidos, nas normas vigentes sobre cada assunto e nas orientações dos fabricantes dos materiais empregados na obra;
- 4.2. Para a presente contratação será elaborado projeto básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.
- 4.3. A metodologia executiva a ser adotada, deve estar de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;
- 4.4. O orçamento e o prazo de execução da obra, detalha os marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;
- 4.5. A Empresa de engenharia para execução de serviços de reforma e ampliação deve comprovar capacidade técnica operacional através de atestados com base nos itens de maior relevância da Planilha Orçamentária;
- 4.6. O profissional indicado pela empresa para compor equipe técnica, deverá apresentar Registro, na entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU)
- 4.7. Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de pelo menos uma obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado;
- 4.8. A empresa contratada deve atender os normativos:
- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
 - b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
 - c) Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
 - d) Lei Federal nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
 - e) Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
 - f) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;

5. DA ESTIMATIVA DOS QUANTITATIVOS DA NECESSIDADE

- 5.1. O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar consiste no fornecimento de materiais elétricos, hidráulicos, construção e ferramentas e equipamentos, de acordo com a tabela SINAPI vigente no estado do Acre, conforme especificações abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR PARA REGISTRO	VALOR PARA CONSUMO	% DESCONTO MINIMO TABELA SOBRE A SINAPI
1	Rio Branco - Zona Urbana	R\$ 17.531.619,56	R\$ 15.937.835,96	5%
2	Rio Branco - Zona Rural	R\$ 7.682.149,08	R\$ 6.983.771,89	5%
3	Bujari, Porto Acre e Senador Guiomard	R\$ 6.340.821,45	R\$ 5.764.383,14	5%
4	Plácido de Castro e Acrelândia	R\$ 3.048.471,85	R\$ 2.771.338,05	5%
5	Capixaba e Xapuri	R\$ 4.877.554,97	R\$ 4.434.140,88	5%
6	Assis Brasil, Epitaciolândia e Brasília	R\$ 5.487.249,34	R\$ 4.988.408,49	5%
7	Manoel Urbano e Sena Madureira	R\$ 11.218.376,43	R\$ 10.198.524,03	5%
8	Feijó e Tarauacá	R\$ 12.803.581,79	R\$ 11.639.619,81	5%
9	Jordão e Santa Rosa do Purus	R\$ 3.048.471,85	R\$ 2.771.338,05	5%
10	Cruzeiro do Sul	R\$ 9.877.048,81	R\$ 8.979.135,28	5%
11	Rodrigues Alves e Mâncio Lima	R\$ 3.780.105,10	R\$ 3.436.459,18	5%
12	Porto Walter e Marechal Thaumaturgo	R\$ 1.951.021,98	R\$ 1.773.656,35	5%
VALOR TOTAL ESTIMADO DO PROCESSO		R\$ 87.646.472,21	R\$ 79.678.611,11	

- 5.2. Será admitido o percentual mínimo proposto pelas licitantes de 5,00% (cinco por cento), tendo como base o valor da ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO da tabela SINAPI .

- Justificativa quanto aos valores:**
- 5.3. O valor atualmente estimado para a contratação apresenta acréscimo em relação ao processo anterior, em razão da necessidade de atualização dos custos e ajustes decorrentes de dois termos aditivos firmados anteriormente.
- 5.4. Dessa forma, o novo valor proposto reflete os **ajustes técnicos e econômicos** necessários à adequada execução contratual, observando-se o princípio da **economicidade**, os parâmetros de mercado e a **tabela SINAPI vigente**, que é o referencial oficial para este tipo de contratação.
- 5.5. Os valores dispostos na tabela anterior se justificam pela necessidade das manutenções nas escolas e anexos, tendo em vista que os valores formalizados anteriormente não foram suficientes para suprir as demandas, em especial às manutenções nos itens da capital **Rio Branco - Zona Urbana (item 1)**, que possui o maior quantitativo, assim como dos municípios de **Plácido de Castro e Acrelândia (item 4)**, sendo necessários os aditivos para acréscimo do valor pactuado, por meio dos Termos Aditivos 0014241148 e 0014269514, dos contratos nº 209/2024 e nº 194/2024, respectivamente.

6. LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS DE MERCADO

- 6.1. Para a elaboração deste ETP e visando o levantamento de mercado com o propósito de definir o tipo e solução a contratar na Administração Pública, observou-se que, no mercado ofertante dos itens a serem adquiridos, predominam três tipos de soluções, conforme detalhamento:

I - SOLUÇÃO 1: CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO

A obrigação de licitar não é mera formalidade burocrática, decorrente apenas de preceitos legais. Ela se funda em dois princípios maiores: os da isonomia e da impessoalidade, que asseguram à todos os que desejam contratar com a administração, a possibilidade de competir com outros interessados em fazê-lo, e da eficiência, que exige a busca da proposta mais vantajosa para administração.

A contratação direta para aquisição deste objeto pode sim ser feita de acordo com a Lei nº 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos. Todavia é e será somente possível quando o valor deste objeto for inferior a **R\$ 59.906,02** (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos) - limite previsto no decreto 11.871 de 29 de dezembro de 2023, vigorado em 1º de janeiro de 2024, caso alheio à necessidade apresentada neste estudo.

Neste sentido, observa-se claramente a impossibilidade desta condição atender a demanda requerida pela Administração Pública, a qual ultrapassa os valores estabelecidos em Lei.

II - SOLUÇÃO 2: ADESÃO AO FORNECIMENTO JÁ CONTRATADO EM OUTRO CERTAME

Por intermédio do Decreto nº. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, estabelece a possibilidade da proposta mais vantajosa numa licitação, ser aproveitada por outros órgãos e entidades. A ADESÃO é um procedimento que traz várias vantagens como economia de tempo e recursos, permitindo uma resposta mais ágil, já que os procedimentos de licitação não precisam ser repetidos, promovendo celeridade no processo de contratação.

Entretanto, a ADESÃO torna-se uma alternativa inviável e incompatível para essa demanda visto que o quantitativo contratado por outros certames não coincidirão com a necessidade deste órgão e seus respectivos espaços, tendo assim, preços e quantitativos acima ou abaixo do pretendido. Proceder com esta alternativa traria prejuízos à Administração Pública em razão da impossibilidade de adequação nas quantidades registradas, consoante a quantidade pretendida.

III - SOLUÇÃO 3: CONTRATAÇÃO INDIRETA POR MEIO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A viabilidade de contratação de empresa para a demanda requerida neste estudo, faz-se pertinente e m razão das características e quantidades específicas dos itens pretensos, os quais não podem ser afetados por eventuais descompassos no fornecimento, sendo imprescindível um atendimento eficaz que não acarrete sua descontinuidade.

Um certame produzirá efeitos eficazes quanto a particularidade das quantidades, descrições e peculiaridades contidas nas características dos itens. Tal forma de contratação não limita a participação de empresas na licitação, visto que no mercado nacional, há um grande número de fornecedores e de marcas existentes, dentro das especificações solicitadas. Após a definição de preços de referência, a contratação ainda será conduzida por processo licitatório, o que trará ampla participação de interessados na disputa, os quais apresentarão proposta mais vantajosa e econômica para contratação.

6.2. Análise e escolha entre as soluções existentes:

Considerando o levantamento das alternativas de mercado e visando atender as necessidades desta Secretaria, seus prédios e anexos, a opção que melhor atende ao problema instaurado de modo eficaz é o apresentado na SOLUÇÃO 3, pois cumpre os princípios da vantajosidade, economicidade, eficácia e eficiência, uma vez que os itens adquiridos atenderão por completo, todas as exigências aqui discriminadas.

A escolha da CONTRATAÇÃO INDIRETA POR MEIO DE PROCESSO LICITATÓRIO se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá fornecer os itens previstos, mas também pelo fato do objeto possuir padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado e Termo de Referência.

Do ponto de vista técnico, a empresa contratada deverá atender ao Termo de Referência e efetuar o fornecimento dos itens nele relacionado, utilizando, ainda, materiais certificados e dentro das normas estabelecidas pelos órgãos reguladores, além de obrigar-se a manter a melhor prática executiva, atentando-se sempre a possíveis sinalizações de melhorias, adequações ou alterações necessárias à boa execução do objeto.

Logo, diante de todo o exposto é evidente que a presente contratação obedece aos princípios basilares da administração pública, atendendo ao melhor interesse da população e fazendo bom uso dos recursos públicos, tornando-se a mais vantajosa à Administração.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas desta aquisição ocorrerão por conta do orçamento do Programa de Trabalho conforme descritos no quadro a seguir:

Cód. Órgão / Unidade Executora	Programa de Trabalho/Projeto Atividade	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
717.001	Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais 2089.000	33.90.39.00	1.500.1001
717.601	Melhoria, Modernização, Inovação da Rede Estadual de Ensino 1096.000	33.90.39.00	1.540.0300

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS

8.1. Considerando a obrigatoriedade de cumprimento do disposto no art. 23, § 1º, inciso IV e § 3º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e ainda o disposto no art. 102 do Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023, no que se refere à necessidade das pesquisas de mercado e com base na pesquisa realizada e nas metodologias aplicadas, foram obtidos os valores de referência estimados para os itens em questão.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR PARA REGISTRO	VALOR PARA CONSUMO	% DESCONTO MÍNIMO TABELA SOBRE A SINAPI	POLIEDRO CONSTRUÇÕES	MD ENGENHARIA	TORRE ALTA CONSTRUÇÕES	WFM COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO	VALOR MÉDIO FINAL
1	Rio Branco - Zona Urbana	R\$ 17.531.619,56	R\$ 15.937.835,96	5%	7%	8%	12%	7%	8,5%
2	Rio Branco - Zona Rural	R\$ 7.682.149,08	R\$ 6.983.771,89	5%	7%	8%	12%	7%	8,5%
3	Bujari, Porto Acre e Senador Guimard	R\$ 6.340.821,45	R\$ 5.764.j383,14	5%	7%	8%	12%	7%	8,5%
4	Plácido de Castro e Acrelândia	R\$ 3.048.471,85	R\$ 2.771.338,05	5%	7%	8%	12%	7%	8,5%
5	Capixaba e Xapuri	R\$ 4.877.554,97	R\$ 4.434.140,88	5%	7%	8%	12%	7%	8,5%
6	Assis Brasil, Epitaciolândia e Brasília	R\$ 5.487.249,34	R\$ 4.988.408,49	5%	7%	8%	12%	7%	8,5%
7	Manoel Urbano e Sena Madureira	R\$ 11.218.376,43	R\$ 10.198.524,03	5%	7%	8%	12%	7%	8,5%
8	Feijó e Tarauacá	R\$ 12.803.581,79	R\$ 11.639.619,81	5%	7%	8%	12%	7%	8,5%
9	Jordão e Santa Rosa do Purus	R\$ 3.048.471,85	R\$ 2.771.338,05	5%	7%	8%	12%	7%	8,5%
10	Cruzeiro do Sul	R\$ 9.877.048,81	R\$ 8.979.135,28	5%	7%	8%	12%	7%	8,5%
11	Rodrigues Alves e Mâncio Lima	R\$ 3.780.105,10	R\$ 3.436.459,18	5%	7%	8%	12%	7%	8,5%
12	Porto Walter e Marechal Thaumaturgo	R\$ 1.951.021,98	R\$ 1.773.656,35	5%	7%	8%	12%	7%	8,5%

9. DA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE

9.1. Os itens a serem contratados/fornecidos ficarão à cargo da Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEE, pela CONTRATADA, conforme local previamente informado por Ordem de Serviço/Fornecimento, sendo a execução acompanhada pelo fiscal do futuro contrato, portanto, não haverá necessidade de adequação no ambiente deste órgão.

9.2. A contratada apenas deverá prever frente de serviço, sequência de atividades e uso de equipamentos necessários para a devida movimentação e armazenagem na entrega do bem.

9.3. Em cumprimento ao art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e as disposições constantes no Decreto Estadual nº 11.363, 22 de novembro de 2023, é de suma importância que a

Unidade Demandante tome conhecimento da futura contratação, visando o satisfatório acompanhamento e recebimento do objeto deste ETP.

10. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. Os serviços de manutenção predial deverão ser executados nas dependências da Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEE, bem como nas demais unidades administrativas, núcleos e unidades escolares vinculadas a esta Secretaria, conforme as ordens de serviço expedidas pelo Departamento de Manutenção e Serviços Gerais, observadas as demandas apresentadas pela Administração.

10.2. No caso de haver mudança ou necessidade de alteração do endereço referente ao(s) local (is) de entrega, a contratante deverá informar à contratada com antecedência de pelo menos 72h para fins de reprogramação de rota.

10.3. Os serviços poderão ser **rejeitados, no todo ou em parte**, quando executados em desacordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis ou demais exigências previstas, devendo a contratada promover as correções necessárias no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

10.4. O quantitativo estimado dos serviços encontra-se disposto nas tabelas a seguir, abrangendo as unidades administrativas, núcleos da SEE e as unidades escolares, as quais se subdividem em escolas urbanas, rurais, seus respectivos anexos e escolas indígenas:

10.4.1. Da distribuição das unidades escolares:

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE		
DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS		
ORDEM	MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE UNIDADES ESCOLARES
1	Acrelândia	6
2	Assis Brasil	36
3	Brasiléia	20
4	Bujari	25
5	Capixaba	9
6	Cruzeiro do Sul	89
7	Epitaciolândia	7
8	Feijó	107
9	Jordão	21
10	Mâncio Lima	27
11	Manuel Urbano	20
12	Marechal Thaumaturgo	22
13	Plácido de Castro	11
14	Porto Acre	14
15	Porto Walter	26
16	Rio Branco	160
17	Rodrigues Alves	26
18	Santa Rosa do Purus	17
19	Sena Madureira	86
20	Senador Guiomard	19
21	Tarauacá	98
22	Xapuri	33
TOTAL		879

10.4.2. Da distribuição das unidades administrativas:

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS		
ORDEM	MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS
1	Acrelândia	1
2	Assis Brasil	1
3	Brasiléia	1
4	Bujari	1
5	Capixaba	1
6	Cruzeiro do Sul	7
7	Epitaciolândia	1
8	Feijó	1
9	Jordão	1
10	Mâncio Lima	1
11	Manuel Urbano	1
12	Marechal Thaumaturgo	1
13	Plácido de Castro	1
14	Porto Acre	1
15	Porto Walter	1
16	Rio Branco	17
17	Rodrigues Alves	1
18	Santa Rosa do Purus	1
19	Sena Madureira	1
20	Senador Guiomard	1
21	Tarauacá	1
22	Xapuri	1
TOTAL		44

11. DO PRAZO PARA ENTREGA

11.1. O prazo de entrega será de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da ordem de entrega expedida pelo Departamento de Manutenção e Serviços Gerais.

12. 11. DAS CONDIÇÕES PARA ENTREGA

12.1. A Empresa contratada deverá entregar o material em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie;

12.2. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos;

12.3. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão da entrega, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato;

12.4. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Empresa contratada.

13. 12. DO PRAZO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observados, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) ano exercício financeiro (art. 105).

13.2. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes;

- I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
- II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;
- III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14. DO CONTROLE, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. A gestão do contrato será efetuada pela Divisão de Manutenção Predial e Obras do Departamento de Manutenção e Serviços Gerais.

14.2. A execução, acompanhamento e fiscalização serão de responsabilidade por meio de agente público designado, o qual será nomeado “fiscal do contrato”, em conformidade com o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21, tendo como atribuições mínimas.

- I - Acompanhar a execução físico-financeira do contrato;
- II - Atestar os documentos da despesa quando comprovada a fiel e correta execução do objeto para fins de pagamento, bem como apresentação de relatório de acompanhamento e execução em conformidade com o objeto que será contratado;
- III - Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e execução;
- IV - Requerer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao setor competente, as prorrogações e aditivos, se necessário e devidamente justificado;
- V - Comunicar formalmente à autoridade superior quaisquer irregularidades que possam ocorrer;
- VI - Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Termo de Referência;
- VII - Recusar produto irregular, diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos;

14.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade e dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 117 e 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.5. A verificação da adequação do produto deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência e seus Anexos.

14.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E APRESENTAÇÃO DA SOLUÇÃO

15.1. Para a referida contratação pretende-se realizar Procedimento Licitatório, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, sob o critério de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, com fundamento no artigo 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores e, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990 e no Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos.

15.2. Poderá participar deste PREGÃO ELETRÔNICO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, pessoa jurídica, regularmente habilitada, cujos ramos de atividades guardem pertinência e compatibilidade em características com o objeto do certame, e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constante do edital e seus anexos, no ato da abertura da sessão.

15.3. Em cumprimento a Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, e alterações posteriores, a participação é EXCLUSIVA para as microempresas e empresas de pequeno porte, regularmente habilitada, cujos ramos de atividades guardem pertinência e compatibilidade em características com o objeto do certame, e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constante do edital e seus anexos, no ato da abertura da sessão.

15.4. Em atendimento ao art. 49, II da Lei Complementar nº 123/2006, não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando, não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

16. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

16.1. A manutenção predial pretendida visa executar um conjunto de atividades para garantir plena capacidade e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável dos ambientes de trabalho, preservando as características e desempenhos, mantendo o estado de uso ou de operação, bem como na recuperação deste estado, e ainda manter o patrimônio da empresa. Para desenvolvimento das atividades será necessário o entendimento e adoção de alguns conceitos que segue:

- I - Manutenção Predial Preventiva: Serviços de caráter permanente, que obedecem a uma programação previamente estabelecida, apresentada em cronograma físico devidamente aprovado pela Fiscalização, cujas etapas são cumpridas obedecendo a uma periodicidade pré-determinada e envolve programas de inspeção, reformas, reparos, entre outros.
- II - Manutenção Predial Corretiva: Serviços a serem executados diariamente, ausentes de programação prévia, devidamente apontado pela Fiscalização e aprovado pela CONTRATANTE.
- III - Serviços emergências: Serviços que demandam intervenção rápida e imediata, a fim de evitar danos maiores, preservar vidas, o patrimônio, e a continuidade de atividades essenciais do órgão.
- IV - Vistorias: Para um melhor atendimento, com padrão de qualidade desejável pelo contratante, e agilidade na manutenção corretiva, a equipe ou profissional designado pelo gestor do contrato, deverá realizar vistorias/acompanhamentos diários detalhando problemas encontrados, para correções imediatas durante execução.
- V - Ordem de Serviços: Mediante apontamentos realizados nas vistorias iniciais, deverá ser elaborada OS's – Ordens de Serviços, para execuções, e acompanhamento das correções necessárias, as mesmas, serão fotografadas e lançadas em relatórios, e elaborado orçamento estimativo, que serão analisados pela autoridade superior, e posteriormente, liberadas para execução.

17. ANÁLISE DE RISCOS

17.1. A análise de riscos (SEI 0016162947) referente aos serviços comuns de engenharia, de forma continuada, por demanda, para execução de reformas de pouca relevância material, serviços de adequação, adaptação, reparação ou revitalização, que consistam de atividades simples, típicas de intervenções isoladas, que possam ser objetivamente definidas conforme especificações usuais no mercado e preços da tabela SINAPI para atender as demandas da Secretaria Estadual de Educação e Cultura em todo o estado do Acre.

17.1.1. Riscos: CONTRATANTE

- I - Termo de referência incompleto ou inadequado: A elaboração do termo de referência incompleto ou impreciso, acarretada pela ociosidade e retardamentos nas etapas processuais inerentes à aquisição, causam atrasos no processo licitatório e/ou contratação com prejuízos para a administração. É importante ressaltar a elaboração de formulários detalhados para o correto preenchimento pela parte requisitante, incluindo a participação da mesma na equipe de planejamento.
- II - Contingenciamento de recursos financeiros no ato da contratação: A demora na solicitação dos recursos financeiros e possibilidade de não tê-los disponíveis na previsão traz por consequência a paralisação do processo licitatório, atraso nos prazos previstos e desabastecimento do bem em estoque. É de suma importância que seja revisto o planejamento com antecipação da contratação, em restrita observância aos créditos orçamentários e complementares (se necessário for), com dedicação da equipe de planejamento para minimizar os impactos.
- III - Falha na caracterização do objeto; contratação de fornecedor incapaz na execução: Essa condição causa a suspensão no fornecimento do objeto pois traz o estoque ao nível crítico, gerando desabastecimento e incapacidade de suprir as necessidades do órgão. Cabe à administração realizar avaliação consistente da capacidade técnica operacional da empresa para o fornecimento do objeto para não gerar contingenciamento no abastecimento do órgão.

17.1.2. Riscos: CONTRATADA

- I - Variação do preço de mercado em face as alterações na oferta mais vantajosa: O mercado e suas variações diante da inflação e impostos tendem a impactar diretamente nos preços finais ofertados e com isso causando a paralisação no fornecimento do objeto contratado. É de responsabilidade da contratada uma análise financeira para a possibilidade de repactuação e/ou readequação orçamentária para o reequilíbrio econômico.
- II - Falta de empenho vigente para liquidação e pagamento: Recursos orçamentários não reservado com antecedência em detrimento ao mau planejamento financeiro,

causam a recusa na entrega do objeto por parte do fornecedor. Um planejamento antecipado da contratação com estrita observância aos créditos e complementares.

III - Falha no abastecimento do objeto; interrupção na execução contratual; rescisão contratual: Fornecedor com profissionais desqualificados, de conduta duvidosa, com suspeitas de formação de cartel e fraudes, impossibilita a continuidade na execução contratual e paralisação no fornecimento do objeto. Deve-se notificar a empresa imediatamente, em face à aplicação de penalidades, abertura de processo administrativo e rescisão contratual.

18. DO PARCELAMENTO DO OBJETO

18.1. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

18.2. Procedida a avaliação técnica e econômica da possibilidade de parcelamento do objeto da presente contratação, aderiu-se a estratégia de adquirir sob demanda, as quantidades necessárias e em parcelas, os itens de material de consumo, tendo como objetivo evitar sua estocagem, a qual se poderia mostrar onerosa e antieconômica para a Administração, permitindo a ocupação de espaço para além do trânsito necessário, a depreciação do material parado e a redução ou perda da garantia de troca.

18.3. O agrupamento dos itens, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação. Visa, tão somente, assegurar a gerência adequada da contratação, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública.

19. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

19.1. As contratações correlatas são aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si.

19.2. Já as contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração.

19.3. Portanto, verifica-se a existência de contratações correlatas e interdependentes feitas por outras entidades e órgãos da Administração Pública para o objeto em questão.

19.4. Contudo, nenhuma delas apresenta possibilidade viável de contratação desta demanda, visto que o objeto deste estudo possui quantidades distintas para atender as necessidades apresentadas para este órgão, seus prédios e anexos aqui discriminados.

20. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

20.1. Visando a correta execução do objeto, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes da contratação:

I - Elaboração do Projeto Básico, contendo o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a aquisição ou fornecimento do objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, assegurando a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do investimento pretendido;

II - Elaboração do Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários para a contratação de bens e serviços (inciso XXIII do art. 6 da Lei 14.133/21);

20.2. Após contratação:

a) a administração indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato;

b) verificar possíveis interferências nos locais de intervenção.

20.3. Avaliação da análise de riscos:

I - Adotar a análise de risco como uma avaliação cíclica e eficaz, entendendo como essencial durante a execução do contrato para identificar suas principais ameaças e definir estratégias adequadas e eficazes para a prevenção dos impactos negativos. Esta avaliação será realizada por profissionais com conhecimentos que permitam a elaboração de planos de ação para atuar em diferentes cenários, garantindo que o impacto negativo de uma eventual ocorrência seja o menor possível.

20.4. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

a) verificação de disponibilidade orçamentária;

b) elaboração de minuta do contrato;

c) encaminhamento do processo para análise jurídica;

d) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;

e) publicação e divulgação do edital e anexos;

f) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;

g) realização do certame, com suas respectivas etapas;

h) homologação da licitação;

i) realização de empenho;

j) assinatura e publicação do contrato

21. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

21.1. O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público. Tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

I - a observância de normas e critérios de sustentabilidade;

II - o emprego apurado dos recursos públicos;

III - conservação e gestão responsável de recursos naturais;

IV - uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;

V - remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos.

VI - observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT.

21.2. Considerações Gerais:

I - Ciclo de Vida dos Materiais: É crucial considerar o impacto ambiental em todo o ciclo de vida dos materiais, desde a extração da matéria-prima, passando pela fabricação, transporte, uso e descarte ou reciclagem.

II - Consumo de Energia e Recursos Naturais: A produção da maioria dos materiais consome energia (muitas vezes de fontes não renováveis) e recursos naturais (água, minerais, etc.), gerando emissões de gases de efeito estufa e esgotamento de recursos.

III - Geração de Resíduos: A fabricação, o uso e o descarte inadequado de materiais podem gerar resíduos sólidos, líquidos e gasosos, alguns dos quais podem ser perigosos.

IV - Poluição: Emissões para o ar, água e solo podem ocorrer em diversas etapas do ciclo de vida dos materiais.

V - Impactos Ambientais Potenciais por Categoria de Insumo (referente à tabela SINAPI):

21.3. O licitante deverá também atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Destaca-se, as recomendações contidas na Lei de Licitações nº 14.133/2021, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e, a Lei nº 12.305/2010, que institui a política de resíduos sólidos, no que couber.

21.4. Em seu art. 45, a Lei Federal nº 14.133, de 2021, determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obra contratada.

21.5. Quanto aos critérios de sustentabilidade socioambiental, é fundamental que as contratações inerentes a este objeto considerem aspectos relacionados à preservação do meio ambiente, ao desenvolvimento social e à promoção da sustentabilidade. A adoção desses critérios contribui para a construção de um futuro mais sustentável e consciente, além de trazer benefícios para a sociedade como um todo.

21.6. Tais critérios devem abranger cada fase do ciclo de vida do objeto quais sejam: produção: extração, envasamento e qualificação, distribuição, uso e destinação final.

22. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

22.1. O fornecimento a que se trata este estudo, consta no Plano Anual de Contratação - PCA/2025 (SEI 0014138983, linhas 992, 993 e 994), conforme disposto no Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no Decreto Estadual nº 11.363/2023.

23. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

23.1. A implementação de um programa de manutenção predial através da contratação de uma empresa de engenharia, utilizando a base da planilha SINAPI, visa alcançar resultados significativos em termos de economicidade e otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

23.2. Os benefícios esperados com as melhorias decorrentes das intervenções prediais são amplos e impactam positivamente tanto a gestão pública quanto a sociedade como um todo. Em primeiro lugar, a preservação e recuperação dos prédios públicos garante maior segurança aos usuários e servidores, evitando riscos de acidentes relacionados a problemas estruturais, elétricos ou hidrossanitários. Além disso, a manutenção adequada promove o conforto e o bem-estar, garantindo ambientes salubres, climatizados e funcionais para o atendimento ao público e o desenvolvimento das atividades administrativas.

23.3. A contratação baseada na planilha SINAPI proporciona uma previsibilidade maior dos custos envolvidos na manutenção predial, facilitando o planejamento orçamentário da SEE. Isso permite uma alocação mais estratégica dos recursos financeiros e evita surpresas desagradáveis relacionadas a despesas não planejadas.

23.4. Outro benefício significativo é o aumento da eficiência operacional dos serviços públicos, já que prédios bem conservados sofreram interferências decorrentes de falhas ou emergências. Isso contribui diretamente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

23.5. A competitividade estimulada pelo processo licitatório com base na planilha SINAPI permite a obtenção de descontos significativos nos preços dos serviços de manutenção. Isso resulta em uma utilização mais eficiente dos recursos financeiros da Secretaria, possibilitando a realização de mais intervenções com o mesmo orçamento.

23.6. Ao contratar uma empresa de engenharia, a administração pública conta com profissionais qualificados e experientes na área de manutenção predial. Isso garante que os serviços sejam executados com excelência, minimizando erros e retrabalhos, e permitindo que os servidores da Secretaria possam se concentrar em outras atividades estratégicas. A empresa contratada será responsável pela gestão dos recursos humanos envolvidos na execução dos serviços, incluindo a alocação de profissionais conforme a demanda e a supervisão das atividades. Isso resulta em um melhor aproveitamento do tempo e das habilidades dos trabalhadores, além de promover a eficiência operacional.

23.7. Em resumo, os resultados pretendidos com essa contratação visam:

- I - Garantir a infraestrutura física adequada e funcional das unidades educacionais e administrativas da SEE em todo o Acre.
- II - Otimizar o uso dos recursos públicos destinados à aquisição de materiais.
- III - Assegurar a qualidade e a padronização dos insumos utilizados.
- IV - Agilizar o atendimento às demandas de materiais das escolas e demais dependências da secretaria.
- V - Contribuir para a melhoria do ambiente de aprendizado e das condições de trabalho na rede estadual de educação.
- VI - É importante que o processo de contratação seja transparente e eficiente, com critérios claros de seleção da empresa fornecedora, mecanismos de controle da qualidade dos materiais e acompanhamento da entrega para garantir o alcance desses resultados pretendidos.

24. DOS CRITÉRIOS SOCIAIS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

24.1. Os materiais/serviços pertencentes ao objeto deste estudo, não apresentam possibilidade de impacto ambiental. Contudo, a contratada deverá atender aos critérios de qualidade ambiental, sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente. Ela também será responsável pela destinação correta de todos os resíduos gerados na execução dos serviços.

25. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

25.1. Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, esta contratação mostra-se VIÁVEL em termos de disponibilidade de mercado, consoante a legislação em vigor, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento deste ato, baseado na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

Almir Fontenele de Araújo

Chefe do Departamento de Manutenção e Serviços Gerais - DEMSG
Portaria nº 1968/2025



Documento assinado eletronicamente por **ALMIR FONTENELE DE ARAUJO, Chefe de Departamento**, em 02/02/2026, às 08:30, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019088580** e o código CRC **B4686389**.



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Rua Rio Grande do Sul, 1907, Conjunto Castelo Branco, Rio Branco/AC, CEP 69.911-018
- www.see.ac.gov.br

ANÁLISE DE RISCO Nº 2/2026/SEE - DEMSG

Processo nº 0014.018969.00015/2025-85

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. A execução de um projeto, se torna mais fácil e com maiores probabilidades de sucesso quando é planejado e gerenciado. O planejamento definirá precisamente o propósito, o custo e o prazo do projeto, estabelecendo metas e possibilitando execução concisa e assertiva onde se mantém controle sobre o projeto, enquanto o gerenciamento irá garantir que o planejamento seja executado. Todavia, nenhuma organização está livre da ocorrência de fatores internos e externos, que podem influenciar positiva ou negativamente o sucesso do projeto, tais influências podem ser definidas como riscos. Embora a ocorrência dos fatores de risco seja comum, é a percepção da sua importância que faz com que, alguma medida de precaução ou correção, seja tomada.
- 1.2. A análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamentos dos riscos relacionado à contratação em tela.
- 1.3. Os riscos são eventos inesperados, ocorridos na prática da operação das organizações e que impactam seus objetivos e não qualquer coisa que pode dar errado. Dessa forma, não é suficiente cumprir leis e regulamentos. É imperativo atingir os objetivos e fazê-lo buscando qualidade adequada dos bens e serviços ofertados, a partir do montante dos recursos disponíveis, ao menor custo possível.
- 1.4. A identificação, avaliação e tratamento de riscos de maneira lógica e sistemática proporciona uma visão ampla do custo/benefício do controle interno, lidando com o futuro, suas incertezas e oportunidades.
- 1.5. A avaliação pode ser feita de forma qualitativa, quantitativa ou combinada. Isso vai depender do grau de detalhe que a Administração requer e da natureza dos riscos avaliados, especialmente se envolvem aspectos quantificáveis como dinheiro, tempo, produtos, pessoas, instalações, eventos, materiais e etc.
- 1.6. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais em caso de acontecimento, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.
- 1.7. Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa dos riscos é realizada por meio da classificação escalar da probabilidade e do impacto, conforme a tabela de referência a seguir:
- Temos 03 níveis de classificação onde:
- Baixo:** Compromete minimamente o atingimento do objetivo; para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.
- Médio:** Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.
- Alto:** Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.
- 1.8. Conforme DECRETO Nº 11.363, DE 22 de novembro de 2023, que Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Estado do Acre, no Art. 87: *O mapa de riscos será o documento que materializará a análise dos riscos que puderem comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual e propõe controles capazes de mitigar as possibilidades ou os efeitos da sua ocorrência.*
- 1.9. A avaliação dos riscos fornece subsídios para a tomada de decisão, não se constituindo em fator determinante para eventual tratamento do risco. Ou seja, cabe ao gestor, diante da lista de riscos ordenados por nível de risco, decidir quais merecerão ações mitigadoras.

2. MAPEANDO OS RISCOS

- 2.1. De acordo com o PMI - Project Management Institute ou, traduzindo, Instituto de Gerenciamento de Projetos, assumir riscos está relacionado com ser ousado ao realizar alguma atividade. Dessa forma, ao juntar os dois sentidos de risco, pode-se defini-lo como sendo o conjunto de incertezas encontradas quando ousa-se fazer algo, e não apenas como problema. Quando não tratados, os riscos têm potencial para desviar o projeto da sua diretriz e impedir que alcance os objetivos definidos do projeto. Ameaças não administradas podem resultar em questões ou problemas como atrasos, estouros de orçamento, desempenho insuficiente ou perda de reputação. Em contrapartida, as oportunidades aproveitadas podem trazer benefícios como redução de tempo e custo, melhor desempenho ou reputação.
- 2.2. Essa análise permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.
- 2.3. Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos. A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.
- 2.4. Foram analisadas as possíveis fontes de risco para o projeto em tela, que englobam desde a definição de escopo do projeto até a conclusão e entrega da obra. Assim, foi possível organizar os riscos, separando-os em riscos de contratação e de execução.
- 2.4.1. **Riscos de Contratação:**
- 2.4.1.1. Definição de exigências desnecessárias, de caráter restritivo no Edital, especialmente no que diz respeito à capacitação técnica profissional e técnico operacional da empresa;
- 2.4.1.2. Estimativa de preço em desacordo com os preços praticados no mercado.
- 2.4.1.3. Impugnações do Edital de licitação, por motivos diversos, principalmente os relacionados a erros de projetos e/ou orçamento estimativo;
- 2.4.1.4. O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela Administração;
- 2.4.1.5. A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente;
- 2.4.1.6. Atrasos na assinatura do contrato ou na entrega das garantias contratuais.
- 2.4.2. **Riscos na Execução:**
- 2.4.2.1. Quantitativos insuficientes para execução dos serviços;
- 2.4.2.2. Impossibilidade para emissão da Ordem de Serviço, por restrições da Contratante (liberação de convênio por exemplo);
- 2.4.2.3. Atraso na liberação da obra por fatos não imputáveis ao CONTRATADA;
- 2.4.2.4. Alterações no projeto básico/ executivo inicialmente contratados, por solicitação da Contratante;
- 2.4.2.5. Execução dos serviços com qualidade abaixo da especificada na contratação e/ou em desacordo com normas técnicas e legislações vigentes;
- 2.4.2.6. Erros e defeitos na execução da obra, ensejando reconstrução total ou parcial;
- 2.4.2.7. Ocorrência de chuvas, alagamentos, geadas, vendavais, raios, ou outros eventos climáticos e ambientais;
- 2.4.2.8. Gerenciamento e administração inadequada da construção;
- 2.4.2.9. Prejuízos causados a terceiros devido à realização das obras;
- 2.4.2.10. Falta de clareza quanto aos serviços a serem executados;
- 2.4.2.11. Danos ocasionados por vandalismo nos equipamentos concluídos e não entregues;
- 2.4.2.12. Eventos inesperados na fase de execução da obra, decorrentes de falhas construtivas, dificuldade de acesso, problemas mecânicos em equipamentos, e outros fatores previsíveis - inclusive a possível necessidade de demolição de estruturas não previstas inicialmente.
- 2.4.2.13. Atraso no recebimento pelos órgãos competentes, por eventos alheios à atuação da Contratada;
- 2.4.2.14. Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS pela Contratada;

- 2.4.2.15. Ocorrência de acidentes de trabalho durante a execução dos serviços;
- 2.4.2.16. Ocorrência de roubos e furtos na obra;
- 2.4.2.17. Risco de inadimplência da Contratante;
- 2.4.2.18. Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Contratada.

3. MATRIZ DE RISCO

3.1. A matriz de risco é o instrumento que define a repartição objetiva de responsabilidades advindas de eventos supervenientes à contratação. Trata-se de, na fase do planejamento, tentar prever os fatos que, se virem a ocorrer, possam desequilibrar econômica e financeiramente o contrato, definindo antecipadamente as responsabilidades das partes. A matriz de riscos deverá estabelecer a responsabilidade que seja cabível a cada uma das partes contratantes, assim como os mecanismos que afastem a ocorrência do sinistro e mitiguem os seus efeitos, caso estes venham a ocorrer durante a execução contratual.

3.2. A matriz de riscos corresponderá à definição de cláusula contratual em que sejam estabelecidos os riscos com sua devida atribuição de responsabilidades às partes, Administração e contratada. Para tanto segue as definições:

- I - Probabilidade: chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos.
- II - Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos.
- III - Nível de Risco: magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades

RISCO 01		
RISCO	Definição de exigências desnecessárias, de caráter restritivo no Edital, especialmente no que diz respeito à capacitação técnica profissional e técnico operacional da empresa	
PROBABILIDADE		Baixa
IMPACTO		Médio
NÍVEL DE RISCO		BAIXO
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Elaboração do Termo de Referência	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Observar o que dispõe o artigo 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, no que se refere às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.	DEMSG - SEE
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Em caso de impugnação, republicação do certame, com a revisão dos itens de qualificação técnica.	SEE juntamente com a SELIC

RISCO 02		
RISCO	Estimativa de preço em desacordo com os preços praticados no mercado	
PROBABILIDADE		Médio
IMPACTO		Alto
NÍVEL DE RISCO		ALTO
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Elaboração do Orçamento	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Realizar adequada pesquisa de mercado, através da pesquisa de preço atual pela tabela SINAPI, SICRO ou outra que venha ser substituída e nova cotações com fornecedores locais	SEE
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Proceder com a apuração de eventuais equívocos na orçamentação e, caso não verificados os equívocos e não existirem interessados na licitação (deserta), avaliar a possibilidade de proceder à contratação direta por dispensa de licitação ou a revisão dos itens de qualificação técnica.	SEE juntamente com a SELIC

RISCO 03		
RISCO	Impugnações do Edital de licitação, por motivos diversos, principalmente os relacionados a erros de projetos e/ou orçamento estimativo	
PROBABILIDADE		Baixa
IMPACTO		Médio
NÍVEL DE RISCO		BAIXO
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Seleção do Fornecedor	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Revisão do orçamento, de preferência por profissionais diversos daqueles responsáveis pela sua elaboração.	DEMSG - SEE
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Em casos de impugnações por erros nos documentos técnicos, solicitar aos responsáveis técnicos que procedam com as correções.	DEMSG - SEE
	Republicação do Edital, com a reabertura da contagem de prazos	SEE juntamente com a SELIC

RISCO 04		
RISCO	O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela Administração	
PROBABILIDADE		MÉDIO
IMPACTO		Alto
NÍVEL DE RISCO		ALTO
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Seleção do Fornecedor	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Necessidade de republicação da licitação ou da realização de dispensa de licitação, impactando no planejamento da SEE, bem como possível perda do recurso de convênio.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Correto planejamento das exigências postas para a contratação.	SEE juntamente com a SELIC
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Verificar junto às empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse pelo serviço no caso da licitação deserta ou revisão dos valores estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame.	SEE juntamente com a SELIC

RISCO 05		

RISCO	A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.	SETOR DE CONTRATOS
	Observar o prazo de validade da proposta apresentada na fase de licitação e enviar o contrato para assinatura dentro do prazo de vigência da proposta.	SETOR DE CONTRATOS
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.	SEE juntamente com a SELIC
	Aplicar as sanções previstas na contratação.	SEE

RISCO 06		
RISCO	Atrasos na assinatura do contrato ou na entrega das garantias contratuais	
PROBABILIDADE	Média	
IMPACTO	Baixo	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.	SETOR DE CONTRATOS
	Observar os prazos previstos para entrega do contrato assinado e das garantias contratuais e acompanhar a entrega, notificando a contratada caso seja verificada a ocorrência de atrasos.	SEE
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Aplicar as sanções previstas na contratação.	SEE

RISCO 07		
RISCO	Quantitativos insuficientes para execução dos serviços	
PROBABILIDADE	Média	
IMPACTO	Médio	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Levantamento dos quantitativos reais para a execução do objeto	Fiscalização juntamente com a Contratada
	Revisão dos projetos e orçamento, de preferência por profissionais diversos daqueles responsáveis pela sua elaboração.	Fiscalização juntamente com a Contratada
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Em caso de erro do projeto básico, celebração de Termo Aditivo.	SEE
	Em caso de erro na proposta, os custos serão absorvidos pela Contratada	Fiscalização

RISCO 08		
RISCO	Impossibilidade para emissão da Ordem de Serviço, por restrições da Contratante (liberação de recurso por exemplo)	
PROBABILIDADE	Médio	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da obra	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Verificar junto ao setor competente da Contratante, antes da emissão da Ordem de Serviço, se há algum impedimento para início da execução dos serviços nos prazos determinados na contratação	SEE
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Verificar a necessidade de alterações contratuais para prorrogação dos prazos de vigência do contrato	Gestor do Contrato

RISCO 09		
RISCO	Atraso na liberação da obra por fatos não imputáveis à Contratada	
PROBABILIDADE	Médio	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Atraso no início da obra e eventual aumento de custos/ Necessidade de desmobilização.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Verificar junto ao setor competente da Contratante, antes da emissão da Ordem de Serviço, se há algum impedimento para início da execução dos serviços nos prazos determinados na contratação	SEE
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Buscar alternativas em outra frente de acordo com o planejamento de obra.	Fiscalização

RISCO 10		
-----------------	--	--

RISCO	Alterações no projeto básico/ executivo inicialmente contratados, por solicitação da Contratante	
PROBABILIDADE	Médio	
IMPACTO	Baixo	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratante e Contratada	
DANOS	Aumento dos custos inicialmente previstos para execução do objeto Possibilidade da ocorrência de atrasos para entrega da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Elaboração dos projetos de engenharia e arquitetura de forma participativa, baseado no Plano de Necessidades apresentado pela unidade demandante.	SEE
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Revisão do escopo da contratação, realizando-se uma alteração contratual de prazo e/ou financeira, a ser analisada no caso concreto.	Fiscalização

RISCO 11		
RISCO	Execução dos serviços com qualidade abaixo da especificada na contratação e/ou em desacordo com normas técnicas e legislações vigentes	
PROBABILIDADE	Médio	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	ALTO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra Atrasos para conclusão da obra decorrentes da necessidade de refazimento de serviços	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Fiscalizar continuamente a execução dos serviços, realizando visitas in loco. Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.	Fiscalização SETOR DE CONTRATOS
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Notificar prontamente a Contratada sempre que verificada a necessidade de correção de algum serviço já executado. Aplicação das sanções previstas na contratação.	Fiscalização e Gestão do Contrato SEE

RISCO 12		
RISCO	Erros e defeitos na execução da obra, ensejando reconstrução total ou parcial	
PROBABILIDADE	Alta	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	ALTO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Atraso na obra/ Aumento de custos/ Despesas com a demolição e desentulho dos itens defeituosos e refazimento dos serviços.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Fiscalizar continuamente a execução dos serviços, realizando visitas in loco. Execução das obras em acordo com as Normas Vigentes e com o Projeto Executivo aprovado	Fiscalização Contratada
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Notificar prontamente a Contratada sempre que verificada a necessidade de correção de algum serviço já executado. Aplicação das sanções previstas na contratação.	Fiscalização e Gestão do Contrato SEE

RISCO 13		
RISCO	Ocorrência de chuvas, alagamentos, geadas, vendavais, raios ou outros eventos climáticos e ambientais	
PROBABILIDADE	Média	
IMPACTO	Médio	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Danos às instalações do canteiro de obra/ Necessidade de refazimento de serviços/ Necessidade de Obras para reparos/ Alteração do cronograma de execução.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	A construtora deve procurar concentrar esforços de trabalho em períodos de estiagem, inclusive prorrogando os turnos de trabalho ou abrindo novas frentes de serviço/ Ter um plano de contingência para evitar paralisação das obras diante da ocorrência de tais eventos.	Fiscalização juntamente com a Contratada

RISCO 14		
RISCO	Gerenciamento e administração inadequada da construção	
PROBABILIDADE	Médio	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	ALTO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Aumento dos custos ou descumprimento dos prazos contratuais.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Fiscalizar continuamente a execução dos serviços, realizando visitas in loco. Exigir a presença do responsável técnico da contratada no canteiro. Verificar se o responsável técnico constante da ART é o mesmo que foi submetido para efeito da habilitação da empresa	Fiscalização Fiscalização
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Notificar prontamente a Contratada sempre que verificado o descumprimento contratual	Fiscalização e Gestor do Contrato

RISCO 15		
RISCO	Falta de clareza quanto aos serviços a serem executados	
PROBABILIDADE	Baixo	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	

FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCAÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Possível interferência na qualidade do serviço entregue.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fiscalização
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Esclarecer dúvidas e incoerências, conforme questionamentos que venham a surgir no processo de disputa de preço.	Fiscalização

RISCO 16		
RISCO	Mal funcionamento, funcionamento não pleno ou não funcionamento de equipamentos e sistemas de obra, principalmente gases medicinais, incêndio, climatização e exaustão.	
PROBABILIDADE	Média	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	ALTO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCAÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Possível interferência na qualidade do serviço entregue. Risco de refazimento de serviços e consequente comprometimento da conclusão da obra no prazo estipulado.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Fiscalizar continuamente a execução dos serviços, realizando visitas in loco e realizar os devidos testes para verificação do funcionamento dos sistemas.	Fiscalização
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Notificar prontamente a Contratada sempre que verificado defeitos nos sistemas para o seu devido refazimento e reparos necessários.	Fiscalização e Gestor do Contrato

RISCO 17		
RISCO	Danos ocasionados por vandalismos nos equipamentos concluídos e não entregues	
PROBABILIDADE	Média	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	ALTO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCAÇÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Aumento dos custos devido ao refazimento dos serviços.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Fiscalizar continuamente a execução dos serviços, realizando visitas in loco A CONTRATADA deverá refazer, às suas expensas, os serviços conforme projeto e solicitar o termo de emissão de recebimento definitivo, sendo responsável até a entrega deste.	Fiscalização Contratada
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Notificar prontamente a Contratada sempre que verificado o dano.	Fiscalização e Gestor do Contrato

RISCO 18		
RISCO	Atraso no recebimento pelos órgãos competentes, por eventos alheios à atuação da Contratada	
PROBABILIDADE	Média	
IMPACTO	Médio	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCAÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Aumentos dos custos com guarda e manutenção das obras.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Emissão dos Termos de Recebimentos da obra, bem como verificar possíveis serviços que a contratada deve realizar para a devida aceitação do objeto A CONTRATADA deverá manter a segurança, conservação e guarda de todo o equipamento, ter equipe de operação e fiscalização de todas as atividades de manutenção, tais como engenheiros, encarregados e vigilância de forma que o processo ocorra sem danos à obra pronta, inclusive estender se necessário a garantia de quaisquer equipamentos e sistemas.	Fiscalização Contratada
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Notificar prontamente a Contratada a respeito dos requisitos para o recebimento da obra	Fiscalização e Gestor do Contrato

RISCO 19		
RISCO	Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS pela Contratada	
PROBABILIDADE	Médio	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCAÇÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Prejuízo aos trabalhadores alocados na execução do objeto. Possibilidade de demandas judiciais trabalhistas contra a Contratante.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, a responsabilidade exclusiva da Contratada sobre o pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS.	SETOR DE CONTRATOS
	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.	SETOR DE CONTRATOS
	Acompanhar a execução do contrato, solicitando os documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS pela Contratada.	Gestor do Contrato
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Notificar prontamente a Contratada sempre que verificada a irregularidade fiscal.	Gestor do Contrato
	Aplicação das sanções previstas na contratação.	SEE

RISCO 20		
RISCO	Ocorrência de acidentes de trabalho durante a execução dos serviços	

PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Médio	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCACÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Prejuízos ao trabalhador com a ocorrência de lesão corporal ou perturbação funcional que causa a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho Onerar o contrato com a possibilidade de pagamento de indenizações.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada deverá responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços.	SETOR DE CONTRATOS
	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada deverá cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança no Trabalho.	SETOR DE CONTRATOS
	Avaliar, durante as visitas rotineiras da equipe de fiscalização, as condições do canteiro de obras, verificando a utilização de Equipamentos de Proteção Individual e a instalação de Equipamentos de Proteção Coletiva.	Fiscalização
	Notificar a Contratada, caso sejam verificadas irregularidades em relação às normas de segurança no trabalho.	Fiscalização e Gestão do Contrato
	Em caso de persistência da irregularidade, instaurar processo para aplicação das sanções previstas na contratação.	Fiscalização e Gestão do Contrato
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Em caso de acidentes, solicitar que a Contratada realize os procedimentos administrativos necessários junto aos órgãos competentes e encaminhe à fiscalização a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) registrada junto à Previdência Social	Fiscalização e Gestão do Contrato

RISCO 21		
RISCO	Ocorrência de roubos e furtos na obra	
PROBABILIDADE	Alta	
IMPACTO	Médio	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCACÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Prejuízos e aumento dos custos inicialmente previstos para execução da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada deverá manter vigilância da obra e se responsabilizará pelos danos e prejuízos oriundos de roubos e furtos.	SETOR DE CONTRATOS
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Não Identificadas	-

RISCO 22		
RISCO	Risco de inadimplência da Contratante	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCACÃO DO RISCO	Contratante	
DANOS	Em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, contados da data de entrada da nota fiscal, dos pagamentos devidos pela Administração, o Contratado poderá optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação. Atrasos para entrega da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Contrato, sanções que contemplem esta situação.	Contratante
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Licitação da obra somente com a garantia da disponibilidade do recurso orçamentário, indicada pelo setor competente.	Contratante
	Em caso de dificuldades no repasse de recursos orçamentários, planejamento dos pagamentos para evitar a suspensão da execução da obra pela Contratada.	Contratante

RISCO 23		
RISCO	Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Contratada.	
PROBABILIDADE	Média	
IMPACTO	Alto	
NÍVEL DE RISCO	ALTO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	Execução Contratual	
ALOCACÃO DO RISCO	Contratada	
DANOS	Atrasos para entrega da obra	
	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra	
	Necessidade de realização de nova licitação ou de contratação de remanescente, impactando no planejamento do órgão demandante	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Contrato, sanções que contemplem esta situação.	Contratante
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Instaurar processo para aplicação das penalidades à Contratada	Contratante
	Realizar a contratação do remanescente da obra	Contratante

Almir Fontenele de Araújo
 Chefe do Departamento de Manutenção e Serviços Gerais - DEMSG
 Portaria nº 1968/2025



Documento assinado eletronicamente por **ALMIR FONTENELE DE ARAUJO, Chefe de Departamento**, em 02/02/2026, às 08:30, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019104929** e o código CRC **245A5377**.

Referência: Processo nº 0014.018969.00015/2025-85

SEI nº 0019104929

Referência: Processo nº 0014.018969.00015/2025-85

SEI nº 0019907987